



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | Novembro 2010



**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

**GPEAR I**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Novembro de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de Novembro.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
<hr/>	
<b>Destaques</b>	<b>29</b>
Caracterização do Desemprego	31
A Retoma do Processo de Consolidação Orçamental	37
<hr/>	
<b>Artigos</b>	<b>49</b>
<b>Em Análise</b>	<b>51</b>
Evolução das Exportações Portuguesas nos Primeiros Nove Meses de 2010	51
A Inovação como Factor de Competitividade em Portugal	55
Breve Caracterização do Sector da Construção	69
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>81</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>87</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* A economia mundial manteve um forte crescimento no 3.º trimestre de 2010, situação para a qual contribuiu a forte recuperação do PIB do Japão, melhoria dos EUA e da União Europeia (especialmente do Reino Unido, com destaque para a manutenção de um elevado aumento deste indicador na Alemanha). Em Outubro e até meados de Novembro, a persistência de tensões existentes no mercado da dívida soberana em alguns países da área do euro condicionou uma evolução mais favorável dos mercados financeiros internacionais.
- \* Nos EUA, o PIB registou um aumento de 3,2% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2010 (3% no 2.º trimestre), impulsionado pela melhoria da procura interna, especialmente do investimento privado não residencial e do consumo das famílias. Em Outubro, os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços fortaleceram-se e os dados quantitativos (vendas a retalho e produção industrial) abrandaram ligeiramente, embora tenham apresentado um crescimento forte. Neste mês, a taxa de desemprego estabilizou em 9,6% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,2% (1,1% em Setembro).
- \* No 3.º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) acelerou para 2,1% em termos homólogos reais (2% no 2.º trimestre) e o da área do euro (AE) manteve o crescimento de 1,9%. O indicador de sentimento económico da UE e da AE continuou a melhorar em Outubro, em resultado da subida dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e da construção. Em Setembro, a taxa de desemprego subiu para 10,1% na AE, alterando a tendência de estabilização registada desde Abril; enquanto na UE manteve-se inalterada em 9,6%. A taxa de inflação homóloga da AE aumentou para 1,9% em Outubro (1,8% em Setembro), devido sobretudo à aceleração dos preços de energia.
- \* Em Outubro e até 22 de Novembro, as taxas de juro a 3 meses subiram na área do euro; enquanto estabilizaram nos EUA. Em Outubro, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais pronunciado para o último caso, descendo para o valor mais baixo desde o início de 2009.
- \* O preço spot do petróleo *Brent* subiu em Novembro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22, registado o valor de 87 USD/bbl (63€/bbl).

### Conjuntura Nacional

- \* De acordo com as estimativas rápidas do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,5% no 3.º trimestre de 2010, representando um crescimento de 0,4% face ao trimestre precedente.
- \* O indicador de clima económico do INE diminuiu 0,1% em Outubro, representando uma desaceleração ao 3.º trimestre.
- \* A informação disponível até Outubro sugere, ainda, uma deterioração quer do consumo privado quer do investimento.
- \* Em Outubro, a taxa de inflação homóloga foi de 2,3%, mais 0,4p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,4p.p. acima do verificado na área do euro.
- \* A taxa de desemprego foi de 10,9% no 3.º trimestre de 2010, um crescimento de 0,3p.p. face ao trimestre anterior.
- \* Até Outubro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 11885 milhões de euros, o que representa um agravamento de 215 milhões de euros face ao período homólogo, valor próximo ao acréscimo verificado com juros e outros encargos. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da

contabilidade pública, foi de 999 milhões de euros, representando uma estabilização face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 935 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 33 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

- \* Até ao 3º trimestre, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um saldo provisório da execução orçamental de 153 milhões de euros, reflectindo uma melhoria de 479 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2009. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 47 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 72 milhões de euros face ao período homólogo.

## Comércio Internacional

O presente Boletim Mensal de Economia Portuguesa apresenta uma análise dos principais resultados preliminares das Estatísticas do Comércio Internacional para o período de **Janeiro a Setembro de 2010** e para o **comércio intra e extra-comunitário**.

- \* Os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de Setembro de 2010<sup>1</sup> apontam para um desagravamento do saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) de 12,9% no *terceiro trimestre de 2010* relativamente ao período homólogo, com as saídas de mercadorias a aumentar 14,6% e as entradas 4%. Para o mesmo período, e *excluindo os produtos energéticos*, o desagravamento do défice da balança comercial atingiu os 21,6%
- \* No período acumulado de *Janeiro a Setembro*, as saídas de mercadorias cresceram 15,5% e as entradas 10,2%, o que traduziu um agravamento de 1,6% do défice da balança comercial (*fob/cif*). Em sentido oposto, registou-se uma variação homóloga positiva de 3 p.p. da taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias, passando as exportações a representar 65% das importações. *Excluindo os produtos energéticos*, o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) registou uma recuperação de 4%, com as saídas a crescer 12,6% e as entradas 7,2%, em termos homólogos.
- \* Nos *primeiros nove meses do ano*, as expedições para o *mercado comunitário* registaram uma variação homóloga positiva de 14,7%, com as expedições para países da UE-15 a crescer 14,3% e as expedições para os países do Alargamento 25%. De referir o comportamento positivo de países como a Espanha (+14,6%) e a Alemanha (12,8%). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11% para o Reino Unido e 8,8% para a França.
- \* *No período entre Janeiro e Setembro de 2010*, as *exportações para os Países Terceiros* cresceram 18,1%. Este comportamento positivo deveu-se às taxas de crescimento das saídas para países como o México (+90,3%), Brasil (+68,3%), Turquia (+45,4%) e Marrocos (+44,9%). As exportações de mercadorias para os EUA registaram uma variação homóloga positiva de 39,6%. Por outro lado, as saídas com destino a Angola e Argélia registaram taxas de variação homólogas negativas, -20,2% e -12%, respectivamente.
- \* De *Janeiro a Setembro de 2010*, os produtos de média intensidade tecnológica continuaram a ser os produtos cujas saídas apresentaram uma maior taxa de crescimento homólogo e uma maior contribuição para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados, sendo que os produtos de média alta intensidade tecnológica foram os que mais contribuíram para as saídas de produtos industriais transformados (5,4 p.p.).

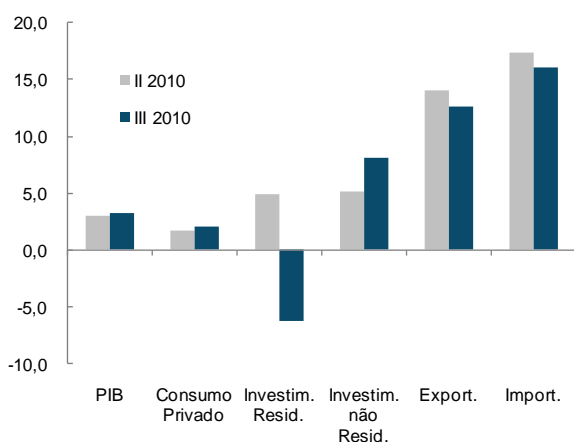
<sup>1</sup> Incluem estimativas preliminares para o Comércio intra e extra comunitário para o mês de Setembro.

## 1. Enquadramento Internacional

### Actividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2010, o PIB da generalidade das economias avançadas (EUA, Japão e UE-27) reforçou o seu crescimento e o dos países emergentes, especialmente asiáticos, continuou robusto. A taxa de inflação manteve-se moderada nas economias avançadas; enquanto teve um aumento expressivo nas economias emergentes e em desenvolvimento mais dinâmicas. Nos **EUA**, o PIB aumentou 3,2% em termos homólogos reais no 3.º trimestre, em resultado da melhoria do consumo das famílias e do investimento privado não residencial. O contributo das exportações líquidas tornou a diminuir, tendo registado um valor negativo pelo 2.º trimestre consecutivo.

**Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)**



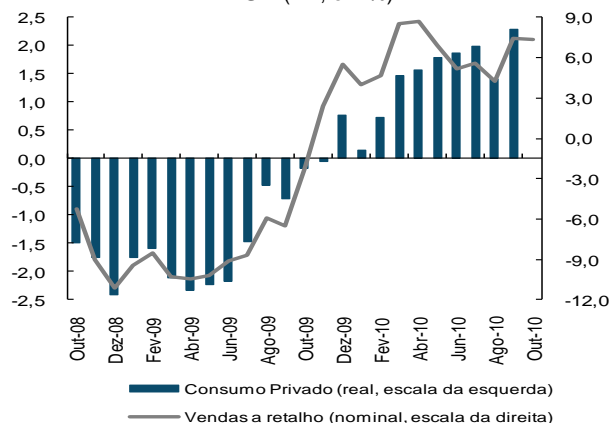
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em Outubro de 2010, nos EUA, os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços fortaleceram-se; enquanto os indicadores quantitativos abrandaram ligeiramente, mantendo, no entanto, um crescimento forte. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 7,3% em termos nominais (7,4% em Setembro);
- a produção industrial abrandou para 5,3% (5,6% em Setembro);

Também em Outubro a taxa de desemprego estabilizou em 9,6% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,2% (1,1% em Setembro).

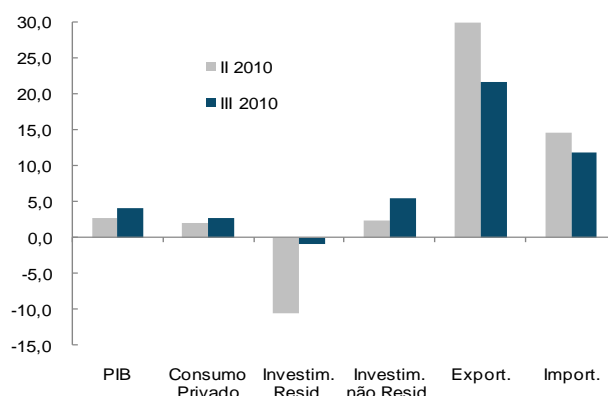
**Figura 1.2. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 3.º trimestre de 2010, o PIB do **Japão** aumentou 4,1% em termos homólogos reais (2,7% no 2.º trimestre) devido à melhoria de todas as componentes da procura interna. Pelo contrário, as exportações desaceleraram, tendo levado a que o contributo das exportações líquidas diminuísse, embora continuasse positivo.

**Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

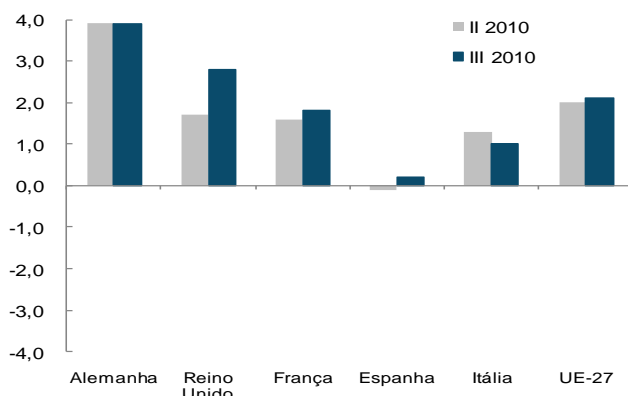
**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,6	-2,7	0,2	2,4	3,0	3,2	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-8,6	-3,8	2,7	7,4	6,6	7,6	6,6	5,6	5,3
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	51,4	54,6	58,2	58,8	55,4	55,5	56,3	54,4	56,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	50,4	52,3	55,7	59,8	54,9	57,4	54,4	52,8	58,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,4	70,2	73,9	73,9	68,3	67,8	68,9	68,2	67,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,6	9,5	9,6	9,6	9,6
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	9,1	10,7	11,9	10,3	9,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,5	0,9	30,3	41,0	32,5	38,1	34,4	25,1	22,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-4,9	-1,3	4,7	2,7	4,1	-	-	-	-

### Actividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2010, o PIB da União Europeia (UE) acelerou ligeiramente para 2,1% em termos homólogos reais (2% no 2.º trimestre); enquanto o da área do euro (AE) manteve o crescimento de 1,9%. De entre as principais economias, convém destacar o forte crescimento registado na Alemanha e no Reino Unido e uma melhoria significativa em Espanha, tendo deixado de apresentar um valor negativo, invertendo a tendência registada entre o 4.º trimestre de 2008 e o 2.º trimestre de 2010.

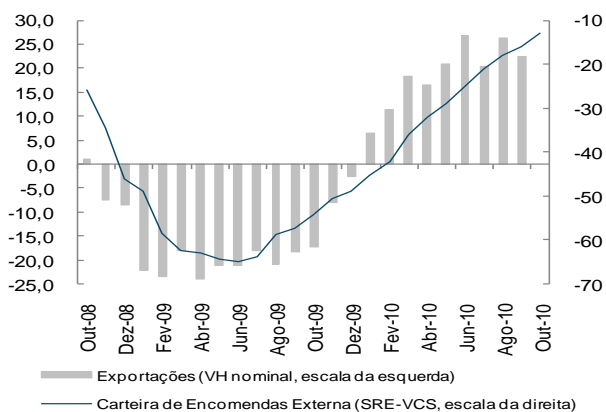
**Figura 1.4. PIB da União Europeia**  
(Vh real, em %)



Fonte: Eurostat.

De facto, no decurso do 3.º trimestre para a área do euro, assistiu-se a um reforço das vendas a retalho e das exportações; enquanto a produção industrial desacelerou.

**Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

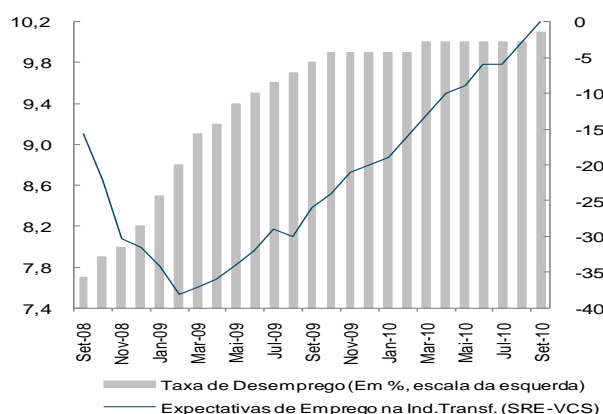
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-4,3	-2,2	0,7	2,0	2,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	84,3	92,2	98,2	100,8	102,9	102,1	103,1	103,6	104,1
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,0	-2,0	0,8	1,9	1,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	84,1	91,9	96,6	99,3	102,2	101,1	102,3	103,2	104,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-14,7	-7,2	4,6	9,0	6,9	7,3	8,0	5,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-2,4	-1,1	0,5	0,6	1,2	1,2	1,2	1,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,7	9,9	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	10,1	:
IHPC	VH	"	0,3	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,7	1,7	1,6	1,8	1,9

Em Outubro, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e da construção.

Em Setembro de 2010, a taxa de desemprego subiu na AE para 10,1%, contrariando a tendência de estabilização verificada desde Abril deste ano; enquanto na UE manteve-se em 9,6% (desde Fevereiro).

Em Outubro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e comércio a retalho; enquanto se deterioraram para a construção.

**Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



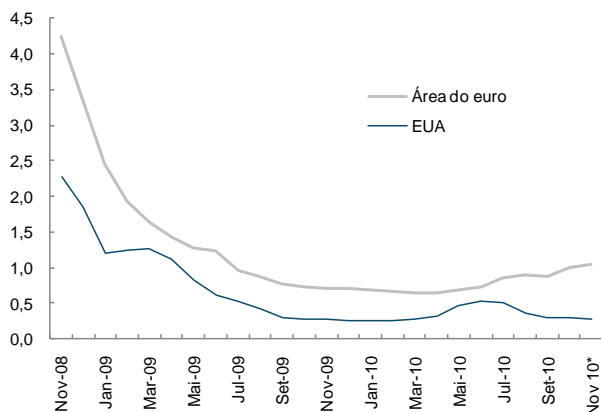
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Outubro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,9% (1,8% em Setembro) devido sobretudo à aceleração dos preços de energia. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também subiu para 1,1% (1% em Setembro).

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo subiram na área do euro, situando-se, em Novembro, em média até ao dia 22, em 1,04% (1,00%, em média, no mês de Outubro); enquanto se mantiveram estáveis nos EUA em torno de 0,29%.

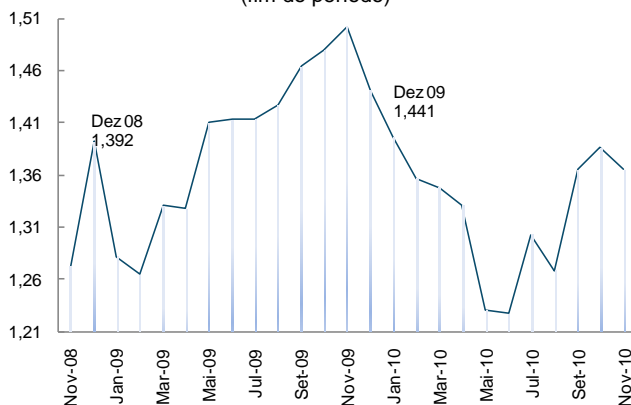
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (média mensal, em %)**



Fontes: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 22.

Em Outubro de 2010, as taxas de juro de longo prazo tiveram uma diminuição tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso. Neste período, assistiu-se a um recrudescimento de tensões em torno do mercado da dívida soberana em alguns países da área do euro (particularmente, Grécia, Portugal e Irlanda), tendo, aliás, este último país requerido, já em Novembro, a ajuda do Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**



Fonte: Banco de Portugal. Para Novembro, o valor é do dia 22.

**Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais**

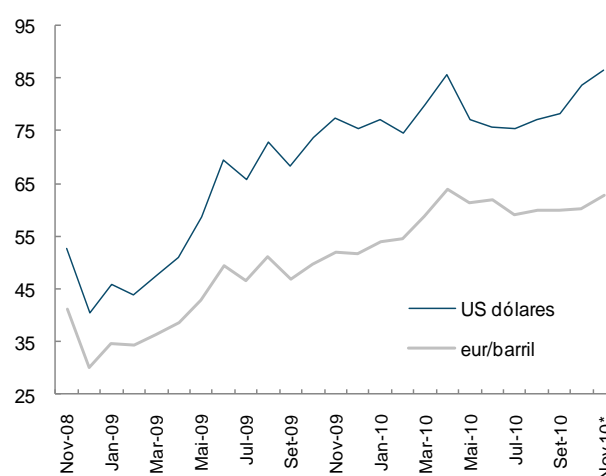
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	0,75	0,70	0,63	0,77	0,89	0,90	0,89	0,89	1,05	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,50	3,45	3,72	3,49	2,79	3,01	2,70	2,65	2,54	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,79	3,68	3,71	3,61	3,46	3,61	3,36	3,41	3,37	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,464	1,441	1,348	1,227	1,365	1,303	1,268	1,365	1,386	
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	15,0	7,4	4,1	-10,0	10,4	7,1	-4,3	7,7	3,1	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	19,6	3,2	-1,1	-12,2	6,8	6,6	-4,3	4,8	3,5	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	69,00	75,51	77,22	79,53	76,87	75,25	77,16	78,20	83,59	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-39,9	37,5	68,9	33,5	11,4	14,5	5,8	14,4	13,3	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-36,6	22,4	59,0	43,1	23,4	26,4	17,1	27,5	20,8	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	979=10l	GEE	45,5	49,2	50,1	56,2	61,6	61,5	62,6	61,3	60,6	59,7	

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Após uma apreciação significativa do euro face ao dólar no início do mês de Novembro, tendo atingido, no dia 4 (1,42) o valor mais elevado face ao início deste ano, o euro tem vindo a depreciar-se, evolução influenciada, em parte, pelas perturbações relacionadas com a dívida soberana na área do euro.

Em Outubro de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado desceu para 59,7 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Novembro, e até dia 22, o preço do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 87 USD/bbl (63 €/bbl) associada, em parte, à continuação de um forte aumento da procura, especialmente dos países fora da zona da OCDE.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 22.

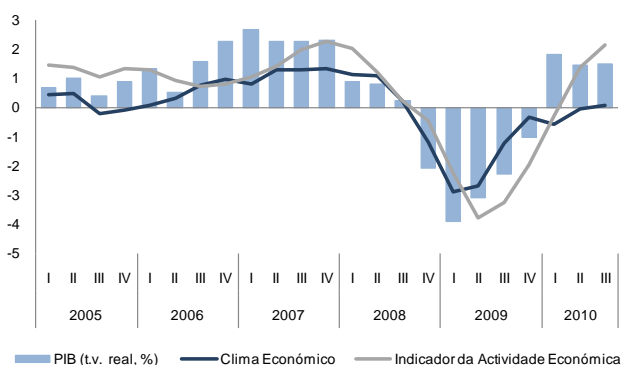
Em Outubro, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 27,5% em termos homólogos (24,2% em Setembro), devido sobretudo à forte aceleração dos preços dos produtos agrícolas e alimentares (com destaque para o milho, soja e cacau).

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2010, a estimativa rápida do INE aponta para um crescimento real do PIB de 1,5% em termos homólogos, (crescimento de 0,4% face ao trimestre anterior). Ainda assim, enquanto no 2.º trimestre o comportamento do PIB estava a ser influenciado pelo contributo positivo da procura interna, no 3.º trimestre é a procura externa líquida que contribuiu positivamente para esta evolução.

**Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica**

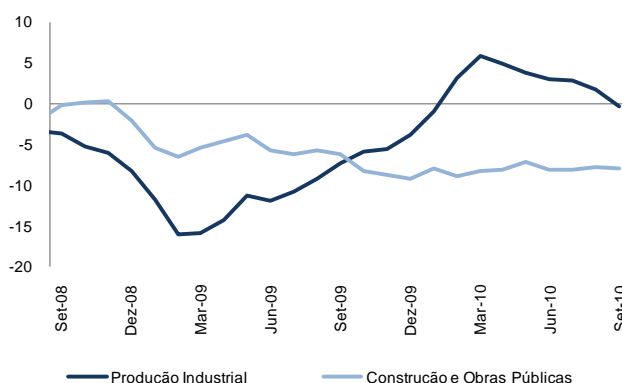


Fontes: INE.

Os dados quantitativos relativos ao 3.º trimestre evidenciam que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção caiu face ao trimestre anterior (-0,3% face a 3% no 2.º trimestre) e o índice de volume de negócios desacelerou (7,6% no 3.º trimestre e 10,5% no anterior);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 8% (-8,1% no 2.º trimestre);
- os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho apresentaram crescimentos de 1% e 0,1%, o que evidencia uma desaceleração face ao trimestre anterior (5% e 0,6%, respectivamente).

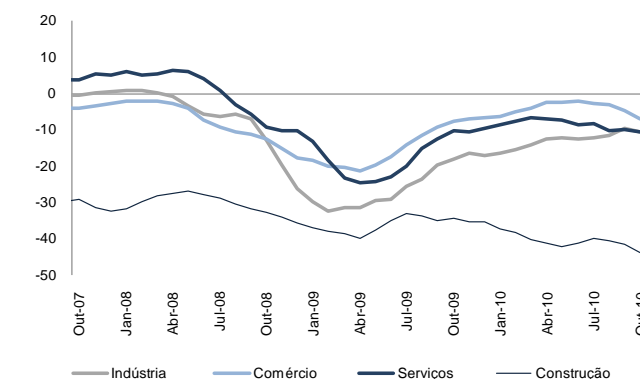
**Figura 2.2. Índices de Produção**  
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em termos médios, no trimestre terminado em Outubro registou-se um agravamento em todos os indicadores de confiança face aos resultados do 3.º trimestre.

**Figura 2.3. Indicadores de Confiança**  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

**Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta**

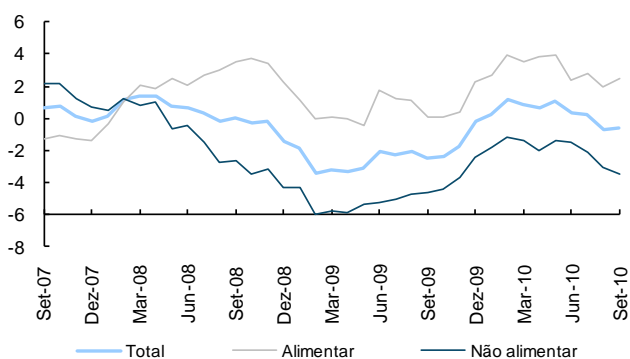
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-2,3	-1,0	18	15	15	:	:	:	:	
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-18	-12	-0,3	-0,6	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-19,8	-17,1	-14,1	-12,7	-9,6	-9,9	-11,1	-7,6	-12,9	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-9,3	-6,7	-4,0	-2,1	-4,8	-3,3	-4,0	-7,0	-10,0	
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-12,5	-9,5	-6,6	-8,7	-9,8	-5,9	-5,2	-8,3	-8,2	
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-35,2	-35,4	-40,2	-41,4	-41,6	-38,6	-44,3	-42,0	-45,6	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-7,2	-3,9	5,9	3,0	-0,3	-0,3	12	-19	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-13,1	-6,7	10,7	10,5	7,6	4,7	13,4	6,3	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-10,6	-7,1	14	5,0	10	-11	3,4	12	:	

## Consumo Privado

No 3.º trimestre, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um decréscimo de 0,7% (quebra de 1 p.p. face ao 2.º trimestre).

Na categoria dos bens alimentares verificou-se um crescimento de 2,5%, 0,1 p.p. acima do verificado no 2.º trimestre, já na categoria dos bens não alimentares registou-se um decréscimo de 3,4%, 1,9 p.p. superior ao ocorrido no trimestre anterior.

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**

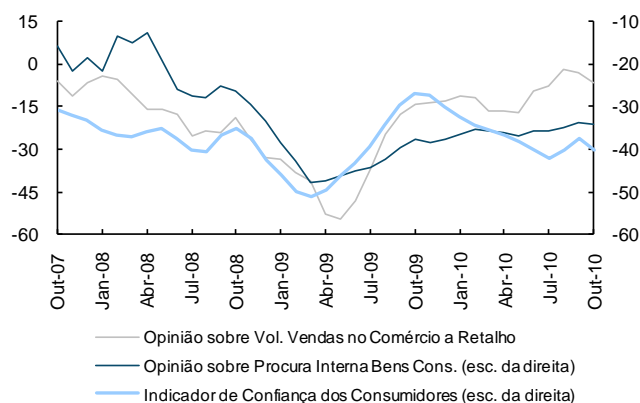


Fonte: INE.

Em Outubro verificou-se uma degradação na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de actividade no sector do comércio a retalho, e no que respeita a avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Em relação ao índice de confiança dos consumidores, apesar da quebra ocorrida em Outubro, considerando a média dos últimos 3 meses ainda se apresenta uma melhoria no indicador.

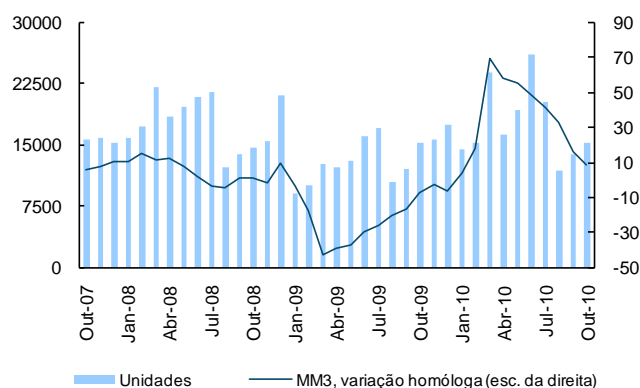
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em Outubro foram vendidos cerca de 15 mil veículos, um crescimento de 1,1% em termos homólogos, mas um aumento de 10,3% face às vendas registadas em Setembro.

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

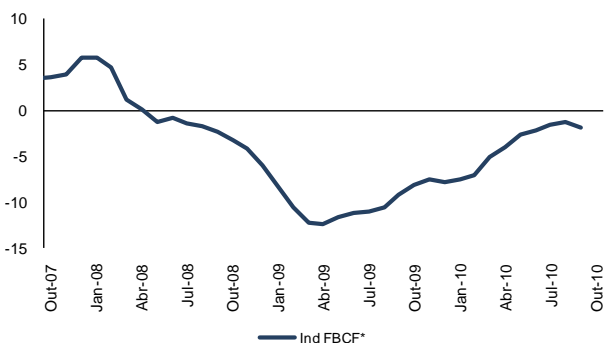
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Jul	Ago	Set	Out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,3	-1,2	0,2	2,6	2,8	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-29	-30	-35	-40	-42	-37	-34	-49
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-48	-18	-13	-17	-9	-4	2	-7	-14
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,1	-2,5	-0,2	0,8	0,3	-0,6	-0,8	-0,6	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	1,7	0,1	2,3	3,5	2,4	3,7	1,5	2,3	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,3	-4,7	-2,4	-1,4	-1,5	-4,4	-2,8	-3,1	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,1	48,8	18,4	13,5	15,1	1,1
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

**Investimento**

No 3.º trimestre de 2010 o indicador de FBCF do INE apresentou, pela 1.ª vez desde o 2.º trimestre de 2009, uma quebra mais acentuada, influenciado principalmente pelo comportamento do material de transporte, mas também pela componente de máquinas e equipamento.

**Figura 2.7. Indicador Mensal de Investimento**  
(VH, MM3)



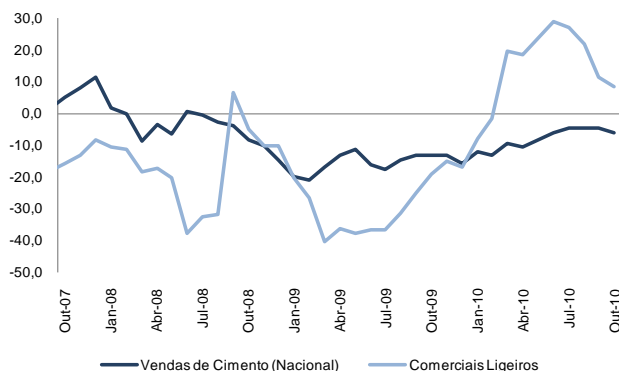
\* Disponível até Setembro

Fonte: INE.

No trimestre terminado em Outubro, e em termos homólogos, verifica-se que:

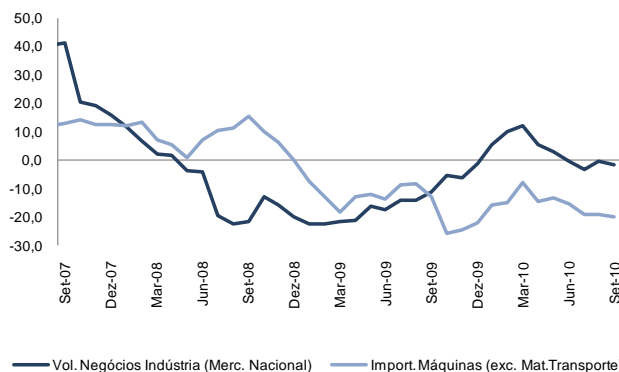
- as vendas de cimento acentuaram a quebra face ao 3.º trimestre (-6,2% e -4,7%, respectivamente);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram menos 3 p.p. do que no 3.º trimestre (8,5% face 11,5% no 3.º trimestre).
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, voltaram a agravar-se face ao 3.º trimestre.

**Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE

No 3.º trimestre, e em termos homólogos, as licenças de construção de fogos registaram uma quebra de 12,3 p.p. face ao trimestre anterior (-11,6% face a 0,7% no 2.º trimestre). Também as importações de bens de capital, excepto material de transporte e o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional voltaram a agravar-se no 3.º trimestre face ao trimestre anterior (-20,1% e -15,4% no 3.º trimestre face -15,4% e -0,2%, respectivamente).

**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

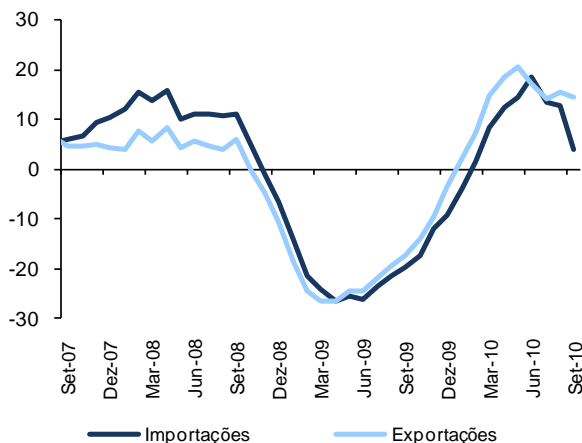
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-119	-8,6	-118	-2,3	-4,6	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-0,1	-9,2	-7,9	-5,1	-2,1	-18	-12	-13	-2,8	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,5	-13,3	-15,6	-9,4	-6,1	-4,7	-7,0	-2,2	-4,5	-11,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-25,0	-16,8	19,6	29,1	115	14,6	12,8	7,7	6,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-23,3	-48,7	-33,7	-3,6	-111	-13,1	17,2	-213	-218
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-33	-27	-52	-22	-32	-22,6	-32,7	-32,5	-30,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-38,8	-217	-16,9	0,7	-116	-22,5	16	-114	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-12,9	-22,0	-7,7	-15,4	-20,1	-32,0	-8,7	-12,1	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-11,0	-13	12,3	-0,2	-15	-3,5	5,2	-4,2	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado Nacional.

## Contas Externas

No 3.º trimestre de 2010, os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE, mostram um crescimento nominal das exportações e importações de 14,6% e 4%, respectivamente (17,3% e 18,7% no trimestre anterior, respectivamente). Verificou-se, portanto, uma desaceleração de ambos os fluxos, com especial destaque para as importações, cujo crescimento é inferior em 14,7 p.p ao verificado no trimestre anterior, tendo sido este o factor determinante para o crescimento em volume do PIB.

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Este comportamento das exportações e importações verificou-se na componente intra e extra comunitária, embora nas exportações a desaceleração seja mais acentuada na componente extra comunitária (14,7% no 3.º trimestre face a 22,3% no trimestre anterior), aquela que no trimestre anterior tinha apresentado maior crescimento.

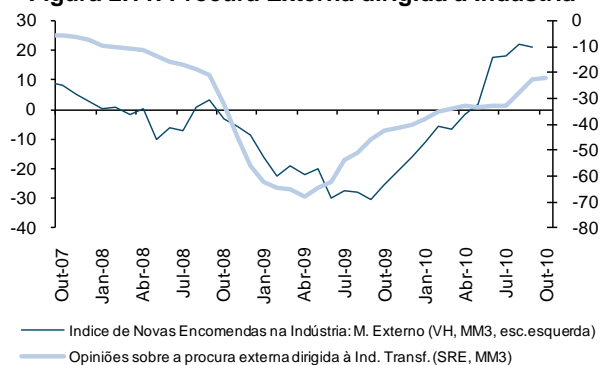
No 3.º trimestre, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuam a sua evolução positiva, com um crescimento de 21,1%, face a 17,5% no trimestre anterior. Também no trimestre terminado em Outubro, a procura externa na indústria continua a evoluir favoravelmente, com as opiniões dos empresários menos negativas face ao verificado no 3.º trimestre.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-118	-15,5	-9,8	-2,0	8,8	10,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,9	-14,8	-8,8	-4,3	5,3	10,4	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	7,1	8,1	7,3	7,3	8,5	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,3	-8,2	-9,6	-7,8	-8,9	-10,0	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,4	-24,3	-17,3	-3,5	14,8	17,3	14,6	16,1	9,0	24,5	13,6
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,0	-26,2	-19,6	-9,1	8,3	18,7	4,0	25,8	-14	15,7	0,6

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			Variação Acumulada
				Set	Jan-Set	Set	Jan-Set		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>9</sup> euros	BP	-15 869	-1241	-11686	-811	-11073	614	
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 496	-1676	-12 812	-1350	-13 008	-186	
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 983	635	4 480	749	5 093	613	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 883	-617	-6 096	-432	-5 825	272	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	414	1 640	150	1 741	101	

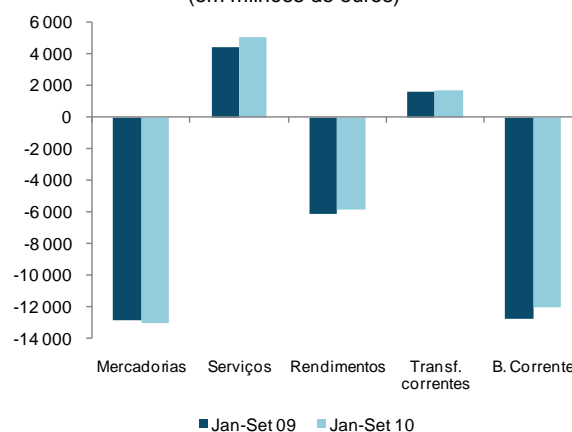
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Nos primeiros 9 meses de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 11 999 milhões de euros, o que representa uma redução de 790 milhões de euros face a igual período de 2009. Para este resultado contribuiu o aumento do excedente da balança de serviços em 613 milhões de euros, mas também uma redução do défice da balança de rendimentos de 272 milhões de euros.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



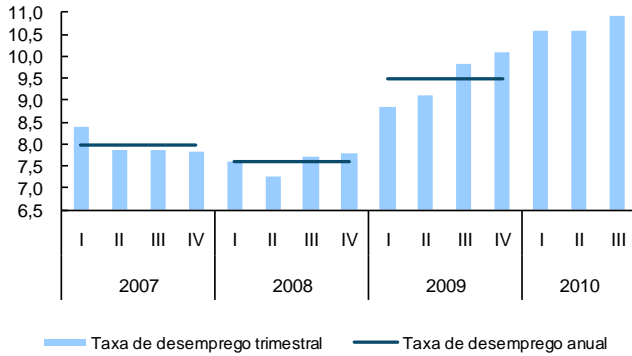
Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 614 milhões de euros face a igual período do ano anterior, o que evidencia uma menor necessidade de financiamento externo da economia.

**Mercado de Trabalho**

No 3.º trimestre de 2010, de acordo com os dados do INE, a taxa de desemprego foi de 10,9%, um aumento de 0,3 p.p. face à taxa registada no 1.º semestre. Em termos absolutos o aumento no número de pessoas desempregadas foi de aproximadamente 20 mil.

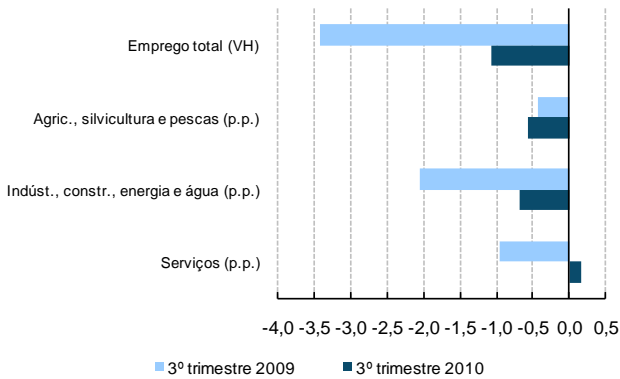
**Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)**



Fonte: INE.

A variação homóloga do emprego total no final do 3.º trimestre diminuiu 1,1% reflectindo um contributo negativo de todos os sectores, com excepção dos serviços.

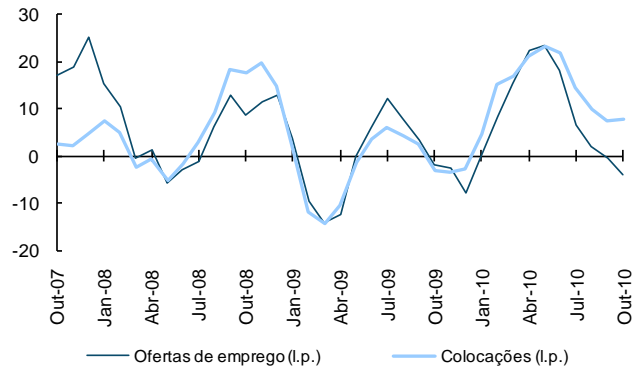
**Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego**



Fonte: INE.

De acordo com os dados do IEFP no final do mês de Outubro os desempregados registados ascendiam a 551 mil, representando um crescimento homólogo de 6,4%, mas uma diminuição de 0,9% em relação a Setembro.

**Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**

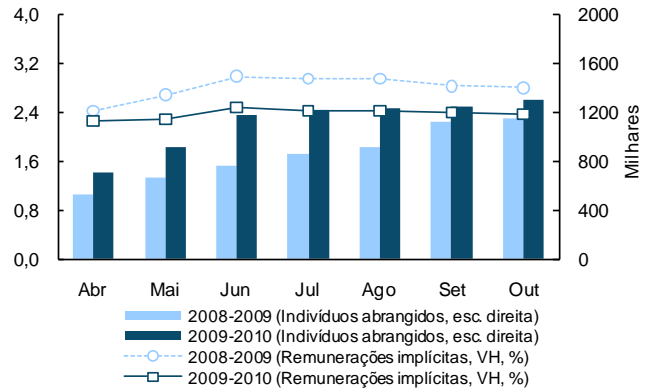


Fonte: IEFP.

O número de desempregados inscritos mensalmente tem apresentando decréscimos em termos homólogos, pelo que o aumento no desemprego se motiva mais pelo aumento da duração do mesmo e não tanto por novos desempregados.

Verificou-se uma quebra nas ofertas de emprego mas um aumento nas colocações conseguidas.

**Figura 2.16. Contratação Colectiva**



Fonte: MTSS.

Até ao final de Outubro o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 301 mil, um crescimento de 12,5% em termos homólogos, representado mais 144 mil que em igual período do ano passado, tendo as remunerações implícitas nos mesmos registado um crescimento homólogo de 2,4%.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

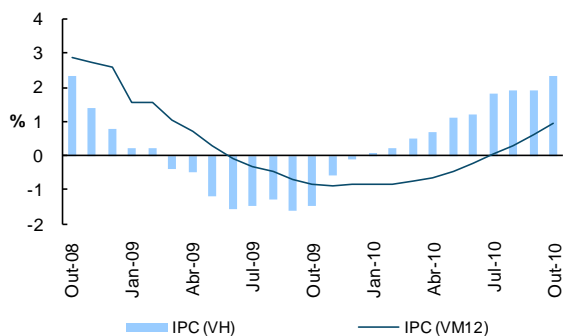
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,8	10,1	10,6	10,6	10,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-3,4	-3,0	-1,8	-1,7	-1,1	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	29,1	26,1	18,1	12,7	8,9	10,3	9,6	8,9	6,4
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-6,8	-13,8	-0,5	-5,4	-13,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	3,5	-7,7	15,4	18,1	-0,3	-1,5	11,5	-7,9	-13,3
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,8	2,8	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,1	5,0	2,9	-0,3	1,2	-0,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	2,9	2,0	1,9	1,6	:	-	-	-	-

\* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

Em Outubro o Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou uma taxa de variação homóloga de 2,3%, 0,4 p.p. acima da do mês anterior. Assim sendo, no final desse mês a variação média do IPC dos últimos 12 meses atingiu os 0,9%.

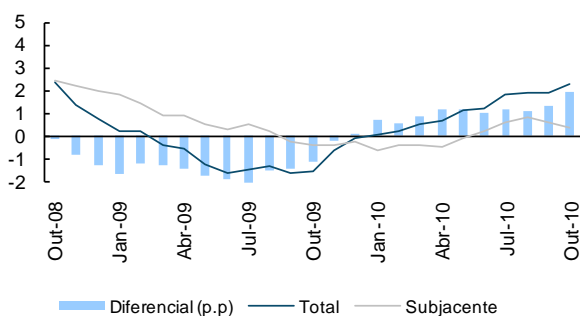
**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para este aumento foram os transportes com um incremento em termos homólogos de 5,4%, a habitação, água e electricidade, com um aumento de 5,1% e os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas onde se registou uma subida de 2,6%. No espectro oposto surgem as categorias saúde, calçado e vestuário e comunicações onde se verificaram diminuições homólogas de 2,1%, 5,1% e 1,9%, respectivamente.

**Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente**  
(VH, %)

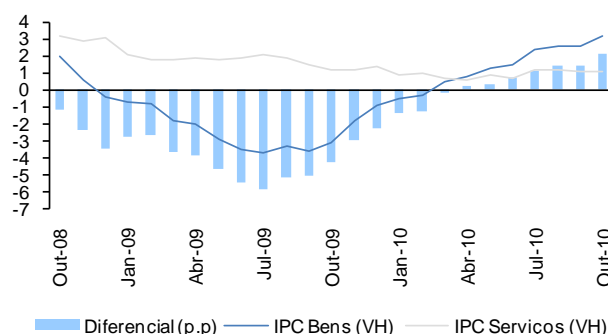


Fontes: INE.

A inflação subjacente em Outubro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,4%, 0,2 p.p. abaixo do registado em Setembro.

O diferencial face ao IPC total ascendeu 1,9 p.p., mais 0,6 p.p. que o ocorrido em Setembro.

**Figura 2.19. IPC Bens e IPC Serviços**  
(VH, %)

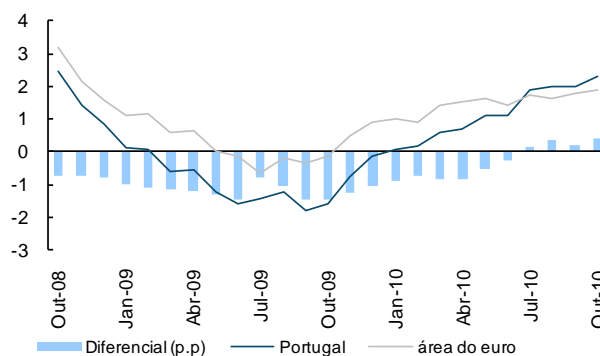


Fontes: INE.

Em Outubro registou-se uma aceleração no IPC de bens com um crescimento em termos homólogos de 3,2%, 0,6 p.p. superior ao observado em Setembro. Já no IPC de Serviços assistiu-se a uma estabilização com um aumento de 1,1%, igual ao ocorrido em Setembro. O diferencial entre ambos aumentou para 2,1 p.p. (1,5 p.p. em Setembro).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2,3% no mês de Outubro, 0,4 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,9%), aumentando em 0,2 p.p. o diferencial verificado em Setembro.

**Figura 2.20. IHPC**  
(VH)



Fonte: Eurostat.

### Quadro 2.6. Indicadores de Preços

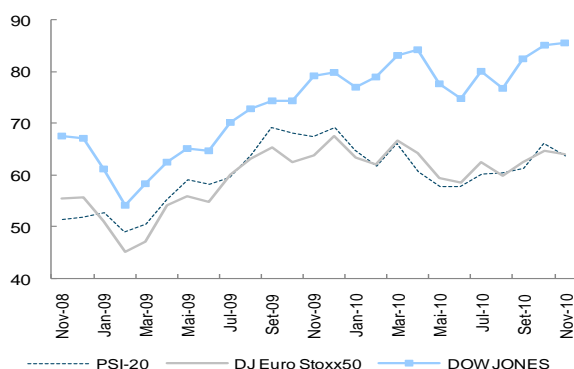
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010									
				Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4	
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	0,2	0,5	0,7	1,1	1,2	1,8	1,9	1,9	2,3	
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	
IPC – Bens	VH	"	2,4	-0,3	0,5	0,8	1,2	1,4	2,4	2,6	2,6	3,2	
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7	1,2	1,1	1,1	1,1	
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	
IHPC	"	"	-0,9	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1	1,9	2,0	2,0	2,3	
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente em Outubro, a que se deveu à divulgação de resultados positivos das empresas cotadas em bolsa respeitantes ao 3.º trimestre. Contudo, mais recentemente, a persistência de tensões existentes no mercado da dívida soberana em alguns países periféricos da AE e a incerteza dos investidores quanto ao calendário e à amplitude de novas medidas de cedência de liquidez a serem implementadas pela Reserva Federal dos EUA contribuíram para a tendência menos positiva dos índices bolsistas.

Assim, em Novembro e, em termos médios até ao dia 22, o índice *Dow Jones* aumentou 1,1%; enquanto o *Euro Stoxx50* estabilizou, face ao final do mês de Outubro.

**Figura 2.21. Índices Bolsistas**  
(Abril 2007=100, fim do período)

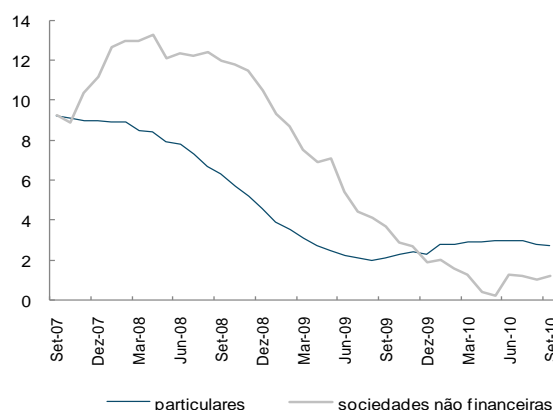


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Novembro, o valor é do dia 22.

Quanto ao índice PSI-20, assistiu-se também a um movimento descendente, mas mais pronunciado do que os índices bolsistas internacionais, reflectindo alguma incerteza quanto à sustentabilidade do saneamento das finanças públicas. Em termos médios e, até 22 de Novembro, o índice PSI-20 desceu 2,2% face ao final do mês de Outubro.

Em Setembro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro manteve-se em 2%, mas enquanto se assistiu a um fortalecimento do crédito destinado às empresas para 1,2% (1% em Agosto), o destinado aos particulares desacelerou.

**Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)

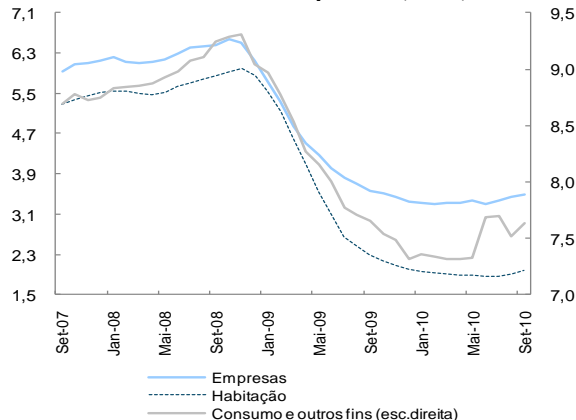


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, o ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares diminuiu para 2,7% (2,8% em Agosto), movimento esse que foi extensível tanto nos empréstimos destinados à habitação como ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a subida sido um pouco mais acentuada para o último caso, nomeadamente no crédito ao consumo e outros fins.

**Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

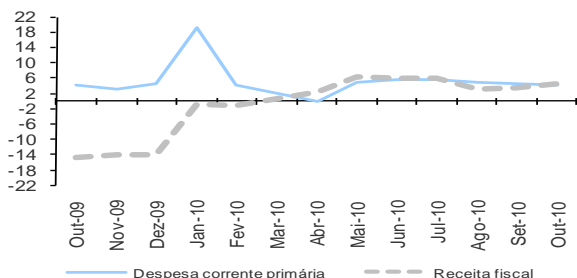
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010											
				Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,4	4,2	5,2	4,7	5,2	5,2	5,4	6,3	5,9			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	134	110	220	200	257	251	331	400	340			
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	-4,6	7,2	-8,6	-4,5	-0,1	4,3	0,3	1,5	7,7			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3	3,2	3,1	3,0	:			
- para consumo	va**	"	1,7	1,8	1,9	2,4	2,7	2,1	2,5	2,1	1,8	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	1,6	1,3	0,4	0,2	1,3	1,2	1,0	1,2	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	1,93	1,91	1,89	1,88	1,86	1,86	1,91	1,97	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,31	3,32	3,33	3,37	3,31	3,37	3,43	3,48	:			

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até Outubro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 11885 milhões de euros, o que representa um aumento de 215 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 6734 milhões de euros, 28 milhões de euros abaixo do registado no mesmo período do ano anterior.

**Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

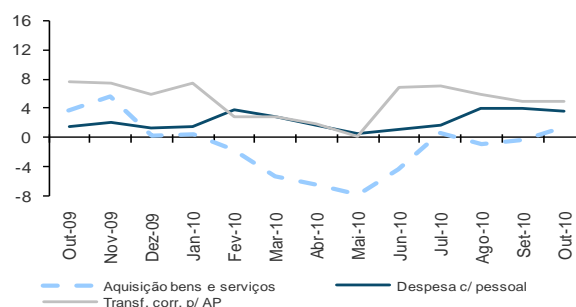
A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 4,6%, justificado pelo acréscimo de 9,2% na receita dos impostos indirectos enquanto os impostos directos apresentaram uma variação negativa (-1,3%). A maior arrecadação de impostos indirectos repercute o aumento da receita do IVA em 12,3% (em consequência de um melhor desempenho da actividade económica e do aumento das taxas em 1 p.p.), do imposto de consumo sobre o tabaco em 21,6% (devido ao aumento da introdução no consumo verificada a partir do final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 18,9% (em consequência do aumento da venda de automóveis). A queda evidenciada pelos impostos directos resulta da diminuição das receitas de IRS (-1,5%) e de IRC (-0,9%), que ainda assim apresentam uma melhoria face ao período acumulado até Setembro, em resultado da diferente calendarização, quer da transferência de participação variável do IRS quer da derrama para os municípios face ao ano anterior;
- um decréscimo da receita não fiscal em 7,6%, em consequência, principalmente, da redução nas transferências correntes (-21,3%), nomeadamente das provenientes do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P. e das devoluções da União Europeia relativas à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário, bem como dos rendimentos de propriedade (-20,7%) e das reposi-

ções não abatidas aos pagamentos (-61,4%); e

- um crescimento da despesa total em 2,8%, devido ao aumento da despesa corrente em 4,3%, com a despesa de capital a registar uma diminuição de 17,3%. O principal contributo para a variação da despesa corrente foi dado pelo aumento em 5,2% das transferências correntes corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado<sup>1</sup>, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS. Os juros e outros encargos aumentaram 4,9%, enquanto as despesas com o pessoal registam um crescimento de 2,8%, em termos comparáveis<sup>2</sup>. Os subsídios foram a única componente da despesa corrente que registaram uma quebra (-9,3%). A despesa primária aumentou 2,5%, mantendo a tendência de desaceleração verificada desde Julho passado.

**Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes**  
(VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Outubro, a dívida directa do Estado situou-se em 148 mil milhões de euros, registando um aumento de 212 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão de Bilhetes do Tesouro, que mais do que compensou a amortização líquida de outros títulos não transaccionáveis e de ECP. Refira-se, ainda, que o resgate de Certificados de Aforro contribuiu para uma diminuição do stock da dívida em cerca de 193 milhões de euros.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	30-Set-10		Out-10			31-Out-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	124 631	2 506	827	- 30	126 281	
Bilhetes do Tesouro	16 866	1 877	0	0	18 744	
Obrigações do Tesouro	103 479	:	0	:	103 479	
Não Transaccionável	23 116	3 058	4 496	0	21 678	
Certificados de Aforro	16 096	38	231	0	15 903	
CEDIC	5 107	2 247	2 328	0	5 025	
Total	147 747	5 564	5 323	- 30	147 959	

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2009		2010		2010			
	Jan a Out		Jan a Out		Jul	Ago	Set	Out
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	28076	28971	77,6	80,1	3,6	1,8	1,9	3,2
Receita corrente	27686	28446	79,5	82,4	3,3	1,3	1,4	2,7
Impostos directos	10795	10657	79,2	80,0	-2,8	-6,7	-5,5	-1,3
Impostos indirectos	13974	15257	80,9	86,1	12,7	10,6	10,4	9,2
Despesa Total	39746	40856	79,3	81,2	3,8	2,7	2,0	2,8
Despesa corrente primária	32007	33363	78,5	80,6	5,7	4,8	4,6	4,2
Despesa corrente	36915	38514	80,5	82,2	4,0	3,3	3,3	4,3
Despesa com pessoal	8945	9004	77,2	83,0	1,7	1,7	1,4	0,7
Aquisição bens e serviços	937	950	57,5	60,9	0,7	-0,9	-0,3	1,4
Subsídios	361	327	45,0	44,7	17,3	-8,0	-3,4	-9,3
Juros	4908	5151	96,8	93,6	-7,8	-8,5	-5,7	4,9
Transferências corr. p/ AP	19178	20322	82,2	82,8	7,0	5,9	6,1	6,0
Saldo Global	-11670	-11885	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-6762	-6734	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

<sup>1</sup> Em 2010, os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração directa do Estado passaram a ser suportadas pela dotação orçamental destinada ao financiamento do SNS.

<sup>2</sup> Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

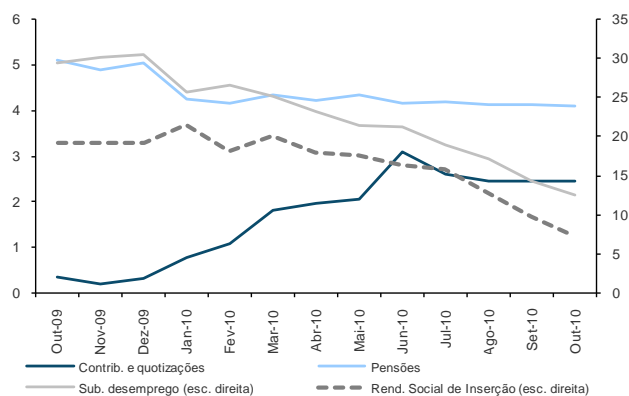
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Outubro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 999 milhões de euros, mantendo o mesmo nível que o registado em idêntico período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

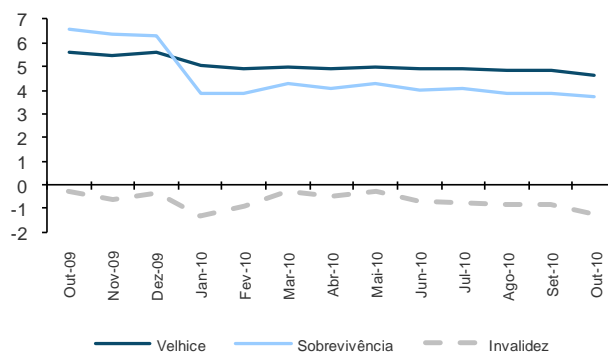
- um aumento da receita corrente em 4,9% em resultado essencialmente do aumento das transferências correntes da Administração Central (9,9%), das contribuições e quotizações (2,5%) e das transferências do Fundo Social Europeu (8,2%); e
- um aumento da despesa corrente em 5,4%, reflectindo, principalmente, a evolução da despesa em prestações sociais. Note-se, no entanto, que estas têm vindo a desacelerar desde Julho passado com destaque para a redução das taxas de crescimento do rendimento social de inserção e do subsídio de desemprego e apoio ao emprego. No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se, em Outubro, uma diminuição, em termos homólogos, de 8,7% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, enquanto as pensões de velhice da Segurança Social e o subsídio de doença aumentaram 2,1% e 1,5%, respectivamente. Merece ainda destaque o crescimento das despesas com acções de formação profissional (33,5%), com o aumento de 44,8% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

**Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



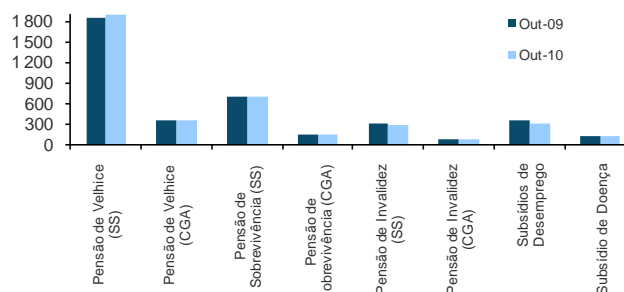
Fonte: DGO.

**Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Outubro, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 55 milhões de euros, mantendo o mesmo nível que no período homólogo anterior, reflectindo aumentos idênticos da receita e da despesa corrente (4,1%). O crescimento da receita corrente justifica-se pela subida das contribuições em 17%, parcialmente compensadas pela redução das transferências do OE (-5%). O aumento da despesa corrente reflectiu, principalmente, a evolução da despesa com pensões (+4,1%).

### Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Out		Jan a Out		Jan a Out		Jan a Out			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	18667	19600	5.0	78.7	81.3	6341	6603	4.1	83.0	79.7
Contribuições e quotizações	10733	10996	2.4	77.4	81.8	2999	3288	9.6	78.8	79.2
Transferências correntes da Adm. Central	5980	6570	9.9	87.9	76.3	3237	3253	0.5	88.1	80.9
Despesa Total	17668	18601	5.3	79.8	78.1	6396	6657	4.1	81.1	78.8
Pensões	10546	10980	4.1	77.2	78.9	6364	6626	4.1	81.2	78.8
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1665	1875	12.6	105.5	84.9	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	3746	3869	3.3	91.0	80.9	-	-	-	-	-
Saldo Global	999	999	-	-	-	-55	-55	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Outubro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 935 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 33 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 3,4%, explicada pelo decréscimo da receita de capital em 45,1%, enquanto que a receita corrente aumentou 0,6%. Para o comportamento da receita de capital contribuiu a redução das transferências de capital dos outros subsectores das Administrações Públicas (-43,5%), e da União europeia (-52,2%)<sup>2</sup>. O crescimento da receita corrente resultou do aumento das contribuições para a segurança social, CGA e ADSE (9,8%) e das transferências correntes (1%), designadamente as do Orçamento do Estado destinadas ao financiamento dos subsistemas de saúde e ao Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P; e
- uma redução da despesa em 3,7%, devido à diminuição da despesa de capital (49,2%), enquanto a despesa corrente aumentou 0,6%. Para a redução da despesa corrente contribuíram os subsídios (-45,8%), as despesas com o pessoal (-11,2%), as transferências correntes para as Administrações Públicas (-24,7%) e as outras despesas correntes (-61,1%). Em sentido inverso, verificaram-se aumentos nas rubricas aquisição de bens e serviços (9,6%) e outras transferências correntes (4,2%). Todas as rubricas da despesa de capital apresentaram decréscimos.

### Serviço Nacional de Saúde

Até Outubro, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 405 milhões de euros, registando um aumento de 70 milhões de euros face a igual período do ano transacto.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 5,4% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 6,4%. Em sentido contrário, as transferências de capital diminuíram 55,1%; e
- um acréscimo da despesa em 4,6%, justificada pelo aumento da aquisição de bens e serviços (11,6%) e das transferências de capital (51,5%). Na generalidade, as restantes rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-23,7%), outras despesas correntes (-49,5%), as transferências correntes (-45,2%) e investimento (-33,6%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas no final do ano de 2009, as quais se consubstanciam, principalmente, numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

**Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos**

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	2009	2010	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Out		Jan a Out		Set	Out	Jan a Out		Set	Out
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita Total	19 937	19 268	68.9	74.5	-2.3	-3.4	7 067	7 449	5.5	5.4
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 999	3 292	83.9	80.1	10.8	9.8	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	12 250	12 789	77.6	79.5	5.1	4.4	6 801	7 247	6.5	6.6
Despesa Total	19 038	18 333	65.5	70.8	-3.6	-3.7	6 732	7 044	3.6	4.6
Despesa com pessoal	2 343	2 082	65.1	60.6	-11.2	-11.2	818	624	-25.6	-23.7
Aquisição de bens e serviços	6 349	6 958	71.2	79.4	9.5	9.6	5 572	6 221	11.2	11.6
Transferências correntes	7 924	8 051	74.7	75.2	-0.5	1.6	118	65	-41.8	-45.2
Saldo Global	899	935	-	-	-	-	335	405	-	-

Fonte: DGO.

<sup>1</sup> Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA em 2010, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

<sup>2</sup> Em 2010, as transferências provenientes da União Europeia, no âmbito dos fundos estruturais passaram a ser contabilizadas como operações extra-orçamentais pelos serviços intermediários das mesmas e, por outro lado, em 2009, foi encerrado o QCA III.

## Administrações Local e Regional

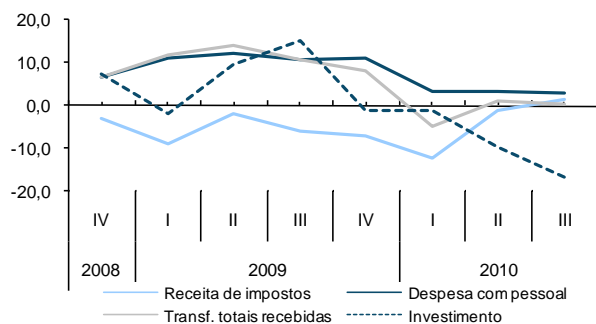
### Administração Local\*

Até ao 3º trimestre de 2010, e na óptica da contabilidade pública, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 153 milhões de euros, 479 milhões de euros acima do verificado em igual período de 2009 e considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 0,3%, tendo contribuído para o crescimento, principalmente, o comportamento das transferências correntes (2,9%), do Imposto Municipal sobre Imóveis (5,7%) e, com menor impacto, do Imposto Municipal sobre Veículos (6,9%) e dos rendimentos de propriedade (5,7%). A receita de capital diminuiu 4,7% em virtude da redução das transferências de capital (-4,3%) e das outras receitas de capital (-44,3%); e
- um decréscimo da despesa total em 8,5%, reflectindo, especialmente, a diminuição do investimento (-16,6%), das transferências (-14,7%), da aquisição de bens e de serviços (-7,5%), dos juros e outros encargos (-50,3%), subsídios (-9,3%) e outras despesas correntes (-10,8%). Apenas a despesa com pessoal e as outras despesas de capital apresentaram variações positivas (2,8% e 39,5%, respectivamente).

**Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

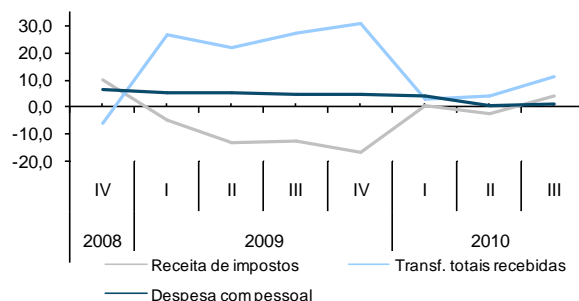
### Administração Regional

Até ao 3º trimestre de 2010, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 47 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 72 milhões de euros face a igual período de 2009.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 4,6%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências correntes (11,2%), dos impostos directos (17,0%) e da venda de bens e serviços correntes (48,6%). Em sentido contrário, constata-se reduções nas rubricas: impostos indirectos (-2,7%), outras receitas correntes (-39%) e taxas, multas e outras penalidades (-4,4%); e
- uma redução da despesa total em 0,7%, reflectindo o comportamento da despesa de capital (-35%), enquanto a despesa corrente cresceu 6,3%, com acréscimos na aquisição de bens e serviços (31,6%), outras despesas correntes (36%), transferências (1,9%), e despesas com pessoal (1,3%).

**Figura 2.30. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional**

	Administração Local*				Administração Regional			
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Jan a Set		Jun	Set	Jan a Set		Jun	Set
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita total	5 163	5 178	0.5	0.3	1 343	1 404	0.5	4.6
Impostos	1 640	1 662	-1.4	1.4	762	791	-2.2	3.8
Transferências correntes	1 598	1 644	0.9	0.2	290	323	4.2	11.2
Despesa total	5 490	5 026	-4.4	-8.5	1 461	1 451	-1.0	-0.7
Pessoal	1 703	1 751	3.3	2.8	570	578	0.7	1.3
Aquisição de bens e serviços	1 320	1 221	-1.5	-7.5	181	239	15.3	31.6
Transferências correntes	390	354	-7.7	-9.1	362	368	14.8	1.9
Investimento	1 414	1 179	-9.5	-16.6	136	92	-36.6	-32.2
Saldo global	- 327	153	-	-	- 119	- 47	-	-

Fonte: DGO.

Nota: \* Os valores da AL para 2009 referem-se ao Universo Comparável.

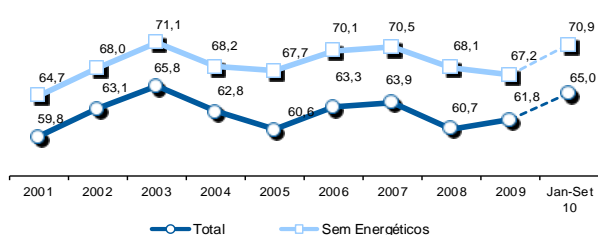
### 3. Comércio Internacional [1]

#### Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Setembro de 2010, as saídas [3] de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 15,5% e as entradas 10,2% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas e as entradas cresceram a um ritmo inferior (12,6% e 7,2%, respectivamente).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	Janeiro a Setembro			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	23.361	26.992	15,5	14,6	10,4
Entradas (cif)	37.676	41.537	10,2	4,0	4,7
(fob)	35.901	39.581	10,2	4,0	4,7
Saldo (fob-cif)	-14.315	-14.546	1,6	-12,9	-4,1
(fob-fob)	-12.541	-12.589	0,4	-15,2	-5,3
Cobertura (fob/cif)	62,0	65,0	-	-	-
(fob/fob)	65,1	68,2	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Saídas (fob)	22.242	25.052	12,6	13,5	8,0
Entradas (cif)	32.964	35.347	7,2	1,6	2,9
(fob)	31.411	33.682	7,2	1,6	2,9
Saldo (fob-cif)	-10.722	-10.295	-4,0	-21,6	-7,1
(fob-fob)	-9.169	-8.630	-5,9	-25,3	-8,8
Cobertura (fob/cif)	67,5	70,9	-	-	-
(fob/fob)	70,8	74,4	-	-	-
<b>Extra-UE</b> (milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5.728	6.763	18,1	14,7	8,2
Importações (cif)	8.063	10.443	29,5	22,8	17,1
(fob)	7.683	9.952	29,5	22,8	17,1
Saldo (fob-cif)	-2.335	-3.681	57,6	46,0	39,7
(fob-fob)	-1.955	-3.189	63,1	51,1	44,2
Cobertura (fob/cif)	71,0	64,8	-	-	-
(fob/fob)	74,6	68,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº11/2010").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de Janeiro a Setembro de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a actual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Entre Janeiro e Setembro de 2010, a taxa de cobertura (fob/cif) das saídas foi de 65%, mais 3 p.p. que em igual período no ano passado. Excluindo os produtos energéticos, a taxa de cobertura (fob/cif) das entradas pelas saídas (70,9%), manteve-se superior à taxa de cobertura para o total dos produtos em 5,9 p.p. (Figura 3.1).

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro, as saídas de mercadorias cresceram 10,4% e as entradas 4,7%, o que se traduziu numa recuperação do saldo negativo da balança comercial (4,1%). Excluindo os produtos energéticos, essa recuperação foi ainda mais significativa (7,1%).

No período de Janeiro a Setembro, as exportações para países terceiros (+18,1%) continuaram a crescer a uma taxa superior às expedições para o mercado comunitário (+14,7%). As importações também cresceram a um ritmo superior ao das chegadas (29,5% e 5%, respectivamente) (Quadro 3.2).

**Quadro 3.2. Balança Comercial: Janeiro a Setembro**

Janeiro a Setembro	valores em milhões de Euros		
	2009	2010	TVH
<b>Intra + Extra UE</b>			
Saídas	23 361	26 992	15,5
Entradas	37 676	41 537	10,2
Saldo (fob-cif)	- 14 315	- 14 546	1,6
Cobertura (fob/cif)	62,0	65,0	-
<b>Intra UE</b>			
Expedições	17 633	20 229	14,7
Chegadas	29 613	31 094	5,0
Saldo (fob-cif)	- 11 980	- 10 865	-9,3
Cobertura (fob/cif)	59,5	65,1	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (Fob)	5728	6 763	18,1
Importações (Cif)	8 063	10 443	29,5
Saldo (fob-cif)	- 2 335	- 3 680	57,6
Cobertura (fob/cif)	71,0	64,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 048	4 014	-0,9	2 473	2 608	5,5
Fev	3 775	4 230	12,1	2 424	2 719	12,1
Mar	4 430	5 029	13,5	2 649	3 333	25,8
Abr	3 997	4 485	12,2	2 524	2 962	17,4
Mai	3 984	4 679	17,4	2 572	3 048	18,5
Jun	4 408	5 544	25,8	2 703	3 137	16,1
Jul	4 697	4 630	-1,4	3 117	3 397	9,0
Ago	3 590	4 153	15,7	2 041	2 541	24,5
Set	4 747	4 774	0,6	2 857	3 247	13,6
Out	4 691			2 980		
Nov	4 718			2 911		
Dez	4 283			2 517		
1º Trim	12 253	13 273	8,3	7 546	8 659	14,8
2º Trim	12 389	14 708	18,7	7 799	9 148	17,3
3º Trim	13 034	13 557	4,0	8 015	9 184	14,6
4º Trim	13 692			8 407		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

## Saídas de Mercadorias

Entre *Janeiro e Setembro*, as saídas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 15,5%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação foi de 12,6% (Quadro 3.4).

Todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias entre *Janeiro e Setembro*.

As saídas de produtos “Energéticos” foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento homólogo do total das saídas de Janeiro a Setembro de 2010, tendo crescido 73,4%. Destaca-se, ainda, o comportamento positivo das saídas dos grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel” (+27,5%), “Químicos” (+24%), “Minérios e Metais” (+21,8%) e “Material de Transporte” (+18,9%). Os grupos de produtos “Energéticos” (+3,5 p.p.), “Químicos (+2,7 p.p.)” e “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,3 p.p.) foram aqueles que mais contribuíram para o comportamento positivo das saídas de mercadorias.

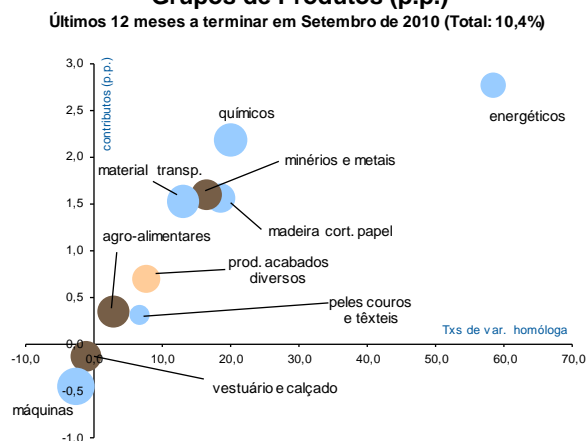
Nos *últimos 12 meses a terminar em Setembro*, as saídas registaram uma variação homóloga positiva de 10,4%. Neste período, evidencia-se, também, a performance dos grupos de produtos “Energéticos” (+58,2%) e “Químicos” (+20%). Excluindo os produtos energéticos, o crescimento das saídas foi de 8% (Quadro 3.4).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que se apresentam no Quadro 3.4 valida a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias anteriormente evidenciados.

Os produtos “Energéticos” foram os produtos que mais contribuíram para a taxa de crescimento das saídas nos *últimos 12 meses* (+2,8 p.p.), o que se justifica pela paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de Janeiro de 2009 até ao fim do passado mês de Fevereiro. Destacam-se, ainda, os contributos dos produtos “Químicos” (+2,2 p.p.) e “Madeira, cortiça e papel” e “Minérios e Metais” (ambos com +1,6 p.p.). Os grupos de produtos “Máquinas” e “Vestuário e Calçado” contribuíram negativamente para a taxa de crescimento das saídas (-0,5 p.p. e -0,1 p.p., respectivamente).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)**



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

**Quadro 3.4. Saídas \* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		Jan-Set		últimos 12 meses		Jan-Set	
	Jan-Set		2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
	2009	2010								
<b>Total das Saídas</b>	<b>23 361</b>	<b>26 992</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>10,4</b>	<b>10,4</b>	<b>15,5</b>	<b>15,5</b>
000 Agro-Alimentares	2 943	3 071	8,1	12,7	12,6	11,4	2,7	0,3	4,3	0,5
100 Energéticos	1 119	1 940	2,7	5,0	4,8	7,2	58,4	2,8	73,4	3,5
200 Químicos	2 615	3 243	9,4	11,3	11,2	12,0	20,0	2,2	24,0	2,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 963	2 503	9,0	8,8	8,4	9,3	18,4	1,6	27,5	2,3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 058	1 178	5,6	4,6	4,5	4,4	6,6	0,3	11,3	0,5
500 Vestuário e Calçado	2 640	2 663	14,0	10,9	11,3	9,9	-1,2	-0,1	0,9	0,1
600 Minérios e Metais	2 281	2 779	8,3	9,8	9,8	10,3	16,5	1,6	21,8	2,1
700 Máquinas	3 804	4 031	19,6	16,2	16,3	14,9	-2,7	-0,5	6,0	1,0
800 Material de Transporte	2 726	3 241	15,0	11,7	11,7	12,0	13,0	1,5	18,9	2,2
900 Produtos Acabados Diversos	2 211	2 343	8,2	9,0	9,5	8,7	7,6	0,7	6,0	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	22 242	25 052	97,3	95,0	95,2	92,8	8,0	7,6	12,6	12,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

\* Somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

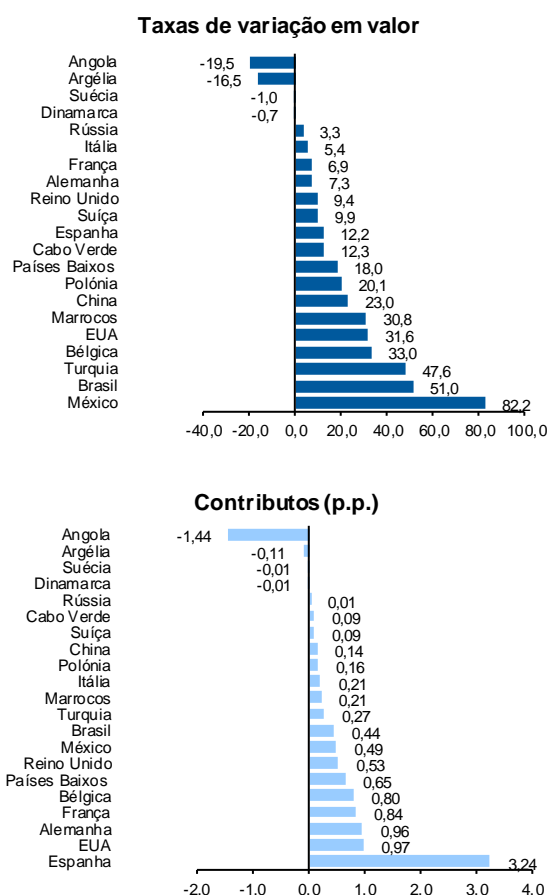
Entre Janeiro e Setembro de 2010, as expedições para os países da UE cresceram, em termos homólogos, 14,7%, com as expedições com destino aos países da UE-15 a registar uma taxa de variação homóloga positiva de 14,3% e para os 12 Países do Alargamento 25%. As exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo superior ao das expedições para a UE27, 18,1% (Quadro 3.5).

Relativamente às saídas com destino ao mercado comunitário (expedições), destaca-se o comportamento positivo de países como a Espanha (+14,6%) e a Alemanha (12,8%), os quais contribuíram 3,9 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente, para o crescimento das expedições. As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11% para o Reino Unido e 8,8% para a França.

Relativamente às saídas para os países terceiros (exportações), é de salientar o comportamento positivo do México (+90,3%), do Brasil (+68,3%), da Turquia (+45,4%), de Marrocos (+44,9%) e dos EUA (39,6%). As saídas com destino a Angola e Argélia registaram taxas de variação homólogas negativas, -20,2% e -12%, respectivamente.

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses. Angola destaca-se pela contribuição negativa mais acentuada (-1,4 p.p.) e Espanha pela maior contribuição positiva (+3,2 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Saídas com destino a uma seleção de mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Set		anual		Jan-Set		média anual 04-09*	12 meses [1]		Jan-Set	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL</b>	<b>23 361</b>	<b>26 992</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,5</b>	<b>10,4</b>	<b>10,4</b>	<b>15,5</b>	<b>15,5</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>17 633</b>	<b>20 229</b>	<b>81,5</b>	<b>75,4</b>	<b>75,5</b>	<b>74,9</b>	<b>-1,0</b>	<b>11,1</b>	<b>8,3</b>	<b>14,7</b>	<b>11,1</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>16 971</b>	<b>19 402</b>	<b>79,9</b>	<b>72,6</b>	<b>72,6</b>	<b>71,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>10,9</b>	<b>7,8</b>	<b>14,3</b>	<b>10,4</b>
Espanha	6 265	7 178	26,1	27,2	26,8	26,6	14	12,2	3,2	14,6	3,9
Alemanha	3 068	3 461	13,4	12,9	13,1	12,8	-0,2	7,3	1,0	12,8	1,7
França	2 939	3 198	13,8	12,4	12,6	11,8	-1,6	6,9	0,8	8,8	1,1
R.Unido	1 330	1 476	9,4	5,7	5,7	5,5	-8,9	9,4	0,5	11,0	0,6
Itália	891	996	4,4	3,8	3,8	3,7	-2,5	5,4	0,2	11,8	0,4
P.Baixos	860	1 073	4,1	3,6	3,7	4,0	-1,9	8,0	0,6	24,7	0,9
Bélgica	569	821	4,2	2,4	2,4	3,0	-9,9	33,0	0,8	44,1	1,1
Suécia	270	261	1,2	1,2	1,2	1,0	0,4	-1,0	0,0	-3,3	0,0
Dinamarca	184	191	0,8	0,8	0,8	0,7	-0,9	-0,7	0,0	4,1	0,0
<b>Alargamento</b>	<b>662</b>	<b>827</b>	<b>1,6</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>3,1</b>	<b>13,5</b>	<b>17,7</b>	<b>0,5</b>	<b>25,0</b>	<b>0,7</b>
Polónia	193	235	0,4	0,9	0,8	0,9	14,4	20,1	0,2	21,4	0,2
<b>Extra UE-27</b>	<b>5 728</b>	<b>6 763</b>	<b>18,5</b>	<b>24,6</b>	<b>24,5</b>	<b>25,1</b>	<b>6,4</b>	<b>8,2</b>	<b>2,1</b>	<b>18,1</b>	<b>4,4</b>
dos quais:											
Angola	1666	1330	2,2	7,1	7,1	4,9	27,3	-19,5	-14	-20,2	-14
EUA	720	1004	5,6	3,2	3,1	3,7	-10,3	31,6	1,0	39,6	12
Brasil	184	309	0,5	0,9	0,8	1,1	13,8	51,0	0,4	68,3	0,5
Suíça	217	247	0,9	0,9	0,9	0,9	1,1	9,9	0,1	13,8	0,1
C.Verde	163	198	0,5	0,7	0,7	0,7	9,8	12,3	0,1	21,6	0,2
China	152	169	0,3	0,7	0,7	0,6	17,0	23,0	0,1	11,0	0,1
Marrocos	165	225	0,5	0,7	0,7	0,8	8,4	30,8	0,2	44,9	0,3
México	169	302	0,2	0,6	0,7	1,1	23,4	82,2	0,5	90,3	0,6
Turquia	145	211	0,6	0,6	0,6	0,8	3,1	47,6	0,3	45,4	0,3
Argélia	169	149	0,1	0,6	0,7	0,6	36,3	-16,5	-0,1	-12,0	-0,1
Por memória:											
Rússia	73	90	0,2	0,3	0,3	0,3	12,8	3,3	0,0	23,5	0,1
PALOP	1971	1698	2,9	8,4	8,4	6,3	24,0	-14,5	-13	-13,8	-12
EFTA	286	316	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1	7,6	0,1	10,3	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Out 09 - Set 10) / (Out 08 - Set 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) - 100.

## Entradas de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2010, as entradas de mercadorias registaram um crescimento homólogo de 10,2% (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário registaram um crescimento homólogo de 5%, com as entradas provenientes dos países da UE-15 crescido 4,8% e as provenientes dos países do Alargamento 10,3%. Destaca-se o crescimento homólogo das entradas provenientes do Reino Unido (+30%), da Suécia (+15,5%), e da Bélgica (+10,1%).

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas, representando 74,9% das entradas de mercadorias, sendo que, aproximadamente, 72,5% são relativos aos países da UE-15.

Entre Janeiro e Setembro de 2010, as entradas de mercadorias provenientes de países terceiros (importações) cresceram, em termos homólogos, 29,5%, representando 25,1% do total das entradas.

Neste mesmo período, assinala-se o crescimento homólogo das importações provenientes da Líbia (+115,5%), Índia (+60,6%), Arábia Saudita (+60,2%) e China (+44,6%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,2% do total das entradas e contribuíram 2,3 p.p. para o crescimento das entradas de mercadorias.

À excepção do grupo de produtos "Máquinas" (-1,7 p.p.), todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das entradas de mercadorias no país. Destacam-se os grupos "Energéticos" (+3,9 p.p.), "Material de Transporte" (+3,6 p.p.), "Químicos" (+1,6 p.p.) e "Minérios e Metais" (+1,3 p.p.).

**Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Set		Anual		Jan-Set		12 meses [1]		Jan-Set	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>37 676</b>	<b>41 537</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>	<b>10,2</b>	<b>10,2</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	5 636	5 771	12,4	14,7	15,0	13,9	0,3	0,0	2,4	0,4
100-Energéticos	4 712	6 190	10,5	12,6	12,5	14,9	16,8	2,2	31,4	3,9
200-Químicos	5 778	6 364	13,7	15,2	15,3	15,3	7,1	1,1	10,1	1,6
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 737	1 911	5,0	4,6	4,6	4,6	5,2	0,2	10,0	0,5
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 627	2 800	7,6	6,8	7,0	6,7	3,5	0,2	6,6	0,5
500-Minérios e Metais	3 034	3 517	9,7	8,3	8,1	8,5	6,7	0,6	15,9	1,3
600-Máquinas [3]	7 337	6 683	21,2	19,2	19,5	16,1	-14,0	-2,8	-8,9	-1,7
700-Material de Transporte [4]	4 366	5 739	14,1	12,2	11,6	13,8	27,0	3,1	31,4	3,6
800-Prod. Acabados Diversos	2 448	2 563	5,9	6,4	6,5	6,2	2,8	0,2	4,7	0,3
<b>Total sem energéticos</b>	<b>32 964</b>	<b>35 347</b>	<b>89,5</b>	<b>87,4</b>	<b>87,5</b>	<b>85,1</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>	<b>7,2</b>	<b>6,3</b>
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>29 613</b>	<b>31 094</b>	<b>79,5</b>	<b>78,6</b>	<b>78,6</b>	<b>74,9</b>	<b>1,3</b>	<b>1,0</b>	<b>5,0</b>	<b>3,9</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>28 735</b>	<b>30 125</b>	<b>77,8</b>	<b>76,2</b>	<b>76,3</b>	<b>72,5</b>	<b>1,1</b>	<b>0,8</b>	<b>4,8</b>	<b>3,7</b>
Espanha	12 186	12 723	31,2	32,6	32,3	30,6	1,4	0,4	4,4	1,4
Alemanha	5 094	5 567	14,4	13,3	13,5	13,4	1,1	0,2	9,3	1,3
França	3 100	3 058	9,3	8,3	8,2	7,4	-0,2	0,0	-1,3	-0,1
Itália	2 171	2 384	6,2	5,8	5,8	5,7	6,2	0,4	9,8	0,6
Países Baixos	2 107	2 137	4,7	5,5	5,6	5,1	-1,5	-0,1	1,5	0,1
Reino Unido	1 210	1 573	4,6	3,3	3,2	3,8	19,2	0,6	30,0	1,0
Bélgica	1 078	1 187	2,9	2,8	2,9	2,9	3,8	0,1	10,1	0,3
Suécia	376	435	1,3	1,0	1,0	1,0	8,4	0,1	15,5	0,2
Irlanda	374	382	0,8	1,0	1,0	0,9	5,9	0,1	2,2	0,0
<b>Alargamento</b>	<b>878</b>	<b>968</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>7,9</b>	<b>0,2</b>	<b>10,3</b>	<b>0,2</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>8 063</b>	<b>10 443</b>	<b>20,5</b>	<b>21,4</b>	<b>21,4</b>	<b>25,1</b>	<b>17,1</b>	<b>3,7</b>	<b>29,5</b>	<b>6,3</b>
dos quais:										
Nigéria	900	986	1,4	2,4	2,4	2,4	15	0,0	9,6	0,2
China	822	1 188	0,9	2,2	2,2	2,9	20,4	0,5	44,6	1,0
Brasil	730	769	1,7	1,7	1,9	1,9	-2,1	0,0	5,3	0,1
EUA	624	608	2,1	1,7	1,7	1,5	-0,7	0,0	-2,6	0,0
Noruega	385	440	1,1	1,1	1,0	1,1	23,4	0,2	14,4	0,1
Rússia	375	310	1,2	1,0	1,0	0,7	7,4	0,1	-17,4	-0,2
Arábia Saudita	275	440	0,6	0,8	0,7	1,1	28,8	0,2	60,2	0,4
Líbia	271	583	0,7	0,6	0,7	1,4	97,2	0,6	115,5	0,8
Suíça	233	274	0,6	0,6	0,6	0,7	15,6	0,1	17,5	0,1
Japão	227	277	1,3	0,6	0,6	0,7	-13,4	-0,1	22,1	0,1
Turquia	199	245	0,7	0,6	0,5	0,6	19,4	0,1	22,8	0,1
Coreia do Sul	212	189	0,5	0,5	0,6	0,5	-15,7	-0,1	-11,0	-0,1
Argélia	199	159	1,0	0,5	0,5	0,4	-39,2	-0,3	-20,1	-0,1
Índia	193	310	0,4	0,5	0,5	0,7	37,9	0,2	60,6	0,3
OPEP[5]	2 093	2 977	4,5	5,8	5,6	7,2	22,0	1,3	42,2	2,3
EFTA	637	726	1,8	1,8	1,7	1,7	19,0	0,3	14,0	0,2
PALOP	83	471	0,1	0,4	0,2	1,1	235,4	0,8	467,8	1,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1] (Out 09 - Set 10) / (Out 08 - Set 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

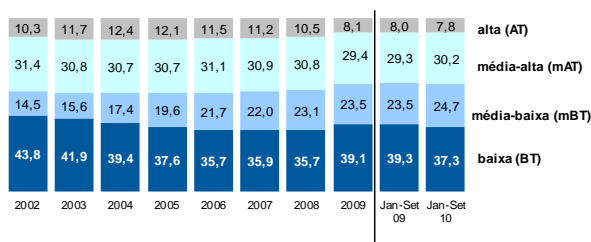
## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No período de Janeiro a Setembro de 2010, as saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) representam 54,9% do total das saídas de produtos industriais transformados. Os produtos de *média intensidade tecnológica* continuam a ser os produtos cujas saídas apresentaram uma maior taxa de crescimento homólogo e uma maior contribuição para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados, sendo que os produtos de *média alta intensidade tecnológica* foram os que mais contribuíram para as saídas de produtos industriais transformados (5,4 p.p.) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

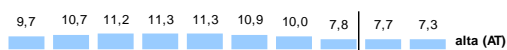
Entre Janeiro e Setembro de 2010, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram para 37,3% do total das saídas de produtos industriais transformados. As saídas deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 9,1%.

Apesar do peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* continuar a apresentar uma tendência decrescente (7,8% entre Janeiro e Agosto de 2010), as saídas deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 11,6%.

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**

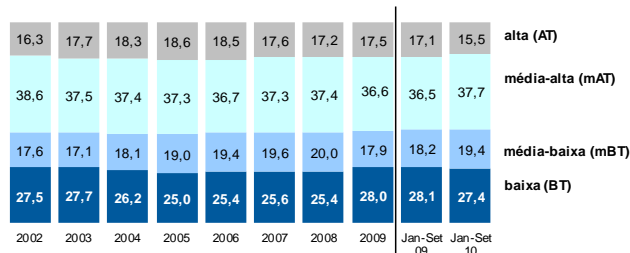


**Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":**



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas. Os dados do período de Janeiro a Setembro de 2009 e 2010 são dados declarados.

## Quadro 3.7. Saídas e Entradas \* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Setembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)		
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Set 2010/09	2008	2009	Jan-Set		2009	Jan-Set 2010	
									2009	2010			
<b>SAÍDAS*</b>													
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>29 989 042</b>	<b>22 113 354</b>	<b>25 389 813</b>	<b>0,2</b>	<b>-18,2</b>	<b>14,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-18,2</b>	<b>14,8</b>	
Alta tecnologia	2 414 667	1 764 676	1 968 795	-8,1	-37,1	11,6	10,5	8,1	8,0	7,8	-3,9	0,9	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 320 705	1 697 625	1 855 424	-6,6	-36,1	9,3	10,0	7,8	7,7	7,3	-3,6	0,7	
Média-alta tecnologia	8 810 227	6 471 189	7 673 162	-0,7	-21,9	18,6	30,8	29,4	29,3	30,2	-6,7	5,4	
Média-baixa tecnologia	7 034 011	5 197 931	6 282 335	6,3	-17,0	20,9	23,1	23,5	23,5	24,7	-3,9	4,9	
Baixa tecnologia	11 730 137	8 679 557	9 465 522	0,1	-10,3	9,1	35,7	39,1	39,3	37,3	-3,7	3,6	
<i>Por memória:</i>													
<b>Total das Saídas</b>	<b>31 768 156</b>	<b>23 360 667</b>	<b>26 991 879</b>	<b>0,5</b>	<b>-18,4</b>	<b>15,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-18,4</b>	<b>15,5</b>	
Residual [3]	1 779 113	1 247 313	1 602 065	7,1	-22,3	28,4	5,9	5,6	5,3	5,9	-1,3	1,5	
<b>ENTRADAS*</b>													
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>43 472 102</b>	<b>31 933 015</b>	<b>34 078 930</b>	<b>0,5</b>	<b>-16,6</b>	<b>6,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-16,6</b>	<b>6,7</b>	
Alta tecnologia	7 599 703	5 469 877	5 289 362	-0,5	-15,2	-3,3	17,2	17,5	17,1	15,5	-2,6	-0,6	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 928 309	5 094 709	5 016 763	-0,5	-15,7	-1,5	16,0	16,2	16,1	14,8	-2,5	-0,2	
Média-alta tecnologia	15 918 624	11 652 099	12 857 917	0,0	-18,4	10,3	37,4	36,6	36,5	37,7	-6,9	3,8	
Média-baixa tecnologia	7 797 767	5 822 748	6 607 888	0,3	-25,1	13,5	20,0	17,9	18,2	19,4	-5,0	2,5	
Baixa tecnologia	12 156 009	8 988 291	9 323 763	1,8	-8,2	3,7	25,4	28,0	28,1	27,4	-2,1	1,1	
<i>Por memória:</i>													
<b>Total das Entradas</b>	<b>51 367 886</b>	<b>37 675 886</b>	<b>41 537 394</b>	<b>0,8</b>	<b>-20,0</b>	<b>10,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-20,0</b>	<b>10,2</b>	
Residual [3]	7 895 784	5 742 871	7 458 464	3,2	-34,6	29,9	18,8	15,4	15,2	18,0	-6,5	4,6	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para o período de Janeiro a Setembro de 2009 e de 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

\* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

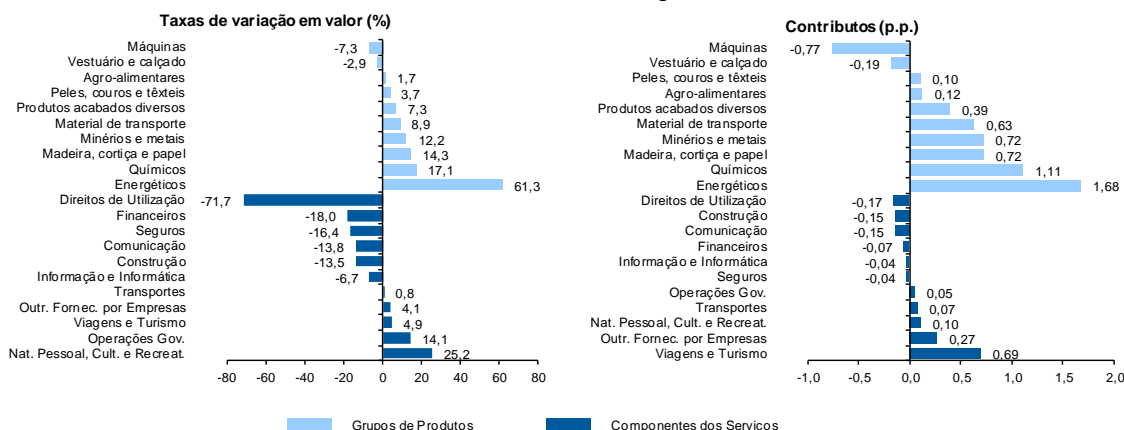
De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, entre Janeiro e Agosto de 2010, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, em termos homólogos, 12,3%, sendo que a componente dos Bens teve um contributo para o crescimento das “exportações” totais superior ao da componente dos Serviços (9,9 p.p. e 2,4 p.p., respectivamente).

Neste período, a componente dos Serviços representou 32,7% do total das “Exportações”. No que se refere às “Importações” (débitos) o seu peso no total foi de 16,9% (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Destaca-se, novamente, o contributo positivo dos Produtos Energéticos (+1,68 p.p.). Do lado dos serviços, mas de menor significado, destacam-se os serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (0,69 p.p.).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para as “Exportações” de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das “exportações” de Bens. A distribuição do contributo das “Exportações” de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros).

### Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Agosto		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2009	2010	Anual		Jan-Ago		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Ago	
			2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>31 439</b>	<b>35 301</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,4</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>	<b>12,3</b>	<b>12,3</b>
<b>Bens</b>	<b>20 653</b>	<b>23 773</b>	<b>72,4</b>	<b>66,2</b>	<b>65,7</b>	<b>67,3</b>	<b>0,6</b>	<b>6,8</b>	<b>4,5</b>	<b>15,1</b>	<b>9,9</b>
<b>Serviços</b>	<b>10 786</b>	<b>11 528</b>	<b>27,6</b>	<b>33,8</b>	<b>34,3</b>	<b>32,7</b>	<b>6,6</b>	<b>1,7</b>	<b>0,6</b>	<b>6,9</b>	<b>2,4</b>
Transportes	2 750	3 075	5,3	8,6	8,7	8,5	12,6	0,8	0,1	9,7	0,8
Viagens e Turismo	4 616	5 058	14,5	14,4	14,7	14,3	2,2	4,9	0,7	9,6	1,4
Comunicação	346	321	0,8	1,0	1,1	0,9	6,1	-13,8	-0,1	-7,2	-0,1
Construção	336	311	0,8	1,1	1,1	0,9	7,9	-13,5	-0,2	-7,4	-0,1
Seguros	75	59	0,3	0,2	0,2	0,2	-0,7	-16,4	0,0	-20,5	0,0
Financeiros	100	99	0,4	0,3	0,3	0,3	-3,1	-18,0	-0,1	-1,8	0,0
Informação e Informática	182	179	0,3	0,5	0,6	0,5	17,9	-6,7	0,0	-1,7	0,0
Direitos de Utilização	96	20	0,1	0,2	0,3	0,1	37,8	-71,7	-0,2	-79,5	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	2 039	2 168	4,4	6,7	6,5	6,1	11,2	4,1	0,3	6,3	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	139	172	0,4	0,5	0,4	0,5	7,8	25,2	0,1	23,9	0,1
Operações Governamentais	107	125	0,4	0,3	0,3	0,4	15	14,1	0,0	16,4	0,1
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>38 730</b>	<b>42 498</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>9,7</b>	<b>9,7</b>
<b>Bens</b>	<b>31 788</b>	<b>35 318</b>	<b>85,9</b>	<b>82,7</b>	<b>82,1</b>	<b>83,1</b>	<b>0,9</b>	<b>2,2</b>	<b>1,8</b>	<b>11,1</b>	<b>9,1</b>
<b>Serviços</b>	<b>6 941</b>	<b>7 180</b>	<b>14,1</b>	<b>17,3</b>	<b>17,9</b>	<b>16,9</b>	<b>5,8</b>	<b>-1,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>3,4</b>	<b>0,6</b>
Transportes	1 975	2 101	4,5	5,1	5,1	4,9	4,2	-0,2	0,0	6,3	0,3
Viagens e Turismo	1 856	2 012	4,0	4,5	4,8	4,7	4,0	2,2	0,1	8,4	0,4
Comunicação	323	297	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-12,9	-0,1	-8,0	-0,1
Construção	82	61	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-218	0,0	-26,2	-0,1
Seguros	135	165	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	11,6	0,0	22,5	0,1
Financeiros	120	151	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	4,6	0,0	25,7	0,1
Informação e Informática	243	238	0,3	0,6	0,6	0,6	17,1	4,4	0,0	-2,2	0,0
Direitos de Utilização	248	274	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	6,3	0,0	10,6	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 559	1 473	2,6	3,9	4,0	3,5	9,9	-8,1	-0,3	-5,5	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	319	326	0,5	0,8	0,8	0,8	10,8	7,9	0,1	2,1	0,0
Operações Governamentais	80	81	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-6,2	0,0	1,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as “Importações” totais de Bens e para as “Exportações” de Serviços.

Notas:

As “Exportações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros). As “Importações” das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das “Chegadas” de mercadorias para a UE com as “Importações” para Países Terceiros).

Valores Fob para a “Importação” de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share :  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ . Medem a proporção de crescimento das “Exportações”/“Importações” atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Agosto de 2010.

**Destaques**



## Caracterização do Desemprego

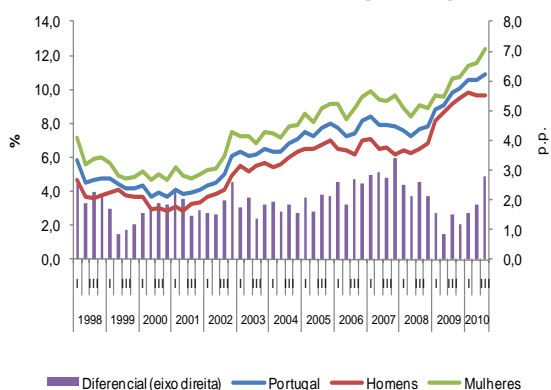
Nos últimos anos, o desemprego tem vindo a registar níveis historicamente elevados, com todas as implicações daí decorrentes quer ao nível económico, quer no plano social. Neste contexto, e nas condições actuais da economia portuguesa o desemprego surge como uma das maiores preocupações das políticas governamentais e importa ter um conhecimento da situação actual e da sua evolução.

### 1. Desemprego e Taxa de Desemprego

Segundo os dados mais recentes publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego atingiu os 10,9% no 3.º trimestre de 2010, 0,3 p.p. acima do verificado no primeiro semestre de 2010, representando um total de 609 mil desempregados. Este acréscimo na taxa de desemprego resultou da conjugação de um aumento de 19,6 mil desempregados e de uma diminuição de 8,4 mil na população activa.

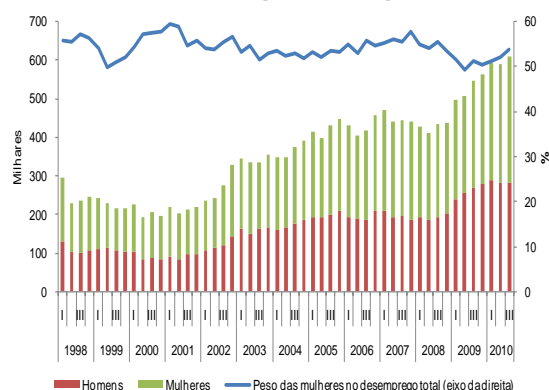
Analisando por género é possível observar que o acréscimo na taxa de desemprego se deve a um aumento da taxa de desemprego das mulheres, cuja taxa de desemprego no 3.º trimestre de 2010 ascendeu aos 12,4%, 0,9 p.p. acima da existente no 2.º trimestre. Já nos homens a taxa de desemprego situou-se nos 9,6%, 0,1 p.p. abaixo da taxa no 2.º trimestre. No final do 3.º trimestre as mulheres representavam 53,9% dos desempregados, um acréscimo de 1,9 p.p. face ao 2.º trimestre.

**Gráfico 1.1. Taxa de desemprego por género**



Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

**Gráfico 1.2. Desempregados por género**



Como é possível observar nos gráficos anteriores, manteve-se a tendência da taxa de desemprego nas mulheres ser superior à taxa de desemprego total, sendo que no 3.º trimestre o diferencial entre as taxas de desemprego nas mulheres e nos homens atingiu os 2,8 p.p., traduzindo um aumento de 1 p.p. acima do diferencial registado no 2.º trimestre.

Acrescentando uma dimensão territorial baseada nas NUTS II à análise verifica-se que existem grandes assimetrias nas taxas de desemprego registadas nas diferentes regiões, com os extremos a variar entre 13,2% na região Norte e 6,2% na Região Autónoma dos Açores. Considerando-se ainda por género, a taxa de desemprego nas mulheres mais elevada é de 16,3% na região Norte, já a mais baixa é de 7,1% na Região Autónoma da Madeira. Nos homens a taxa de desemprego mais alta é de 13,3% no Algarve e a mais baixa é de 6,1% na Região Autónoma dos Açores.

Na região de Lisboa, do Algarve e da Região Autónoma da Madeira verifica-se que a taxa de desemprego nas mulheres é inferior à dos homens.

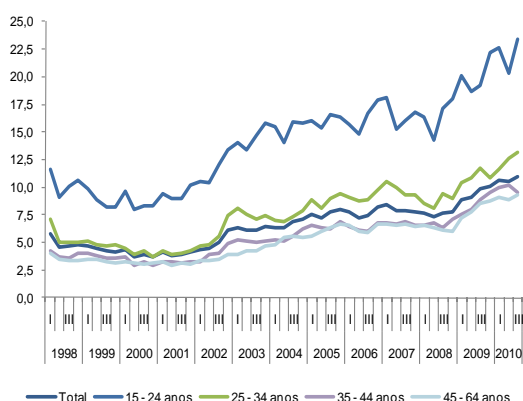
As NUTS II Centro, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira são as únicas que apresentam taxas de desemprego inferiores à taxa de desemprego registada em Portugal.

Quadro 1.1. Taxa de desemprego por género e por NUTS II

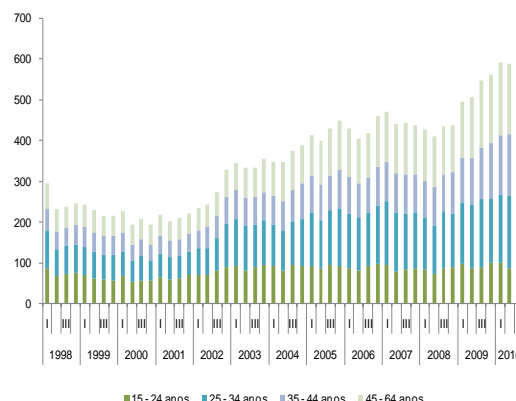
	2009				2010		
	I	II	III	IV	I	II	III
<b>Portugal</b>	<b>8,9</b>	<b>9,1</b>	<b>9,8</b>	<b>10,1</b>	<b>10,6</b>	<b>10,6</b>	<b>10,9</b>
Homens	8,1	8,7	9,1	9,5	9,8	9,7	9,6
Mulheres	9,7	9,5	10,6	10,7	11,4	11,5	12,4
Diferencial (p.p.)	<b>1,6</b>	<b>0,9</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>	<b>2,8</b>
<b>Norte</b>	<b>10,1</b>	<b>10,5</b>	<b>11,6</b>	<b>11,9</b>	<b>12,5</b>	<b>12,2</b>	<b>13,2</b>
Homens	9,2	9,9	10,0	10,3	10,9	10,3	10,5
Mulheres	11,0	11,3	13,4	13,7	14,2	14,4	16,3
Diferencial (p.p.)	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	<b>4,1</b>	<b>5,7</b>
<b>Centro</b>	<b>6,7</b>	<b>6,3</b>	<b>7,2</b>	<b>7,3</b>	<b>7,9</b>	<b>7,7</b>	<b>7,4</b>
Homens	5,9	5,9	7,0	7,6	7,6	7,3	6,2
Mulheres	7,6	6,8	7,4	6,9	8,3	8,1	8,7
Diferencial (p.p.)	<b>1,7</b>	<b>0,9</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>2,5</b>
<b>Lisboa</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>10,3</b>	<b>10,4</b>	<b>10,5</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>
Homens	8,7	9,6	10,1	10,2	10,2	10,8	11,4
Mulheres	9,4	9,2	10,4	10,5	10,8	11,2	11,1
Diferencial (p.p.)	<b>0,7</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Alentejo</b>	<b>10,2</b>	<b>11,3</b>	<b>10,2</b>	<b>10,4</b>	<b>11,1</b>	<b>11,8</b>	<b>11,6</b>
Homens	9,2	10,5	9,2	8,9	9,9	10,2	9,5
Mulheres	11,4	12,4	11,5	12,3	12,6	13,6	14,1
Diferencial (p.p.)	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>2,3</b>	<b>3,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,5</b>	<b>4,6</b>
<b>Algarve</b>	<b>10,3</b>	<b>9,0</b>	<b>10,2</b>	<b>11,8</b>	<b>13,6</b>	<b>12,2</b>	<b>12,9</b>
Homens	8,4	7,5	9,8	12,0	12,9	12,1	13,3
Mulheres	12,6	10,9	10,8	11,6	14,5	12,3	12,2
Diferencial (p.p.)	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>	<b>1,0</b>	<b>-0,4</b>	<b>1,6</b>	<b>0,2</b>	<b>-1,1</b>
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>6,7</b>	<b>7,0</b>	<b>6,3</b>	<b>7,1</b>	<b>7,7</b>	<b>6,2</b>	<b>6,6</b>
Homens	5,5	6,3	5,4	6,5	7,8	6,4	6,1
Mulheres	8,4	8,1	7,5	7,9	7,5	5,9	7,3
Diferencial (p.p.)	<b>2,9</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>1,2</b>
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	<b>6,8</b>	<b>8,1</b>	<b>7,9</b>	<b>7,5</b>	<b>6,3</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>
Homens	7,6	9,4	9,4	9,6	8,5	9,7	8,5
Mulheres	6,0	6,5	6,3	5,3	3,8	6,5	7,1
Diferencial (p.p.)	<b>-1,5</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,1</b>	<b>-4,3</b>	<b>-4,7</b>	<b>-3,2</b>	<b>-1,3</b>

Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

Considerando por grupo etário observa-se que as taxas de desemprego são superiores entre os jovens, com os grupos etários dos 15-24 e 25-34 anos a apresentarem taxas de desemprego sistematicamente superiores às da população total. No 3.º trimestre de 2010 assistiu-se a um aumento na taxa de desemprego dos mesmos, atingindo os 23,4% (3,1 p.p. superior ao 2.º trimestre) e 13,2% (0,8 p.p. acima do 2.º trimestre), respectivamente, aumentando o diferencial para a taxa de desemprego global que cresceu apenas 0,3 p.p. face ao 2.º trimestre.

**Gráfico 1.3. Taxa de desemprego por grupo etário**

Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

**Gráfico 1.4. Desemprego por grupo etário (milhares)**

No grupo etário dos 35-44 anos verificou-se, pelo contrário, uma redução da taxa de desemprego, situando-se nos 9,5%, menos 0,7 p.p. que no 2.º trimestre e no grupo etário 45-64 anos a taxa de desemprego no 3.º trimestre foi de 9,3%, 0,4 p.p. acima da registada no 2.º trimestre.

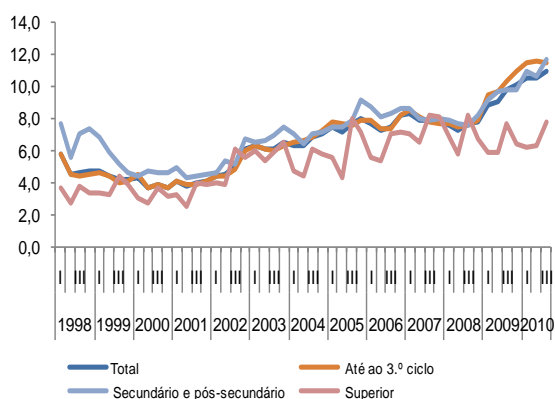
Analisando pelo número de desempregados observa-se que o maior número deles se encontra na faixa etária dos 25-34 anos, representado 31% do total dos desempregados.

Os desempregados entre os 45-64 anos representam, por sua vez, 30% do total de desempregados.

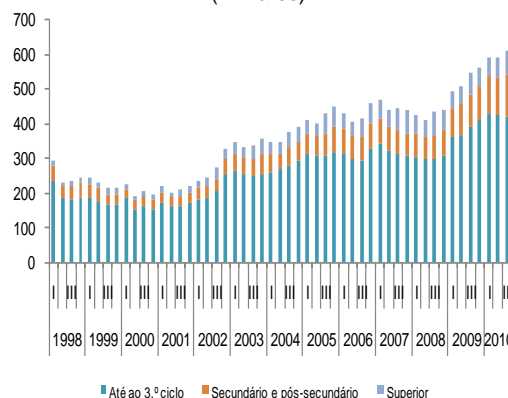
Entre os 15-24 anos e os 35-44 encontram-se 16% e 23% do total de desempregados, respectivamente.

Em termos homólogos o crescimento mais elevado foi de 12% no grupo etário 45-64 anos e o mais baixo foi de 9,8% no grupo etário 35-44 anos.

Por nível de escolaridade, constata-se que apenas os indivíduos com licenciatura registam uma taxa de desemprego inferior à taxa global.

**Gráfico 1.5. Taxa de desemprego por nível de escolaridade**

Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

**Gráfico 1.6. Desemprego por nível de escolaridade (milhares)**

No final do 3.º trimestre a taxa de desemprego para os indivíduos com formação até ao 3.º ciclo foi de 11,5% (0,1 p.p. abaixo da do 2.º trimestre). Já nas pessoas com secundário e pós-secundário a taxa de desemprego situou-se nos 11,7% (0,9 p.p. acima da do 2.º trimestre). Nos licenciados a taxa de desemprego apurada foi de 7,8% (1,5 p.p. superior à registada no 2.º trimestre).

Quadro 1.2. Taxa de desemprego por grupo etário e nível de escolaridade

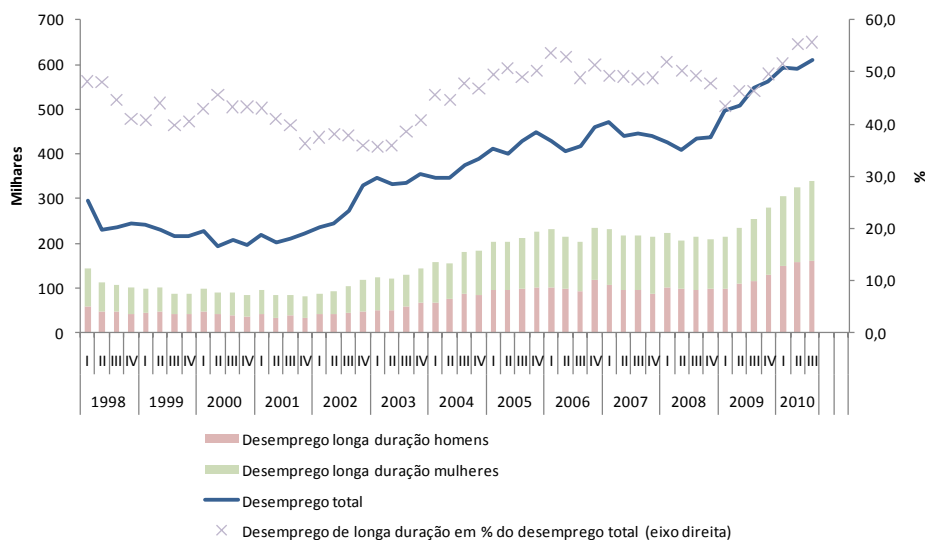
		2009				2010		
		I	II	III	IV	I	II	III
Total	Total	8,9	9,1	9,8	10,1	10,6	10,6	10,9
	Até ao 3.º ciclo	9,5	9,7	10,3	11,0	11,5	11,6	11,5
	Secundário e pós-secundário	9,1	9,7	9,8	9,9	10,9	10,6	11,7
	Superior	5,9	5,9	7,7	6,4	6,2	6,3	7,8
15 - 24 anos	Total	20,1	18,7	19,2	22,2	22,7	20,3	23,4
	Até ao 3.º ciclo	20,9	20,4	17,9	21,8	23,1	20,9	22,7
	Secundário e pós-secundário	16,9	15,1	19,2	20,8	21,0	18,9	22,7
	Superior	24,1	17,5	27,5	28,7	25,2	21,1	30,4
25 - 34 anos	Total	10,4	10,8	11,7	10,9	11,7	12,6	13,2
	Até ao 3.º ciclo	12,5	12,2	13,6	13,6	14,3	16,0	15,5
	Secundário e pós-secundário	9,1	11,1	9,1	8,6	10,8	10,7	12,0
	Superior	7,1	7,7	10,3	7,5	7,3	8,5	10,1
35 - 44 anos	Total	7,6	8,0	8,8	9,5	10,0	10,2	9,5
	Até ao 3.º ciclo	8,5	9,0	10,0	11,1	11,6	12,3	11,1
	Secundário e pós-secundário	7,9	8,6	8,0	7,9	9,3	9,1	8,7
	Superior	3,2	3,4	5,0	4,8	4,4	3,6	4,8
45 - 64 anos	Total	7,2	7,7	8,5	8,7	9,1	8,9	9,3
	Até ao 3.º ciclo	8,0	8,6	9,6	9,9	10,4	9,9	10,3
	Secundário e pós-secundário	5,4	5,1	6,4	6,7	6,3	7,0	7,7
	Superior	3,1	3,6	2,6	2,2	3,1	3,5	3,9

Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

O desemprego de longa duração tem vindo a aumentar, bem como o seu peso no desemprego total, sendo que no 3.º trimestre de 2010 o número de desempregados há mais de 12 meses era de 339,2 mil, mais 12,9 mil que no final do 2.º trimestre, o que representa um crescimento de 33,9% em termos homólogos. A maioria destes desempregados é do sexo feminino, de facto, no final do 3.º trimestre nos desempregados de longa duração as mulheres totalizavam 179,6 mil (mais 10,7 mil que no 2.º trimestre), face aos 159,6 mil homens (mais 2,3 mil que os existentes no final do 2.º trimestre).

Em termos homólogos, contudo, o aumento dos desempregados de longa duração homens foi superior, com um incremento de 38,1%, por oposição ao crescimento de 30,4% no número de desempregados de longa duração mulheres.

Gráfico 1.7. Desemprego de longa duração

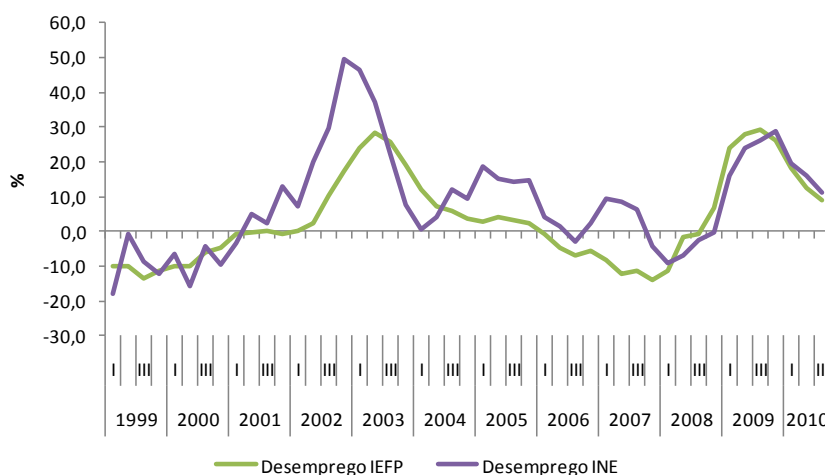


Fonte: INE – Inquérito Trimestral ao Emprego.

## 2. Comparação entre Número de Desempregados Apurados pelo INE e Desempregados Apurados pelo IEFP

Em muitas análises sobre o desemprego, aquando da inexistência de dados do INE para o período em causa, torna-se necessário, de alguma forma, recorrer aos dados do IEFP. Atendendo às diferentes metodologias na recolha de informação, nomeadamente o facto dos dados do INE provirem de inquéritos elaborados por amostragem e os do IEFP apresentarem apenas os inscritos nos centros de emprego os números não são naturalmente coincidentes. Deste modo, e no sentido de permitir uma melhor utilização dos dados provenientes do IEFP torna-se importante analisar até que ponto os dados provenientes do IEFP traduzem uma evolução idêntica da apresentada pelo INE. Na figura seguinte é possível constatar que, em termos de variações homólogas, o comportamento do número de desempregados tem vindo a ser muito aproximado desde 2008.

Gráfico 2.1. Variações homólogas do número de desempregados INE e IEFP



Fontes: INE e GPEARI.

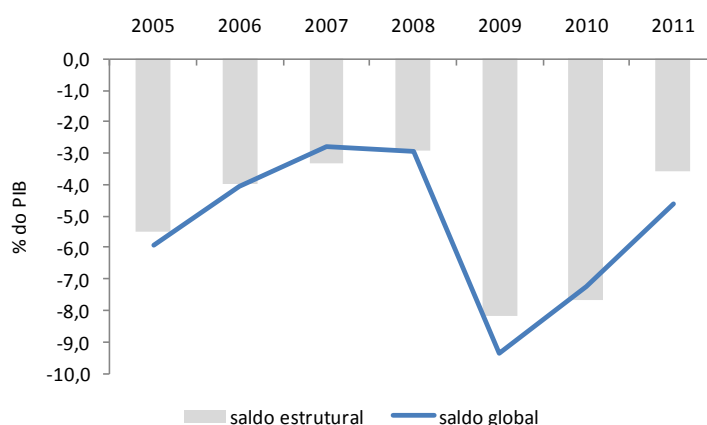
Tendo por base a análise do gráfico anterior, podemos inferir que se considerarmos apenas as variações homólogas, a evolução das taxas em ambas as séries tem vindo a ser muito próxima desde 2008, permitindo alguma segurança às análises efectuadas tendo por base os desempregados apurados pelo IEFP.



## A Retoma do Processo de Consolidação Orçamental<sup>1</sup>

O processo de consolidação orçamental iniciado em 2005, em Portugal, foi interrompido em 2009. À semelhança do que aconteceu na maioria dos países europeus, assistiu-se, em 2009 a uma significativa deterioração das contas públicas, em resultado da crise económica e financeira internacional e das medidas anti-crise adoptadas (Gráfico 1), com o défice orçamental a atingir os 9,3% do PIB, tendo Portugal entrado em Procedimento de Défice Excessivo. Neste contexto, a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, definiu uma trajectória de consolidação orçamental com o objectivo de restaurar a sustentabilidade das finanças públicas portuguesas e cumprir com os objectivos orçamentais estabelecidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo mantido, para 2010, o objectivo para o défice Orçamental definido no Orçamento do Estado para 2010.

**Gráfico 1. Evolução do saldo global e do saldo estrutural**



Nota: O saldo estrutural corresponde ao saldo global corrigido de efeitos cíclicos e de operações extraordinárias (em 2010, inclui a receita decorrente da transferência dos planos de pensões para o Estado e a despesa com a aquisição de material militar).

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Posteriormente, em virtude da instabilidade dos mercados internacionais e da pressão sobre a dívida soberana daí resultante, em especial dos países periféricos da área do euro, foi necessário aprofundar e acelerar esse processo de consolidação orçamental, tendo o Governo apresentado, em Maio de 2010, uma revisão dos objectivos orçamentais, suportada por um conjunto de medidas com vista a reduzir a despesa e, simultaneamente, a aumentar a receita. Assim, foi revisto o objectivo para o défice orçamental de 2010, para 7,3% do PIB, o que corresponde a uma redução em 1 ponto percentual (p.p.) face ao objectivo anteriormente fixado e a uma redução de 2 p.p. face ao défice alcançado em 2009.

Das medidas anunciadas a 13 de Maio destacam-se, pelo lado da redução da despesa, a antecipação da eliminação das medidas de estímulo à economia para combater os efeitos da crise económica; o reforço da redução da despesa na Administração Central, nomeadamente em consumos intermédios e por via do estabelecimento de limites de despesa aos Fundos e Serviços Autónomos, da cativação a suplementos remuneratórios não obrigatórios e do congelamento de admissões de pessoal, bem como a redução em 5% nas remunerações dos cargos políticos, gestores públicos e equiparados. Foi igualmente estabelecida a redução das despesas de capital através da cativação de 7,5% das despesas afectas ao capítulo 50 do Orçamento de Estado em financiamento nacional e a redução de transferências para as Administrações

<sup>1</sup> A 16 de Outubro de 2010, o Governo entregou, à Assembleia da República, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011. Posteriormente, a 2 de Novembro de 2010, foi entregue um pedido de rectificação e adenda ao referido Relatório, que introduziu as correcções apresentadas na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças de 27 de Outubro. De acordo com esta rectificação, foram introduzidas alterações à Conta das Administrações Públicas para 2011, na óptica da contabilidade nacional que, não afectando o saldo orçamental previsto, trazem modificações no nível da receita e da despesa e na sua composição. Este artigo apresenta as contas públicas para 2011, de acordo com a versão final resultante desta rectificação.

Regional e Local, ao abrigo do mecanismo de estabilidade orçamental da Lei de Enquadramento Orçamental, e para o Sector Empresarial do Estado.

Pelo lado da receita, são de referir, no IVA, o aumento de 1 p.p. nas taxas reduzida, intermédia e normal; no IRS, o aumento de 1 p.p. nas taxas até ao 3º escalão e de 1,5 p.p. do 4º escalão em diante e o aumento de 1,5 p.p. nas taxas liberatórias e, no IRC, a criação de uma sobretaxa de 2,5 p.p. nos lucros tributáveis acima de 2 milhões de euros<sup>2</sup>.

Posteriormente, em Setembro de 2010, aquando da apresentação das linhas de orientação para o Orçamento do Estado para 2011, foi reforçado o processo de consolidação orçamental de 2010, com a antecipação de algumas das medidas previstas para 2011 e a transferência de planos de pensões da Portugal Telecom para o Estado, a qual corresponde a uma receita extraordinária de cerca de 2600 milhões de euros a ser registada em receita de capital. Das medidas antecipadas, são de referir o congelamento das admissões e redução do número de contratados; a redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções, eliminando a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação; a eliminação do aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1º e 2º escalões e eliminação dos 4º e 5º escalões desta prestação; a redução das despesas com medicamentos e meios complementares de diagnóstico no âmbito do SNS e redução dos encargos com a ADSE; e a redução das despesas de investimento. Pelo lado da receita, é de salientar o aumento, em 1 p.p., da taxa contributiva dos trabalhadores para a CGA.

Com a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011, a conta apresentada, referente ao ano de 2010, confirma o cumprimento do objectivo estabelecido para o défice orçamental de 7,3% do PIB, como resultado não só das medidas anunciadas em Maio, como das que foram avançadas em Setembro (Quadro 1).

**Quadro 1. Estimativa das Contas das Administrações Públicas**

	Milhões de euros			% do PIB			Variação p.p. do PIB			Taxa de variação	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2010	2011
Receita Fiscal	36569	38267	40492	21,8	22,2	23,0	-2,1	0,4	0,9	4,6	5,8
Impostos s/Produção e Importação	21359	23158	24632	12,7	13,4	14,0	-1,4	0,7	0,6	8,4	6,4
Impostos s/Rendimento e Património	15210	15109	15860	9,0	8,7	9,0	-0,7	-0,3	0,3	-0,7	5,0
Contribuições Sociais	20053	21348	22280	11,9	12,4	12,7	0,3	0,4	0,3	6,5	4,4
Das quais: Contribuições Sociais Efectivas	15123	15573	16524	9,0	9,0	9,4	0,3	0,0	0,4	3,0	6,1
Outra Receita Corrente	7514	7963	7936	4,5	4,6	4,5	0,1	0,1	-0,1	6,0	-0,3
<b>Total Receita Corrente</b>	<b>64136</b>	<b>67577</b>	<b>70708</b>	<b>38,2</b>	<b>39,1</b>	<b>40,2</b>	<b>-1,6</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>5,4</b>	<b>4,6</b>
<b>Da qual: Receita Fiscal e Contributiva <sup>(a)</sup></b>	<b>51692</b>	<b>53840</b>	<b>57016</b>	<b>30,8</b>	<b>31,2</b>	<b>32,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>0,4</b>	<b>1,2</b>	<b>4,2</b>	<b>5,9</b>
Consumo Intermédio	7806	9038	8376	4,6	5,2	4,8	0,3	0,6	-0,5	15,8	-7,3
Despesa com Pessoal	20707	20846	18597	12,3	12,1	10,6	0,5	-0,2	-1,5	0,7	-10,8
Prestações Sociais	36183	38675	38076	21,5	22,4	21,6	2,5	0,9	-0,8	6,9	-1,5
Das quais: Prestações que não em espécie	27845	29891	29905	16,6	17,3	17,0	1,7	0,7	-0,3	7,3	0,0
Juros	4777	4982	6327	2,8	2,9	3,6	-0,1	0,0	0,7	4,3	27,0
Subsídios	1408	1458	1350	0,8	0,8	0,8	0,1	0,0	-0,1	3,5	-7,4
Outra Despesa Corrente	4091	4068	3613	2,4	2,4	2,1	0,2	-0,1	-0,3	-0,6	-11,2
<b>Despesa Corrente</b>	<b>74972</b>	<b>79066</b>	<b>76339</b>	<b>44,6</b>	<b>45,8</b>	<b>43,4</b>	<b>3,5</b>	<b>1,2</b>	<b>-2,4</b>	<b>5,5</b>	<b>-3,4</b>
<b>Da qual: Despesa Corrente Primária</b>	<b>70195</b>	<b>74084</b>	<b>70012</b>	<b>41,8</b>	<b>42,9</b>	<b>39,8</b>	<b>3,6</b>	<b>1,1</b>	<b>-3,1</b>	<b>5,5</b>	<b>-5,5</b>
<b>Poupança Bruta</b>	<b>-10836</b>	<b>-11489</b>	<b>-5631</b>	<b>-6,4</b>	<b>-6,7</b>	<b>-3,2</b>	<b>-5,1</b>	<b>-0,2</b>	<b>3,5</b>		
<b>Receita de Capital</b>	<b>1162</b>	<b>4282</b>	<b>1984</b>	<b>0,7</b>	<b>2,5</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,2</b>	<b>1,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>268,5</b>	<b>-53,7</b>
Formação Bruta de Capital	4049	4305	3779	2,4	2,5	2,1	0,1	0,1	-0,3	6,3	-12,2
Outra Despesa de Capital	1979	1032	671	1,2	0,6	0,4	1,0	-0,6	-0,2	-47,8	-35,0
<b>Despesa de Capital</b>	<b>6027</b>	<b>5337</b>	<b>4450</b>	<b>3,6</b>	<b>3,1</b>	<b>2,5</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,6</b>	<b>-11,5</b>	<b>-16,6</b>
<b>Total Receita</b>	<b>65298</b>	<b>71859</b>	<b>72692</b>	<b>38,9</b>	<b>41,6</b>	<b>41,3</b>	<b>-1,8</b>	<b>2,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>10,0</b>	<b>1,2</b>
<b>Total Despesa</b>	<b>80999</b>	<b>84403</b>	<b>80789</b>	<b>48,2</b>	<b>48,9</b>	<b>45,9</b>	<b>4,6</b>	<b>0,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>4,2</b>	<b>-4,3</b>
<b>Da qual: Despesa Primária</b>	<b>76222</b>	<b>79421</b>	<b>74462</b>	<b>45,4</b>	<b>46,0</b>	<b>42,3</b>	<b>4,7</b>	<b>0,6</b>	<b>-3,7</b>	<b>4,2</b>	<b>-6,2</b>
<b>Saldo Global</b>	<b>-15701</b>	<b>-12544</b>	<b>-8097</b>	<b>-9,3</b>	<b>-7,3</b>	<b>-4,6</b>	<b>-6,4</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>		
<b>Do qual: Saldo Primário</b>	<b>-10925</b>	<b>-7562</b>	<b>-1770</b>	<b>-6,5</b>	<b>-4,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>-6,5</b>	<b>2,1</b>	<b>3,4</b>		
<b>Do qual: Saldo Corrente Primário</b>	<b>-6059</b>	<b>-6507</b>	<b>696</b>	<b>-3,6</b>	<b>-3,8</b>	<b>0,4</b>	<b>-5,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>4,2</b>		

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

<sup>2</sup> Para maior detalhe acerca da implementação destas medidas veja-se o anexo 1.

Prevê-se, assim, que a redução do défice em 2 p.p. do PIB seja alcançado com um aumento da receita total de 2,8 p.p. do PIB (1,8 p.p. da receita de capital e 1,0 p.p. da receita corrente) enquanto que a despesa crescerá 0,7 p.p.. De referir que a execução orçamental de 2010 está influenciada por duas operações de natureza extraordinária: a aquisição de material militar (em particular dois submarinos), ascendendo a 0,6% do PIB e a receita decorrente da transferência dos planos de pensões da Portugal Telecom para o Estado, equivalente a 1,5% do PIB. Excluindo estas operações, a receita total teria aumentado 1,3 p.p. do PIB e a despesa cresceria 0,1 p.p. do PIB.

Ao nível da receita fiscal, destaca-se o comportamento positivo dos impostos sobre a produção e a importação, que deverão aumentar 8,4% em 2010, impulsionados nomeadamente pela dinâmica positiva do IVA. Por outro lado, espera-se que os impostos sobre o rendimento e património diminuam 0,7 % em linha com o comportamento dos rendimentos em 2009. As contribuições sociais também deverão concorrer para este desempenho positivo; no entanto, a análise desta rubrica deverá ter em conta algumas alterações metodológicas que influenciam a sua comparabilidade para o período apresentado. Assim, é necessário deduzir, em 2010 e 2011, o montante correspondente a 0,5% PIB devido ao tratamento diferenciado das operações entre a CGA e as Administrações Públicas e cuja contrapartida constitui uma redução nas prestações sociais de igual montante. Em 2011, é ainda relevante não considerar o montante correspondente a 0,1% do PIB relativo à instituição da obrigatoriedade dos serviços de administração directa do estado contribuírem para a ADSE. Considerando estas alterações, prevê-se que, em 2010, as contribuições sociais apresentem um crescimento de 2,4% (Quadro 2).

**Quadro 2. Valores comparáveis para as rubricas de contribuições sociais, despesas com o pessoal, consumo intermédio e prestações sociais**

		em % do PIB			t/h	
		2009	2010	2011	2010	2011
<b>Contribuições sociais</b>	<b>Valor registado na conta das AP's</b>	11,6	12,4	12,9	6,5	4,4
	Contribuição para a ADSE			-0,1		
	Diferença de tratamento op. entre CGA e AP's		-0,5	-0,5		
	<b>Valor comparável</b>	<b>11,6</b>	<b>11,9</b>	<b>12,3</b>	<b>2,4</b>	<b>3,7</b>
<b>Consumo intermédio</b>	<b>Valor registado na conta das AP's</b>	4,5	5,2	4,9	15,8	-7,3
	Aquisição de submarinos		0,6			
	Despesas totais com encargos com a saúde - ADSE			-0,3		
	Reclassificação dotação provisional 2011			-0,2		
	<b>Valor comparável</b>	<b>4,5</b>	<b>4,7</b>	<b>4,3</b>	<b>3,0</b>	<b>-7,7</b>
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>Valor registado na conta das AP's</b>	12,0	12,1	10,8	0,7	-10,8
	Contribuição para a ADSE			-0,1		
	Despesas totais com encargos com a saúde - ADSE			0,3		
	Reclassificação dotação provisional 2011			0,2		
	<b>Valor comparável</b>	<b>12,0</b>	<b>12,1</b>	<b>11,2</b>	<b>0,7</b>	<b>-7,1</b>
<b>Prestações sociais</b>	<b>Valor registado na conta das AP's</b>	21,0	22,4	22,0	6,9	-1,5
	Diferença de tratamento op. entre CGA e AP's		-0,5	-0,5		
	<b>Valor comparável</b>	<b>21,0</b>	<b>21,9</b>	<b>21,6</b>	<b>4,6</b>	<b>-1,6</b>

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Do lado da receita, no entanto, o crescimento mais expressivo registar-se-á na receita de capital (1,8 p.p. do PIB), em virtude da operação de transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom (1,5 p.p. do PIB), que irá compensar a despesa extraordinária com material militar, nomeadamente a aquisição de dois submarinos, o acréscimo de despesa não prevista do Serviço Nacional de Saúde e da Estradas de Portugal (empresa que faz parte da universo das Administrações Públicas em contabilidade nacional), bem como o desempenho pior do que o esperado ao nível da receita não fiscal.

Ao nível da despesa, os aumentos mais significativos são esperados nas rubricas de consumo intermédio e das prestações sociais. A primeira será particularmente afectada pelas operações de aquisição de material militar, em especial os dois submarinos que representam 0,6 p.p. do PIB, enquanto que a segunda reflecte o aumento dos apoios sociais, nomeadamente subsídio de desemprego e prestações do regime não contributivo, em virtude dos efeitos da crise económica e financeira. Se excluirmos do consumo intermédio o montante referente à despesa extraordinária com a aquisição dos submarinos, esta

rubrica apresentará um crescimento de 3% (Quadro 2), em virtude, essencialmente, do acréscimo das despesas relacionadas com o Serviço Nacional de Saúde. Relativamente às prestações sociais, e considerando a alteração metodológica acima referida, o seu crescimento será de 4,6%.

As despesas com o pessoal apresentaram um crescimento muito moderado (0,7% em termos homólogos, tendo mesmo reduzido o seu peso no PIB (em 0,2 p.p.) por motivo do congelamento salarial e das restrições de admissão de funcionários.

A evolução da despesa com juros (4,3% em termos homólogos) reflecte o aumento da dívida pública, num contexto em que a taxa de juro implícita se reduziu, em termos médios anuais.

O crescimento da Formação Bruta de Capital deve-se, fundamentalmente, aos investimentos de modernização de escolas e da rede rodoviária.

Para 2011, a presente proposta para o Orçamento do Estado, continua e reforça o processo de consolidação iniciado em 2010, com um claro foco na redução da despesa pública que deverá passar de 48,9% para 45,9% do PIB, o que representa uma redução de 3 p.p.. Por seu turno, a receita deverá diminuir marginalmente o seu peso no PIB (de 41,6 para 41,3%). Para estes resultados contribuirão as medidas de consolidação apresentadas que visam a redução da despesa pública em 2,7 p.p. e um aumento da receita em 1,4 p.p (Quadro 3). Incluindo o efeito das medidas anunciadas em Maio de 2010, e cujo impacto será maior na receita de 2011, espera-se uma poupança estimada de 4,9% do PIB face a um cenário de ausência de medidas, permitindo o alcance do objectivo orçamental de um défice de 4,6% do PIB (Quadro 4).

### Quadro 3. Principais medidas de consolidação orçamental para 2011

Principais Medidas de Consolidação Orçamental - OE 2011		Impacto % PIB
<b>Redução da Despesa</b>		<b>2,7</b>
<b>Redução das despesas de funcionamento do Estado</b>		<b>1,3</b>
Redução progressiva dos salários da Administração Pública, institutos públicos e órgãos de soberania, para valores totais de remunerações acima de 1500 €/mês, com consequente redução esperada de 5% na despesa com pessoal		
Congelamento das promoções e progressões na Função Pública		
Congelamento das admissões e redução do número de contratados (recibos verdes)		
Redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulações de funções, incluindo a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação		
Redução da despesa na Educação		
Redução da despesa na Justiça		
Redução da despesa na Defesa		
Redução da despesa na Administração Interna		
<b>Redução das despesas com prestações sociais (Segurança Social e ADSE)</b>		<b>0,6</b>
Redução dos montantes afectos ao subsídio de desemprego por comparação com a alocação de 2010		
Redução em 20% nas despesas com o Rendimento Social de Inserção		
Eliminação do aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e eliminação dos 4.º e 5.º escalões desta prestação		
Redução na acção social, através do financiamento do orçamento para o respectivo sub-sistema		
Redução das transferências para o sistema da Segurança Social		
Redução dos encargos da ADSE		
<b>Redução das despesas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente com medicamentos e meios complementares de diagnóstico</b>		<b>0,3</b>
Revisão da legislação relativa ao transporte de doentes não urgentes		
Operacionalização da condição de recursos ao regime especial de comparticipação		
Revisão de preços em algumas áreas dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica		
Controlo dos custos da hemodiálise através da revisão do preço prospectivo		
Negociação do preço de medicamentos hospitalares/SPMS		
Redução da despesa em consultadoria		
Criação de uma unidade de detecção de fraude no Centro de Conferência de Facturas		
Simplificação da entrada em mercado dos genéricos - questão da <i>patent linkage</i>		
Redução nos programas verticais do Ministério da Saúde		
Revisão e alargamento da lista de medicamentos não sujeitos a receita médica à venda nas parafarmácias		
<b>Redução das transferências do Estado para outros sub-setores da Administração: Ensino, Autarquias locais e Regiões Autónomas, Serviços e Fundos Autónomos</b>		<b>0,2</b>
<b>Redução das despesas no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)</b>		<b>0,2</b>
<b>Outras medidas de redução de despesa</b>		<b>0,1</b>
Redução das despesas com indemnizações compensatórias e subsídios às empresas		
Extinção/fusão de organismos da Administração Pública directa e indirecta		
Implementação de um plano de reorganização e racionalização do Sector Empresarial do Estado		
<b>Aumento da Receita</b>		<b>1,4</b>
<b>Redução da despesa fiscal</b>		<b>0,4</b>
Alteração do sistema de deduções e de benefícios fiscais no âmbito do IRS (*)		
Revisão dos benefícios fiscais para pessoas colectivas		
Convergência da tributação dos rendimentos da categoria H com regime de tributação da categoria A		
<b>Aumento da receita fiscal</b>		<b>0,6</b>
Aumento de 2 p.p. da taxa normal de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Revisão das tabelas do IVA (*)		
Imposição de uma contribuição ao sistema financeiro em linha com a iniciativa em curso na União Europeia		
<b>Aumento da receita contributiva</b>		<b>0,2</b>
Aumento de 1 p.p. da contribuição dos trabalhadores para a Caixa geral de Aposentações		
Entrada em vigor do Código contributivo		
<b>Aumento da receita não fiscal</b>		<b>0,2</b>
Revisão geral do sistema de taxas, multas e penalidades : Administração Interna e Justiça		
Outras receitas não fiscais previsíveis resultantes de concessões várias: Defesa, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Saúde		

Nota: (\*) No seguimento do acordo celebrado entre o Governo e o PSD, com vista à aprovação da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011, o impacto destas medidas foi reduzido em 0,3 p.p., o que será compensado com novas medidas anunciadas aquando da discussão na especialidade: redução adicional da aquisição de bens e serviços (0,11% do PIB), redução de subsídios para o Sector Empresarial do Estado (0,05% do PIB), melhoria da conta da Segurança Social (0,05% do PIB), novo modelo de gestão e de financiamento do sector rodoviário (0,04% do PIB), redução do PIDDAC (0,01% do PIB) e receita adicional de concessões (0,05% do PIB).

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.

### Quadro 4. Resumo do impacto orçamental das medidas de consolidação orçamental

<b>Impacto das medidas de consolidação orçamental (OE 2011)</b>	<b>4,1</b>
Redução da despesa	2,7
Aumento da receita	1,4
<b>Impacto, em 2011, das medidas anunciadas em Maio de 2010 (receita)</b>	<b>0,8</b>
Aumento da receita	0,8
<b>Impacto total das medidas de consolidação para 2011</b>	<b>4,9</b>
do qual: atribuível à redução da despesa	2,7
do qual: atribuível ao aumento da receita	2,2

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.

A receita total, como referido, deverá reduzir-se de 41,6 % do PIB para 41,3%, apesar das medidas implementadas. Este resultado dever-se-á a dois factores: por um lado, ao efeito base da operação de transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom que, ao não repetir-se em 2011, conduz a uma queda da receita de capital de 53,7%. A receita corrente, por seu turno aumenta em 1 p.p. do PIB. Por outro lado, a estimativa da evolução da receita fiscal, excluindo o efeito das medidas, é bastante prudente<sup>3</sup>. Note-se que, em contabilidade pública, a taxa de variação da receita fiscal, excluindo medidas, é de -1,3% (Quadro 5).

**Quadro 5. Receita fiscal com e sem medidas de consolidação orçamental – 2011**  
(contabilidade pública)

	Taxa de variação homóloga (%)			Contributos para a taxa de variação(%)		
	Sem medidas	Efeito das medidas	Total	Sem medidas	Efeito das medidas	Total
<b>Receita fiscal</b>	<b>-1,3</b>	<b>7,5</b>	<b>6,2</b>	<b>-1,3</b>	<b>7,5</b>	<b>6,2</b>
<b>Impostos directos</b>	<b>-2,3</b>	<b>7,7</b>	<b>5,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>3,2</b>	<b>2,3</b>
<i>dos quais:</i>						
IRS	-0,5	10,3	9,8	-0,1	2,9	2,8
IRC	-4,7	2,3	-2,4	-0,6	0,3	-0,3
<b>Impostos indirectos</b>	<b>-0,6</b>	<b>7,4</b>	<b>6,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>4,3</b>	<b>3,9</b>
<i>dos quais:</i>						
ISP	-3,3	2,1	-1,2	-0,2	0,2	-0,1
IVA	-1,0	10,9	9,9	-0,4	4,1	3,7
ISV	-0,9	0,0	-0,9	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública.

No que respeita às contribuições sociais, em termos comparáveis, antevê-se um crescimento de 3,7% (Quadro 2), o qual reflecte os efeitos da entrada em vigor do novo código contributivo, as medidas de combate à fraude e evasão contributivas, da integração das contribuições do sector bancário que, até final de 2010, pertenciam a fundos de pensões, e a retirada de medidas anti-crise, que vigoraram ainda no 1º semestre de 2010. As contribuições efectivas recebidas pelo Estado, por seu turno, têm também um crescimento previsto (apesar da redução de salários e congelamento das admissões) resultante do aumento, em 1 p.p., da taxa contributiva dos trabalhadores para a CGA (efeito estimado em 0,08 % do PIB).

Ao nível da despesa, é esperada uma descida na generalidade das componentes, à excepção dos juros, o que conduzirá a uma descida mais acentuada do défice primário (3,4 p.p.) do que do défice global (2,7 p.p.).

Tal como já referido em relação às contribuições sociais, algumas componentes da despesa estão influenciadas por diferentes metodologias em 2010 e 2011. Assim, as rubricas de despesas com o pessoal, bem como de consumo intermédio são, em particular, afectadas pelas alterações do registo das despesas com encargos com a saúde da ADSE, que passam, a partir de 2011, a estar incluídas na rubrica de consumo intermédio, enquanto que a instituição da obrigatoriedade dos serviços de administração directa do Estado contribuirão para a ADSE conduz à inscrição, em despesas com o pessoal, de um montante estimado em 0,1% do PIB. É ainda de considerar que a dotação provisional para 2011 (0,2% do PIB) está registada em consumo intermédio mas espera-se que no decurso de 2011, à semelhança do habitualmente verificado, venha a ser afecta também a despesas com pessoal (Quadro 2).

<sup>3</sup> As projecções da receita inscritas no Orçamento foram baseadas num cenário macroeconómico mais restrito dada a incerteza quanto à evolução da actividade económica em 2011. Neste cenário, o crescimento nominal do PIB é de apenas 1%.

Tendo em atenção estas correcções, a quebra projectada nas despesas com pessoal é de 7,1%, o que é compatível com a redução dos salários nominais em 5%, em termos médios, e um decréscimo no volume de emprego em cerca de 2,5%, num cenário de congelamento das admissões.

Para o consumo intermédio é esperada uma quebra de 7,7%, essencialmente em resultado da implementação das medidas de consolidação ao nível das despesas de funcionamento do Estado. As prestações sociais deverão reduzir o seu peso no PIB, quer pelo lado dos benefícios não contributivos, com a aplicação da condição de recursos, quer pelas medidas de redução de despesas do SNS com medicamentos e meios complementares de diagnóstico, como pelo lado das pensões que verão o seu valor congelado em 2011. As medidas de consolidação também deverão conduzir à redução da despesa de capital.

No que respeita à evolução da dívida pública, prevê-se que, em 2010, o stock da dívida em percentagem do PIB aumente 6 p.p., cifrando-se em 82,1% no final do ano (Quadro 6). Este acréscimo resulta essencialmente do elevado défice primário que se registará este ano, bem como do diferencial entre a taxa de juro implícita na dívida e o crescimento nominal do PIB. A aquisição líquida de activos financeiros deverá ter um efeito idêntico ao do efeito dinâmico enquanto que as operações de aumentos de capital em empresas públicas são apenas parcialmente compensadas pelas receitas de privatizações afectas à amortização da dívida.

**Quadro 6. Evolução da dívida pública**  
(% do PIB)

	2008	2009	2010 (e)	2011(p)
Stock da dívida (final do ano)	65,3	76,1	82,1	86,6
variação da dívida (p.p. do PIB)	2,5	10,8	6,0	4,5
Efeito juros e PIB (snow -ball effect )	1,7	4,4	0,9	2,1
Efeito juros	2,9	2,8	2,9	3,6
Efeito do crescimento nominal do PIB	-1,2	1,6	-2,0	-1,5
Efeito do Saldo Primário	0,0	6,5	4,4	1,0
Outros	0,8	-0,1	0,8	1,4

Notas: (e) estimativa, (p) previsão.

Fontes: INE, BP e Ministério das Finanças e Administração Pública.

Para 2011, a previsão aponta para um menor acréscimo no rácio da dívida, em virtude da significativa redução do défice primário e apesar do elevado montante de aquisições líquidas de activos financeiros, que reflecte, em parte, o pagamento do material militar adquirido em 2010.



**ANEXO 1**  
**Implementação das medidas de consolidação orçamental – Maio 2010**

Domínio	Medidas	Legislação	Entrada em vigor
Despesas com Pessoal	Adopção de procedimentos de reforço dos poderes do Ministro das Finanças no controlo da admissão de pessoal na Administração Pública	Aprovado no âmbito do Orçamento do Estado para 2010 <b>28/04/10:</b> Publicação em Diário da República do OE 2010 - Lei n.º 3-B/2011 <b>23/06/10:</b> Publicação em Diário da República da Portaria n.º 371-A/2010	29 Abril 2010 24 Junho 2010
	Cativação de 40% das dotações orçamentais dos órgãos ou serviços afectas a despesas com pessoal destinadas a suportar encargos com alterações gestionárias e excepcionais do posicionamento remuneratório e a atribuir prémios de desempenho	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado <b>18/06/10:</b> Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 72-A/2011	19 Junho 2010
	Definir mecanismos de controlo de recrutamento de trabalhadores	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros da Proposta de Lei n.º 228/2010	1 Junho 2010
	Redução de 5% nas remunerações dos cargos políticos, gestores públicos e equiparados	<b>28/06/10:</b> Promulgação pelo PR da Lei <b>30/06/10:</b> Lei n.º 12-A/2010, publicada em Diário da República	
Despesas sociais	<i>Phasing-out das medidas temporárias, que tinham sido adoptadas a título transitório e extraordinário, com vista a combater os efeitos da crise económica e financeira</i>	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>27/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei que regula a eliminação de medidas anti-crise <b>24/06/10:</b> Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 77/2010	25 Junho, com efeitos a 1 Julho 2010
	Prorrogação, por um período de 6 meses, da atribuição do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente ao subsídio de desemprego que cesse no decurso de 2010		
	Redução extraordinária do prazo de garantia, isto é, do número de dias de trabalho relevantes para efeitos de atribuição do subsídio de desemprego		
	Majoração de 10% do montante de subsídio de desemprego para os agregados desempregados com dependentes a cargo		
Alargamento aos escalões 2 a 5 do adicional ao abono de família por conta das despesas de educação (que se mantém para as famílias mais carenciadas, posicionadas no 1.º escalão do abono de família).			
Despesas com Consumo Intermédio	Racionalização do Parque de Veículos do Estado: Reforço da regra de abate para aquisição de viaturas: "pelo menos 3 viaturas por cada nova adquirida"	<b>29/04/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado <b>18/06/10:</b> Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 72-A/2010	19 Junho 2010
	Cativação de 20% de verbas orçamentadas em matéria de comunicações		

	Cativação de 20% de verbas orçamentadas em matéria de horas extraordinárias, subsídio de trabalho nocturno, outros abonos em numerário ou espécie, representação dos serviços e assistência técnica	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado <b>18/06/10:</b> Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 72-A/2011.	19 Junho 2010
	Reforço dos poderes do Ministro das Finanças na utilização dos saldos das entidades públicas	<b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros da Proposta de Lei 228/2010 <b>30/06/10:</b> Lei n.º 12-A/2010, publicada em Diário da República	1 Julho 2010
	<i>Melhorias de gestão na Educação e na Justiça:</i>		
	Reordenamento da rede escolar: rede do 1º ciclo do ensino básico (criação de centros escolares) e do ensino do 2º e 3º ciclos básico e secundário (fusão de escolas em agrupamentos)	<b>01/06/10:</b> Aprovação de uma Resolução do Conselho de Ministros que define os critérios para a reestruturação da rede escolar <b>14/06/10:</b> Publicação em Diário da República da RCM n.º 44/2010	Ano lectivo 2010/2011 (com algumas excepções)
	Programa de eficiência operacional da Justiça: i) redução do tempo médio nas fases de inquérito e de instrução; ii) optimização e flexibilização da alocação de recursos humanos entre tribunais; iii) criação de mecanismos de aferição de produtividade e monitorização; iv) continuação do esforço de racionalização e capacidade de gestão dos tribunais	<b>14/06/10:</b> Despacho n.º 9960/2010 do Gabinete do Ministro da Justiça, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 113, que cria a Comissão para a Elaboração do Programa de Eficiência Operacional da Justiça (2010 -2013)	Concluída a fase de avaliação e inovação (1ª fase)
<b>Subsídios e despesa de capital</b>	Reduzir as transferências para as Administrações Regional (5 M€) e Local (100 M€), ao abrigo do mecanismo de estabilidade orçamental da Lei de Enquadramento Orçamental	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de Proposta de Lei n.º 228/20210 <b>28/06/10:</b> Promulgação pelo PR da Lei. <b>30/06/2010:</b> Publicação em Diário da República da Lei n.º 12-A/2010	1 Julho 2010
	Cativação de 7,5% das despesas afectas ao capítulo 50 do Orçamento do Estado em financiamento nacional		
	Redução das transferências para o Sector Empresarial do Estado (a título de indemnização compensatória ou de aumento de capital e de subsídios), reforçando a adopção de medidas de racionalização e sustentabilidade financeira - cativação de 300 M€ das verbas a transferir para o OE2010		
	Programa Qualificação-Emprego		
	Redução de 3% da taxa social única a cargo de micro e pequenas empresas, de estímulo extraordinário à manutenção do emprego aos trabalhadores com mais de 45 ou mais anos	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>21/06/10:</b> Portaria n.º 353/2010	1 Julho 2010 22 Junho 2010
	Programa especial de requalificação de jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade		
	Reforço da linha de crédito bonificada para o apoio à criação de empresas por parte de desempregados		
<b>Receita fiscal</b>	Aumento em 1 ponto percentual (p.p.) de todas as taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	<b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013 <b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros da Proposta de Lei n.º 228/2010 <b>28/06/10:</b> Promulgação pelo PR da Lei	
	Tributação adicional em sede de IRS, mediante o aumento em 1 p.p. das taxas gerais aplicáveis até ao 3.º escalão de rendimentos; em 1.5 p.p. para rendimentos a partir do 4.º escalão; e em 1,5 p.p. nas taxas liberatórias de IRS		

	<p>Tributação adicional em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), aplicando uma sobretaxa correspondente a uma derrama de 2.5 p.p. às empresas cujo lucro tributável seja superior a 2 milhões de euros</p> <p>Aplicação de uma sobretaxa ao crédito sobre o consumo: agravamento do imposto de selo na concessão de crédito ao consumo</p>	<b>30/06/10:</b> Lei n.º 12-A/2010, publicada em Diário da República	1 Julho 2010
<b>Vendas</b>	Introdução de portagens em vias Sem Custos para o Utilizador (SCUT): Concessão SCUT Norte Litoral, Concessão SCUT Grande Porto e Concessão SCUT Costa da Prata	<p><b>05/05/10:</b> Publicação em Diário da República das respectivas alterações aos contratos - Decreto-Lei n.º 44-B/2010 (Norte Litoral), Decreto-Lei n.º 44-C (Costa da Prata) e Decreto-Lei n.º 44-G (Grande Porto)</p> <p><b>14/06/10:</b> Decreto-Lei n.º 67-A/2010: Publicação em Diário da República da identificação dos lanços e sub-lanços de auto-estrada sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem e os que ficam isentos, fixando a data de início de cobrança de taxas</p> <p><b>22/09/10:</b> Resolução do Conselho de Ministros n.º75/2010 que estabelece as datas de início de cobrança de portagens</p>	<p>15 Outubro 2010 (para as 3 concessões identificadas)</p> <p>15 Abril 2011 (SCUT Interior Norte, Beiras Litoral e Alta, Beira Interior e Algarve)</p>
<b>Outras receitas</b>	Orçamentos de receita dos FSA: 20% das verbas arrecadadas e inscritas na rubrica "Taxas, Multas e Outras Penalidades" são afectas à constituição de uma reserva, a qual integra o saldo de gerência para efeitos do reforço da regra de equilíbrio orçamental que estabelece que os FSA devem apresentar, no final da execução orçamental de 2010, um saldo global positivo	<p><b>13/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros de um conjunto de medidas adicionais às previstas no PEC 2010-2013</p> <p><b>20/05/10:</b> Aprovação em Conselho de Ministros do Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado</p> <p><b>18/06/10:</b> Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 72-A/2011</p>	19 Junho 2010
<b>Empresas e participações públicas</b>	Selectividade no investimento e estabelecimento de limites anuais de endividamento das empresas públicas de 7% em 2010, 6% em 2011, 5% em 2012 e 4% em 2013	<b>02/06/10:</b> Orientações emitidas pelo MFAP ao SEE: i) estabelecimento de limites de endividamento; ii) limites podem ser aplicáveis em termos sectoriais mediante prévia decisão do accionista Estados ou das respectivas tutelas, consoante o caso; iii) Em 2010, as empresas devem reformular os planos de actividade e de investimento, caso os mesmos não estejam ainda conformes a estas regras; iv) O incumprimento destas disposições constitui violação das orientações de gestão definidas pelo Governo	



**Artigos**



## Em Análise

### Evolução das Exportações<sup>1</sup> Portuguesas nos Primeiros Nove Meses de 2010

Walter Anatole Marques<sup>2</sup>

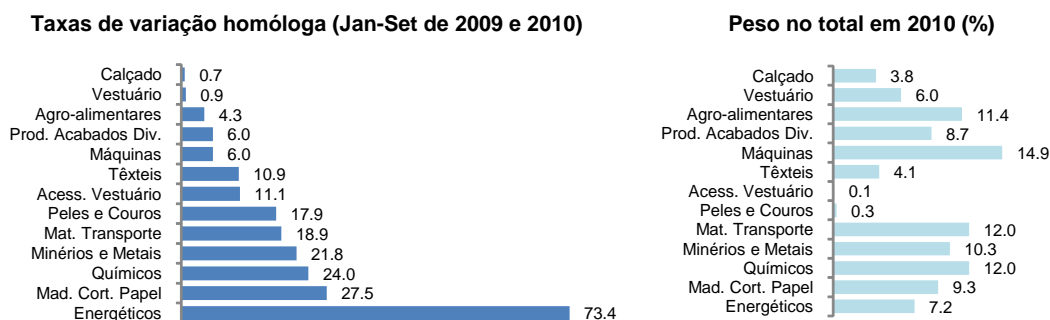
De acordo com dados recentemente divulgados pelo INE, nos primeiros nove meses de 2010, face ao mesmo período de 2009, as exportações portuguesas cresceram +15,5%, contra um aumento de +10,2% do lado das importações. No último trimestre essas taxas foram respectivamente de +14,6% e +4,0%.

Após uma descida acentuada do valor das exportações a partir de meados de 2008, assiste-se em 2010, relativamente ao ano precedente, a um acréscimo na totalidade dos agrupamentos de bens abaixo considerados, bem como nos principais mercados de destino.

#### 1. Exportações por Agrupamentos de Bens<sup>3</sup>

Para o acréscimo de 3,6 mil milhões de Euros nas exportações portuguesas no período de Janeiro a Setembro de 2010, face ao período homólogo de 2009, contribuíram principalmente os agrupamentos “**Energéticos**”, com mais 821 milhões de Euros (taxa de variação homóloga de +73,4%), “**Químicos**”, com mais 628 milhões (+24,0%), “**Madeira, cortiça e papel**”, com mais 540 milhões (+27,5%), “**Material de transporte**”, com mais 516 milhões (+18,9%), “**Minérios e metais**”, com mais 497 milhões (+21,8%), “**Máquinas**”, com mais 227 milhões de Euros (+6,0%), “**Produtos acabados diversos**”, com mais 132 milhões, e “**Agro-alimentares**”, com mais 128 milhões de Euros (+4,3%). Os restantes agrupamentos registaram contributos também positivos mas de menor amplitude (Figura 1).

Figura 1. 'Exportações' portuguesas por agrupamentos de bens



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Os menores ritmos de crescimento verificaram-se nos agrupamentos do “**Vestuário**” e do “**Calçado**” (em conjunto 9,8% da exportação total nos primeiros três trimestres de 2010), com taxas respectivamente de +0,9% e +0,7% e um contributo de 14 milhões e 4 milhões de Euros para o acréscimo global.

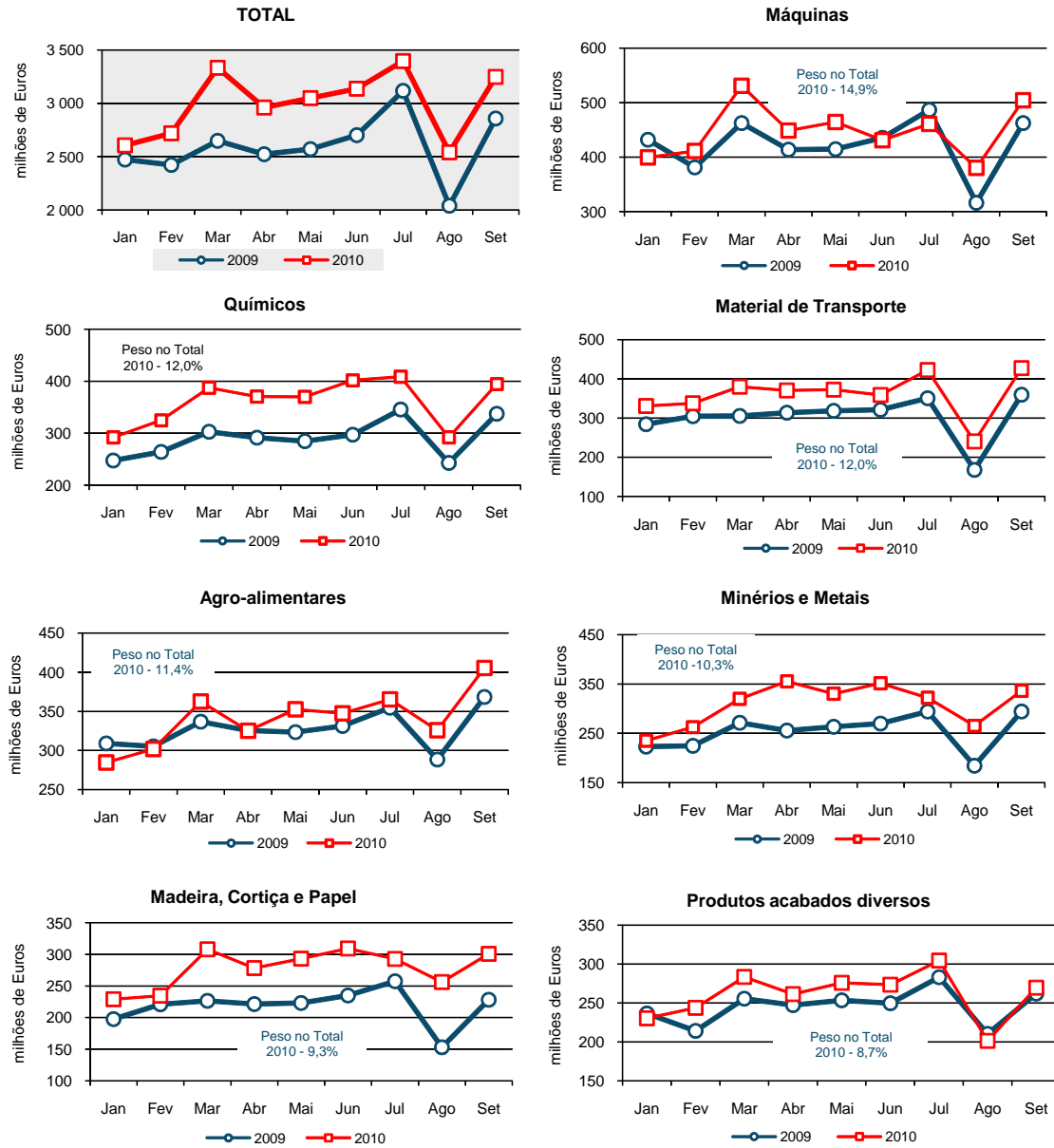
<sup>1</sup> Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

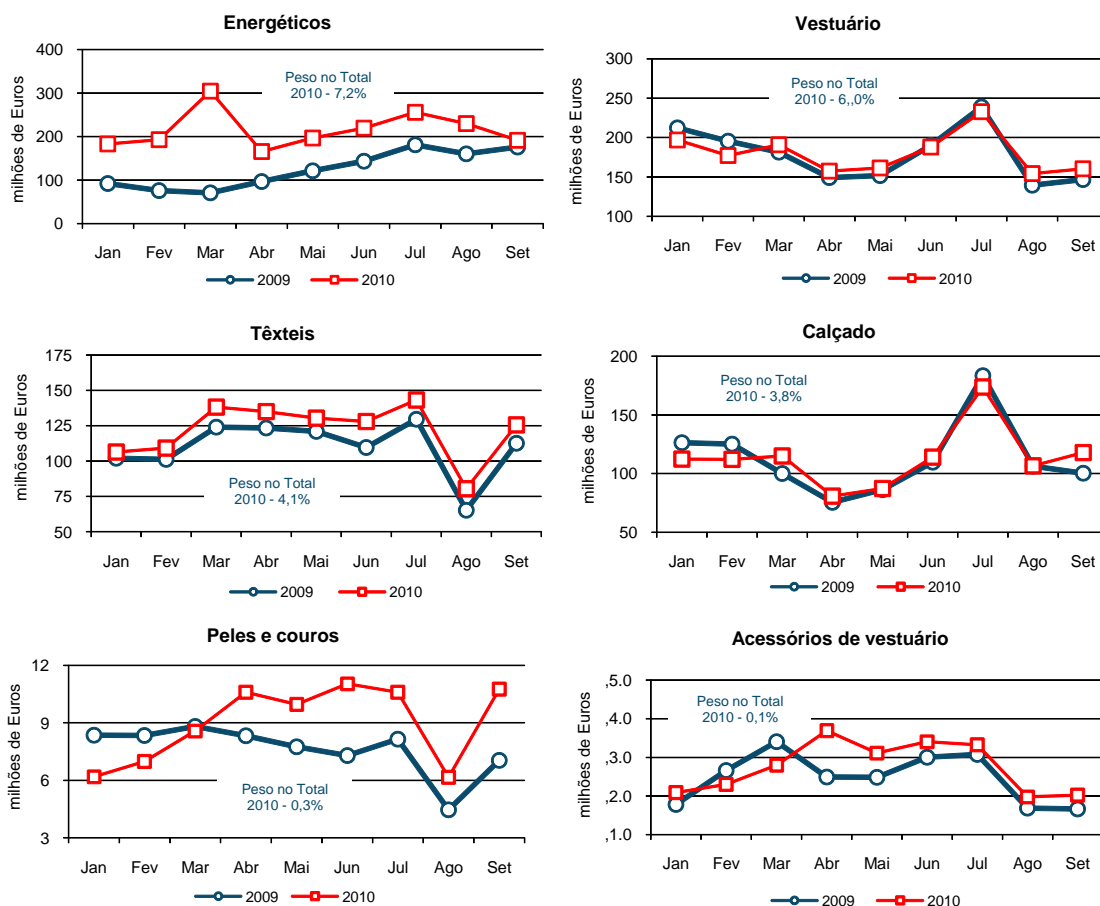
<sup>2</sup> Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

<sup>3</sup> Os bens foram agrupados em 13 conjuntos: Agro-alimentares (Cap. 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Cap. 27), Químicos (Cap. 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Cap. 44 a 49), Peles e couros (Cap. 41 a 43), Têxteis (Cap. 50 a 60 e 63), Vestuário (Cap. 61 e 62), Calçado (Cap. 64), Acessórios de vestuário (Cap. 65 a 67), Minérios e metais (Cap. 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Cap. 84 e 85), Material de transporte (Cap. 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Cap. 68 a 70 e 90 a 99).

Na Figura 2 apresenta-se a evolução do valor mensal das exportações de cada um destes agrupamentos de bens entre Janeiro e Setembro de 2009 e 2010.

**Figura 2. Evolução do valor mensal das 'exportações' por agrupamentos de bens**  
(meses de Janeiro a Setembro de 2009 e 2010)





Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

## 2. Exportações por Mercados de Destino

Nos primeiros nove meses de 2010, entre os vinte e nove países em que se registaram exportações de mercadorias portuguesas com valor superior a 100 milhões de Euros, e que representaram mais de 90% das exportações totais nos três trimestres de 2009 e de 2010, em apenas três deles se verificou uma contracção do montante exportado: Angola, o principal mercado entre os Países Terceiros (-20,2%), Suécia (-3,3%) e Argélia (-12,0%) (Quadro 1).

Nos três principais mercados de destino, que cobriram nos dois anos mais de metade das exportações nacionais, registou-se um acréscimo de +14,6% em Espanha, de +12,8% na Alemanha e de +8,8% em França.

De assinalar um importante acréscimo nas exportações para os EUA (+39,6%), país que foi tradicionalmente o principal mercado entre os Países Terceiros, recentemente ultrapassado por Angola.

As exportações para o Reino Unido, Países Baixos e Itália cresceram respectivamente +11,0%, +24,7% e +11,8%, e os fornecimentos a Cabo Verde e a Moçambique aumentaram +21,6% e +21,7%.

Com incrementos superiores a +40,0%, assinalam-se as exportações para a Bélgica (+44,1%), Brasil (+68,3%), México (+90,3%), Marrocos (+44,9%), Turquia (+45,4%), Gibraltar (+225,9%), Finlândia (+73,8%) e Canadá (+44,3%).

**Quadro 1. Mercados de destino das exportações portuguesas**

Janeiro a Setembro de 2009 e 2010

(com valor superior a 100 milhões de Euros em 2010)

Países	Peso no Total (%)		TVH	
	2009	2010		
<b>TOTAL</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>15.5</b>	↑
ES Espanha	26.8	26.6	14.6	
DE Alemanha	13.1	12.8	12.8	
FR França	12.6	11.8	8.8	
GB R.Unido	5.7	5.5	11.0	
AO Angola	7.1	4.9	-20.2	↓
NL P.Baixos	3.7	4.0	24.7	↑
US EUA	3.1	3.7	39.6	
IT Itália	3.8	3.7	11.8	
BE Bélgica	2.4	3.0	44.1	
BR Brasil	0.8	1.1	68.3	
MX México	0.7	1.1	90.3	
SE Suécia	1.2	1.0	-3.3	↓
CH Suíça	0.9	0.9	13.8	↑
PL Polónia	0.8	0.9	21.4	
MA Marrocos	0.7	0.8	44.9	
TR Turquia	0.6	0.8	45.4	
CV Cabo Verde	0.7	0.7	21.6	
DK Dinamarca	0.8	0.7	4.1	
CZ Rep.Checa	0.7	0.7	18.1	
GI Gibraltar	0.2	0.7	225.9	
CN China	0.7	0.6	11.0	
FI Finlândia	0.4	0.6	73.8	
AT Áustria	0.6	0.6	9.7	
DZ Argélia	0.7	0.6	-12.0	↓
CA Canadá	0.4	0.5	43.3	↑
RO Roménia	0.5	0.5	10.9	
VE Venezuela	0.4	0.5	31.3	
MZ Moçambique	0.4	0.4	21.7	
TN Tunísia	0.3	0.4	27.5	
	<b>90.9</b>	<b>90.1</b>		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

## A Inovação como Factor de Competitividade em Portugal

Catarina Nunes<sup>1</sup>  
Ricardo Pinheiro Alves<sup>2</sup>

### 1. Introdução

A inovação é um dos principais factores que influencia a competitividade de uma economia no médio e longo prazo. Em termos gerais, a inovação como factor de competitividade consiste na criação e desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, incluindo os de natureza organizacional, e a sua introdução no âmbito da actividade económica (OCDE, 2010a). O processo de inovação parte de uma ideia nova, frequentemente uma invenção, e só está completo com a conclusão das fases de criação e de aplicação ao mercado. Apesar de poder ser feita por qualquer agente económico – famílias, empresas, Estado e organizações sem fins lucrativos - a introdução de uma inovação que passe o teste do mercado e responda às necessidades de consumidores ou utilizadores, como um desenvolvimento tecnológico ou o lançamento de um novo produto ou serviço, tem um efeito positivo na competitividade das empresas e, de uma forma agregada, na performance de um país nos mercados externos.

Dada a relevância do tema, o presente trabalho pretende apresentar uma justificação económica e, de uma forma resumida, divulgar as linhas gerais da actual política de inovação enquanto factor de competitividade da economia portuguesa e apresentar a evolução recente de alguns indicadores nesta área. Não é objectivo deste texto fazer uma avaliação das políticas implementadas, já que isso exigiria acesso a informação detalhada e uma extensão que esta publicação não comporta. O ponto seguinte apresenta o racional de uma política pública de inovação e o ponto 3 associa as principais medidas recentemente implementadas às razões económicas que as justificam. O ponto 4 apresenta indicadores nacionais e comparativos com países da UE e o ponto 5 conclui.

### 2. Breve Racional para uma Política de Inovação

A competitividade de uma economia no médio e longo prazo depende da evolução dos preços relativos associados à produção ou prestação de serviços (mão-de-obra, inputs, equipamentos, taxas de câmbio, taxas de juro, etc.) e de factores estruturais como o nível de qualificações e de educação da população, os chamados custos de contexto, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) ou a inovação. Este segundo grupo de factores torna-se mais importante em sectores com estruturas de concorrência imperfeita, em que o reduzido número de concorrentes, a assimetria no acesso a informação ou a diferenciação de produtos e serviços permitem às empresas incorporarem maior valor acrescentado na sua actividade e aumentarem as suas margens de comercialização. No caso de Portugal, e no contexto de um mercado europeu aberto ao exterior, estes são os sectores menos vulneráveis à concorrência das empresas das economias emergentes, o que torna o desenvolvimento dos referidos factores estruturais, e, com relevo para este trabalho, a inovação, fundamentais para a competitividade externa do país.

Para além disso, os efeitos económicos positivos ao nível da competitividade originados pela inovação tendem a traduzir-se no aumento do bem-estar material das populações (Swann, 2009). Estes efeitos sentem-se a vários níveis:

- Ao nível das empresas, quando a inovação nos processos e nos produtos resulta em ganhos de produtividade, com o consequente aumento das vendas e dos lucros (Hall e Mairesse, 1995). O

<sup>1</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa. As perspectivas expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.

custo acrescido de introduzir uma inovação é frequentemente compensado por ganhos de eficiência na produção ou pela aceitabilidade que desperta nos consumidores, levando a que o factor preço perca importância relativa na decisão de aquisição.

- Ao nível dos consumidores ou utilizadores, pela alternativa em termos de qualidade e variedade propiciada pela inovação em novos produtos e serviços disponíveis. Mesmo quando resulta de uma melhoria nos processos, e o aumento da qualidade de produtos ou serviços não é imediatamente evidente, a inovação propicia indirectamente benefícios para o consumidor. Para além disso, as escolhas dos consumidores influenciam cada vez mais os processos de inovação, como o demonstra o desenvolvimento recente das tecnologias de informação e comunicação (OCDE, 2010b).
- Ao nível da sociedade, pelos ganhos de eficiência e pela difusão do conhecimento. A introdução de inovações permite, por vezes, ultrapassar restrições decorrentes da escassez de recursos e tende a aumentar a eficiência na sua utilização, especialmente pelo aumento da produtividade do trabalho, com um efeito positivo no crescimento económico (Ark et al, 2009, Corrado et al, 2009). Do mesmo modo, as inovações introduzidas podem ser adaptadas por outros agentes económicos em diferentes sectores de actividade, com efeitos de alastramento que geram benefícios para toda a sociedade. A difusão de tecnologias associadas ao uso de computador é um exemplo óbvio.

A insuficiência de recursos humanos qualificados e de infra-estruturas no sistema científico-tecnológico (centros de investigação, laboratórios, garantia de direitos de propriedade, etc.) limita a introdução e a difusão do conhecimento associado a inovações ao nível de processos tecnológicos ou de novos produtos e serviços. O mesmo efeito limitador resulta da existência de barreiras à entrada de novos concorrentes em alguns sectores de actividade com estruturas de mercado em oligopólio, como as telecomunicações, energia ou banca, a exigência de um nível de capitais próprios elevados para a realização de I&D ou a dificuldade de acesso a financiamento (Stoneman, 2001a; Czarnitcki e Hottenrott, 2010). Estas falhas de mercado são especialmente sentidas pelas pequenas e médias empresas que, pela sua natureza, têm um nível de capitais próprios reduzido e limitações no acesso a financiamento (Stoneman, 2001b; Czarnitcki e Hottenrott, 2009). Adicionalmente, a extensão e a velocidade de difusão dos benefícios trazidos pela inovação a vários sectores da sociedade e à sua aplicação simultânea a diferentes processos e produtos, depende da profundidade das ligações existentes entre as diversas entidades intervenientes: empresas, administração pública, laboratórios, universidades e outras (efeitos de rede, Hall and Khan, 2003). Neste âmbito, a existência de externalidades positivas inerentes à própria difusão do conhecimento associado à inovação e as características de bem público que frequentemente permitem a sua utilização simultânea, explicam também a existência de uma política pública na área de inovação que vise aumentar a competitividade de uma economia (Rodrik, 2004).

Assim, a actuação do Estado deve estar principalmente orientada para facilitar a inovação, intervindo em áreas onde o mercado falhe como o acesso ao financiamento para I&D, a disponibilização de infra-estruturas e de recursos humanos qualificados ou a aproximação dos diversos agentes económicos para que actuem de uma forma coordenada e em rede (OCDE, 2010c). Mas a dificuldade que os decisores públicos têm em aceder a toda a informação necessária para uma óptima implementação de políticas públicas torna necessária a colaboração estreita do Estado com os restantes agentes, de forma que o fornecimento de bens e serviços públicos (regras, organizações, infra-estruturas, qualificações) seja ajustado às necessidades dos mercados (Hausmann e Rodrik, 2006). Por último, a optimização da intervenção do Estado requer também uma avaliação sistemática das políticas públicas de inovação.

### 3. Linhas Gerais das Políticas Públicas de Inovação em Portugal

Os efeitos económicos positivos da inovação justificam que a sua promoção através da disseminação do acesso a novas tecnologias, nomeadamente as de informação e comunicação, para o reforço da capacidade de criação de valor pelas empresas, tenha sido incluída entre as prioridades do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE, 2005). No domínio da investigação e desenvolvimento (I&D), o PNACE visou ainda o incremento do investimento de origem pública e privada, e a promoção da incorporação dos respectivos resultados nos processos produtivos, de modo a aumentar a competitividade das empresas portuguesas. Estas prioridades foram ainda concretizadas nos três eixos do Plano Tecnológico - Conhecimento, Tecnologia e Inovação – e, no âmbito da coordenação de políticas existente a nível da União Europeia (e.g. Comissão Europeia, 2010a e 2010b), no programa Factores de Competitividade do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007-2013).

A definição destas prioridades pretendeu responder a alguns dos desafios identificados em Portugal ao nível da inovação (Simões, 2009). Em primeiro lugar, um tecido produtivo dominado por pequenas e médias empresas (PME), com dificuldades de acesso a financiamento de longo prazo e com pouca capacidade competitiva a nível internacional. Acresce ainda que estas empresas não dispunham de uma cultura de inovação nem recursos humanos com motivação e qualificação suficiente para apostarem em áreas mais intensivas em conhecimento. Segundo, um Sistema Científico e Tecnológico nacional com carências em termos de infra-estruturas e recursos humanos, e em que as respectivas entidades funcionavam habitualmente de uma forma descoordenada. Por fim, a cooperação entre as empresas, e entre estas e as universidades, laboratórios públicos e privados ou centros tecnológicos, era fraca ou inexistente. Os problemas não se cingiam apenas ao sector privado, pois também a Administração Pública necessitava de enraizar um espírito de inovação que melhorasse os seus procedimentos internos e a sua relação com a sociedade.

Em resposta a estes desafios, as políticas públicas de inovação e I&D recentemente implementadas basearam-se em incentivos de natureza vária, estando o respectivo esforço financeiro essencialmente ancorado em fundos comunitários. Assim, foram implementados incentivos fiscais e ao investimento em inovação e em investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), de modo a ultrapassar as dificuldades de acesso ao financiamento e a promover a difusão de tecnologias e a competitividade das empresas. Este apoio tornou-se mais premente com a crise de liquidez que afectou o sistema financeiro nos últimos dois anos. Os projectos individuais abrangidos pelo Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico das Empresas e o Sistema de Incentivos à Inovação, no âmbito do QREN, o NITEC (Núcleos de I&DT nas Empresas), e o SIFIDE, sistema de incentivos fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, coordenados pela Agência da Inovação, são alguns exemplos (quadro 1).

**Quadro 1. Exemplos de medidas de apoio financeiro à inovação e ao I&D**

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
QREN <u>Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas</u>	Projectos individuais ou em parceria que envolvam actividades de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas.	Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto  1º Concurso: 15-11-2007 a 29-02-2008	1 - A natureza dos incentivos pode revestir as seguintes formas: a) Incentivos não reembolsáveis; b) Incentivos reembolsáveis; c) Bonificações da taxa de juro. 2 - Limites máximos de incentivos às empresas: a) Entre 15 a 50% para Investimentos produtivos; b) Entre 40 a 50% para outros investimentos.	Em 31 de Julho de 2010 N.º de Projectos Contratados = 838 Incentivo concedido = 267.8 milhões de euros.  Projectos individuais. N.º = 273 Incentivo concedido = 106.8 ME  Projectos em parceria = 265 Incentivo concedido = 140.4 ME
QREN <u>Sistema de</u>	Projectos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas, a título individual ou em	Resolução do Conselho de Ministros n.º	Taxa Base Máxima 35%. Majorações: a) 10 p. p. a médias	Em 31 de Julho de 2010 N.º de Projectos Contratados = 791

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
<u>Incentivos à Inovação</u>	cooperação. Visa promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor, bem como, reforçar a orientação das empresas para os mercados internacionais.	86/2007, de 3 de Julho	empresas, excepto projectos com despesa elegível superior a 50 ME ou do sector dos transportes. 20 p.p. a pequenas Empresas, excepto projectos com despesa elegível superior a 50 ME ou do sector dos transportes. b) 10 p. p a projectos em estratégias de eficiência colectiva. c) 10 p.p. a empreendedorismo Feminino ou Jovem	Incentivo concedido = 1143.9 milhões de euros.
AGÊNCIA DA INOVAÇÃO  <u>Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE)</u>	Apoio fiscal às empresas que pretendam investir na aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos, ou na exploração de resultados de trabalhos de investigação com vista à sua aplicação na descoberta ou melhoria de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.	Iniciado em 1997. Revisto pela Lei n.º 40/2005 de 3 de Agosto e pela Lei 10/2009 de 10 de Março.	Taxa de Juro Bonificada e benefícios fiscais (Taxa de base: 32,5% das despesas realizadas no ano da candidatura; Taxa incremental: 50% do aumento desta despesa em relação à média dos 2 anos anteriores, até ao limite de 1,5 milhões de euros). Em 2009, a dedução à colecta, em sede de IRC, pode atingir 82,5% do investimento em I&D.	Em 2008: Nº de candidaturas em curso=385 Nº de candidaturas concluídas=201 Valor de despesa de I&D declarado = 474.002.812,30 €.
AGÊNCIA DA INOVAÇÃO  NITEC - Núcleos de I&DT nas Empresas	Projectos que visem o reforço da produtividade, competitividade e inserção no mercado global das empresas através da criação de núcleos empresariais de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT).	2003	Informação não disponível	No período entre 2003 e 2006 houve: 232 Candidaturas 192 Projectos aprovados

Ainda no âmbito do QREN, o Sistema de Incentivos à Qualificação das PME abrange as medidas exclusivamente destinadas às empresas de pequena e média dimensão (Quadro 2). Adicionalmente, o apoio ao investimento em inovação e à partilha de risco em PME incluiu o programa FINICIA para projectos inovadores (coordenado pelo IAPMEI), o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA) e a iniciativa NEOTEC (coordenado pela Agência de Inovação). Os programas Vale I&T e Vale Inovação foram implementados com o objectivo mais específico de apoiar a aquisição de serviços de ciência e tecnologia. Por último, a Academia das PME e o programa INOV-Jovem, coordenado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, visam reforçar o capital humano e o espírito empreendedor dentro das empresas. Estas medidas pretenderam reforçar a dotação de recursos materiais e humanos das PME e, ao mesmo tempo, implantar uma cultura de inovação, contribuindo para ultrapassar as barreiras de acesso ao financiamento e a escassez de recursos qualificados com que se defrontam as PME.

**Quadro 2. Exemplos de medidas de apoio à inovação e ao I&D em PME**

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
QREN  <u>Sistema de Incentivos à Qualificação das PME</u>	Projectos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), direccionados para a intervenção nas PME.	1º Concurso: 15-11-2007 a 28-01-2008  12-05-2010 a 30-06-2010 (Internacionalização)	Incentivos desde os €25.000 aos €400.000 por projecto. Taxa base máxima 40 % Majorações: 5 p.p. a atribuir a Pequenas e médias empresas ou quando os projectos se inserirem em estratégias de eficiência colectiva	Em 31 de Julho de 2010 Projectos =2123 Incentivo=260,7 ME.  Individuais e de cooperação: Projectos =1472 Incentivo=167,4 ME  Conjuntos: Projectos = 98 Incentivo = 83,8 ME.

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
QREN <u>Vale Inovação</u>	Projectos que visem a aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação (transferência de conhecimento de natureza científica e tecnológica) por parte de PME a entidades devidamente qualificadas para o efeito.	1º Concurso: 15-02-2008 a 24-03-2008	Informação não disponível	Em 31 de Julho de 2010 Nº de projectos Contratados =553 Montante de incentivo=9,5 milhões de euros.
QREN <u>Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação - FINOVA</u>	Criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere a PME e aos projectos com maior grau de inovação.	Decreto-Lei n.º 175/2008 de 26 de Agosto	“Business angels” singulares podem deduzir à colecta 15% do investimento realizado (OE2010). Empréstimos de médio prazo, com o valor máximo de 500.000€.	Em 30 de Junho de 2010 Nº de projectos Contratados =27 Montante de incentivo=282 milhões de euros.  N.º de Empresas Envolvidas (Linhas PME Investe I e II) =3568
IAPMEI <u>FINICIA – Projectos Inovadores</u>	Facilitar o acesso a financiamento pelas empresas de menor dimensão. É dirigido à fase de arranque do ciclo de vida das empresas. Desenvolve-se no âmbito do Programa Quadro de Inovação Financeira para o mercado das PME em Portugal (NOFIN).	Não disponível	Soluções de Capital de Risco; Soluções de Crédito com Garantia; Combinação de Instrumentos de Financiamento  Assistência técnica associada para projectos inovadores	Cerca de 800 operações aprovadas.
IEFP <u>Programa INOV-JOVEM - Jovens Quadros para a Inovação nas PME</u>	Estágios profissionais em contexto real de trabalho, com a duração de 12 meses, em diversas áreas. O programa visa facilitar o recrutamento e a integração de quadros qualificados nas PME.	Portaria n.º 1103/2008, de 2 de Outubro, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 93/2008, de 5 de Junho, n.º 63/2008, de 7 de Abril, e n.º 87/2005, de 29 de Abril.	Bolsa de estágio mensal no valor de 2 vezes o IAS (comparticipada em 60% pelo IEFP), com subsídio de alimentação, de transporte, de alojamento e seguro (comparticipado em 100%).	Número de Jovens Abrangidos: – De 01-01 a 31-07-2010: 5.523 – Em 2009: 8.421 – Em 2008: 3.139 – Em 2007: 693

Outra aposta foi no estímulo à cooperação entre entidades privadas e públicas, de forma a melhorar o aproveitamento das externalidades geradas pela existência de infra-estruturas, pelo I&D e pelo conhecimento, e de beneficiar dos efeitos de rede na difusão de tecnologias e de conhecimento. O incentivo à cooperação entre empresas e ao estabelecimento de relações permanentes entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico nacional levou, à semelhança do que sucede a nível europeu, à promoção de parcerias para I&DT aplicada ao desenvolvimento empresarial através de instrumentos como os projectos conjuntos no âmbito dos sistemas de incentivos do QREN (quadros 1 e 2), as I&DT Colectivas, em que um conjunto de empresas pode, de uma forma coordenada, desenvolver actividades de I&DT intra-muros, e os Pólos de Competitividade e Tecnologia, e “clusters” (quadro 3). Após a abertura de concursos, em 2009, foram criados 11 pólos de competitividade e 8 “clusters” em áreas tão diversas como a saúde, a floresta, o turismo ou a moda. Estas estratégias de eficiência colectiva visam, por um lado, estender a difusão dos benefícios trazidos pela inovação a vários sectores da sociedade e à sua aplicação simultânea a diferentes processos e produtos, e por outro, promover a competitividade e aumentar o valor acrescentado das exportações nacionais.

**Quadro 3. Exemplos de medidas sobre estratégias de eficiência colectiva**

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
QREN <u>I&amp;DT Colectiva</u>	Projectos de I&DT direccionados para problemas e necessidades partilhados por um conjunto	Decreto-Lei n.º 287/ 2007, de 17 de Agosto	1 - A natureza dos incentivos pode revestir as seguintes formas:	Em 31 de Julho de 2010 Nº de Projectos Contratados =3

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
	significativo de empresas, designadamente ao nível de um sector, "cluster", pólo de competitividade e tecnologia ou região.	1º Concurso: 15-04-2008 a 16-06-2008	a) Incentivos não reembolsáveis; b) Incentivos reembolsáveis; c) Bonificações da taxa de juro.	Incentivo concedido = 1.1 milhões de euros.
QREN <u>Pólos de Competitividade e Tecnologia</u>	Programas de acção ancorados em actividades com elevado conteúdo de I&DT, inovação e conhecimento, e orientados para os mercados nacional e internacional.	1º Concurso: 01/09/2008 a 15/10/2008	Co-financiamento em 75% para as despesas apresentadas.	Em 31 de Julho de 2010 N.º de Pólos = 11 N.º de "Clusters" = 8 N.º de projectos = 113 Incentivo = 146 milhões de euros.
QREN <u>Projectos de Inovação em Turismo</u>	Projectos de inovação, em parceria, tendentes à introdução de novas tecnologias no processo produtivo, susceptíveis de aumentar a produtividade e valorizar a posição competitiva do sector do Turismo.	Celebração do contrato entre o Turismo de Portugal e o Compete: 17 de Julho de 2009	Co-financiamento em 75% para as despesas apresentadas Apoios diferenciados em dois momentos do processo de inovação: a) validação de mercado e b) fase de arranque até à operação funcionar em velocidade de "cruzeiro".	

Finalmente, outras medidas complementares ao nível de infra-estruturas de ciência e tecnologia foram mantidas ou implementadas: O IDEIA, destinado a apoiar a projectos do ID&T de entidades do Sistema Científico e Tecnológico, ou a qualificação de recursos humanos, como as "Bolsas de Doutoramento em Empresas" ou as "Bolsas para Estágios em Organizações Científicas e Tecnológicas Internacionais". Na administração pública, o programa Simplex incluiu várias medidas implementadas por diferentes organismos destinadas a simplificar as relações com os mercados. Um exemplo é o acesso "on-line" a todos os processos ligados ao registo de marcas, patentes e design gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

**Quadro 4. Exemplos de medidas de simplificação administrativa**

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
INPI <u>Registos de Propriedade Industrial On-line</u>	Permite a entrega e o acompanhamento, gratuito e "on-line", de todos os requerimentos de marcas, patentes e design submetidas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	Abril de 2007	Disponibilização imediata de ponto de registo e redução de prazos e de custos;	Em Agosto de 2010: - 99,02% dos pedidos apresentados "on-line"; - 93,88% dos pedidos de sinais distintivos de comércio examinados em 3,1 meses
INPI <u>Pesquisas de Propriedade Industrial On-line</u>	Permite a realização de pesquisas, gratuitas e on-line, em todos os processos publicados de marcas, patentes e design que existam nas bases de dados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	Abril 2006	Disponibilização imediata e gratuita de pesquisas, consultas e Boletim da propriedade Industrial e redução de prazos e de custos;	Média de 80.000/ano (100% online)

O conjunto de medidas referido confirma a intenção de desenvolver a inovação e a I&D na economia portuguesa. Contudo, a informação disponível não é suficiente para fazer uma avaliação das políticas públicas já que o seu grau de execução não reflecte necessariamente os efeitos reais ao nível da competitividade da economia. Da mesma forma, não é possível apreender as eventuais vantagens de uma simplificação dos instrumentos existentes e da redução das respectivas entidades coordenadoras, como propõe Simões (2009). Só através de uma avaliação cuidada se poderá aferir a eficiência dos recursos afectos à inovação e ao I&D. Deste modo, resta-nos assumir que os efeitos da política pública se tenderão a reflectir, pelo menos parcialmente, na evolução dos indicadores de inovação e I&D.

#### 4. O que mostram os Indicadores de Inovação e I&D

Em termos comparativos, e usando como base o índice de inovação apresentado no *European Innovation Scoreboard 2009* (Comissão Europeia, 2010), Portugal encontra-se em 16º, em 27 países, sendo classificado como um país Inovador Moderado (neste grupo encontra-se também a República Checa, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Espanha). Apesar de continuar abaixo da média da UE27, esta classificação mostra uma evolução significativa face ao 31º lugar registado em 2006.

Para esta evolução contribuíram as despesas em I&D, que em Portugal alcançaram o valor equivalente a 1% do PIB em 2006 e 1,7% em 2008. Até 2005, o Estado português financiava mais de metade das despesas, o que mostra a sua importância no apoio a actividades de inovação. A partir desse ano, o financiamento do I&D passou a ser assegurado maioritariamente por entidades privadas (tabela 1). Esta alteração da relação entre financiamento público e privado aproximou Portugal da tendência europeia e mostra a crescente importância dada pelas empresas portuguesas a actividades de inovação e de I&D. O crescimento do investimento resulta, pelo menos em parte, das medidas de política implementadas, especialmente do nível de incentivos fiscais e de outros benefícios, que podem atingir uma dedução à colecta de IRC até 82,5% do capital investido em I&D. Como consequência das medidas e do aumento do investimento pelo sector privado, tanto os recursos humanos afectos à inovação, como os indicadores relativos à propriedade industrial e à produção científica registaram um crescimento significativo ao longo da década de 2000.

**Tabela 1. Principais indicadores de Inovação, 2000-2009**

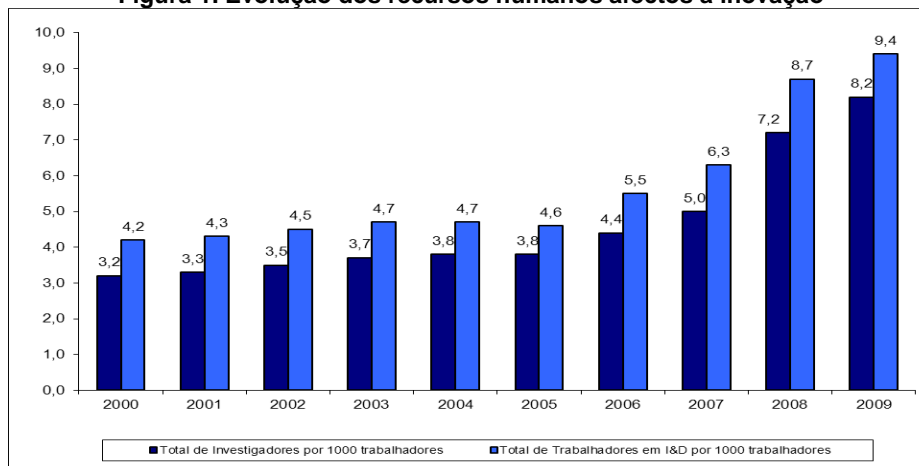
Indicadores	Unidade	Fontes	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 *	
Despesas em I&D financiadas por:													
Empresas	% do total	Eurostat *	27,0	31,5	31,6	31,7	34,2	36,3	43,0	47,0			
Estado			64,8	61,0	60,5	60,1	57,5	55,2	48,6	44,6			
Estrangeiro			5,2	5,1	5,0	5,0	4,8	4,7	5,2	5,4			
Despesas totais em I&D, por sectores, das quais:													
Todos os sectores	% do PIB		0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	1,0	1,18	1,55	1,71	
Empresarial			0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,5	0,61	0,80	0,80	
Estatal			0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,11	0,12	0,13	
Ensino Superior			0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,35	0,51	0,60	
Propriedade intelectual													
Pedidos de patentes comunitárias (EPO)	por milhão de habitantes			4,1	4,0	3,9	5,8	5,4	10,9	10,1	11,4		
Pedido de Patentes Nacionais	INPI		240,0	266,0	258,0	233,0	231,0	272,0	319,0	368,0	514,0	723,0	
Produção científica													
Publicações	nº	GPEARI/MCTES	3791	4114	4748	5220	6003	6449	8008	8079	9623	10081	

Notas: EPO - *European Patent Office*; n.d. - não disponível

\* Os resultados do ano 2009 são provisórios e têm origem no IPCTN 2009.

Ao nível do capital humano, os recursos afectos à I&D aumentaram para o dobro, de 4,2 por mil trabalhadores, em 2000, para 9,4 em 2009. No caso dos investigadores, o aumento foi ainda maior, tendo o seu número crescido, no mesmo período, de 3,2 por mil para 8,2 por mil trabalhadores (Figura 1). Na propriedade intelectual, o número de patentes por mil habitantes pedidas no *European Patent Office* (EPO) subiu de 4,1, em 2000, para 11,4, em 2007. Da mesma forma, o número de publicações científicas cresceu de 3.891, em 2000, para 10.081, em 2009 (Tabela 1). Apesar do aumento da despesa não garantir, por si só, um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a expectativa, baseada em estudos empíricos sobre países europeus e os EUA (e.g. Ark et al, 2009, Corrado et al, 2009), é que este aumento do investimento em activos tangíveis e intangíveis tenha um impacto positivo na produtividade do trabalho e no crescimento económico.

Figura 1. Evolução dos recursos humanos afectos à inovação



Fonte: OECD (2010d), excepto 2009, que são resultados provisórios do IPCTN, 2009

O crescimento dos recursos aplicados à inovação verificado ao longo da década de 2000 não evita, no entanto, que Portugal continue ainda abaixo da média da UE na generalidade dos indicadores de recursos aplicados em inovação e I&D. Segundo o Eurostat (tabela 2), a despesa total em I&D realizada em 2008 foi inferior (1,5% do PIB face à média de 1,9% na UE27) e a realizada por empresas também (0,76% e 1,21%, respectivamente). O mesmo se passa nos pedidos de patentes e de marcas apresentados ao EPO, em que Portugal se encontra abaixo da média da UE27 (tabela 3).

Tabela 2. Despesa em I&amp;D (%), por fontes de financiamento, 2001-2008

		EU27	República Checa	Dinamarca	Alemanha	Irlanda	Espanha	França	Austria	Polónia	Portugal	Finlândia	Reino Unido	EUA	Japão
Empresas	2001	55,9	52,5	61,4	65,7	66,7	47,2	54,2	41,8	30,8	31,5	70,8	45,5	67,7	73,1
	2006	55,3	56,9		68,2	53,4	47,1	52,3	48,4	33,1	4,3	66,6	45,2	65,4	77,1
	2007	55,2	54	60,6	67,9	49,6	45,5	52	48,7	34,3	4,7	68,2	46,7	66,2	77,7
	2008	55	52,2	61,1				50,5	46,3	30,5		70,3	47,2	67,3	79
Estado	2001	33,9	43,6	28,2	31,4	25,6	39,9	36,9	38,3	64,8	61	25,5	28,9	27,2	16,2
	2006	33,4	39	:	27,7	31,9	42,5	38,5	32,3	57,5	48,6	25,1	31,9	29,3	15,6
	2007	33	41,2	26	27,7	32,2	43,7	38,3	32,3	58,6	44,6	24,1	30,2	28,3	
	2008	33,5	41,3	25,3				39,4	37,2	59,8		21,8	29,5	27	
Estrangeiro	2001	8	2,2	7,8	2,5	6	7,7	7,2	9,7	2,4	5,1	2,5	9,7		0,4
	2006	8,7	3,1	:	3,8	12,9	5,9	7	18,4	7	5,2	7,1	17		0,4
	2007	9,2	4,1	9,7	4	15,9	7	7,5	17,9	6,7	5,4	6,5	17,4		0,3
	2008	8,9	5,3	9,7				8	16,1	5,4		6,6	17,6		

Fonte: Eurostat.

Tabela 3. Pedidos de patentes EPO e de novas marcas comunitárias (2007 - por mil habitantes)

	Pedido de Patentes	Novas Marcas
UE27	116,5	124,6
UE15	n.d.	n.d.
Alemanha	290,7	187,7
Austria	217,0	237,1
Bélgica	139,0	121,4
Dinamarca	194,1	212,1
Espanha	32,6	163,8
Finlândia	250,8	137,3
França	132,4	94,4
Grécia	9,8	41,9
Holanda	223,5	195,8
Irlanda	66,8	172,5
Itália	86,4	120,0
Luxemburgo	230,2	122,0
Portugal	11,4	118,5
Reino Unido	89,2	153,1
Suécia	298,4	201,9
Estados Unidos	105,8	n.d.
Japão	161,7	n.d.

Fonte: Eurostat e European Innovation Scoreboard 2009 (EIS 2009).

Ao nível empresarial, o número de empresas portuguesas classificadas pela *Community Innovation Survey* 2008 como inovadoras (57,8%) tem vindo a crescer e é proporcionalmente superior ao da média da UE27 (51,6%), apesar de os dados mais recentes (período 2006-2008) indicam uma diminuição do peso das actividades de inovação de produto no volume de negócios das empresas (tabela 4). O EIS classifica Portugal em 11º lugar (34,1%), em 34 países, acima da média da UE (13º, e 30% das empresas) em termos do número de empresas com inovação *in-house*, e em 10º e 4º, respectivamente, na introdução, por PME, de inovações em produtos e processos ou de marketing ou organizacionais (tabela 5). Em termos sectoriais destacam-se a Indústria química e a do papel, as telecomunicações e as actividades informáticas e financeiras como as que apresentam um maior número de empresas com actividades de inovação (Figura 2). No que se refere ao empreendedorismo, Portugal apresenta uma das mais altas taxas de nascimento e morte de empresas, tanto na indústria como nos serviços, parecendo indicar a existência de um eficiente processo de destruição criativa (OCDE, 2010b). Contudo, estes valores devem ser vistos com alguma precaução já que o nascimento de novas empresas pode resultar dos incentivos existentes para a criação de emprego próprio, não reflectindo este dinamismo empresarial uma maior capacidade inovadora das empresas portuguesas. Em termos gerais, a principal ilação que se pode tirar destes números é que a maioria das empresas portuguesas interiorizou a necessidade de inovar os seus produtos e serviços, parecendo estar posicionada de uma forma favorável face à média dos países da UE.

**Tabela 4. Indicadores de inovação empresarial, 2002-2008 \***

Indicadores	Unidade	2002-2004	2004-2006	2006-2008
Empresas com actividades de inovação	% do total das empresas	41	41	57,8
Volume de negócios de produtos novos quer para a empresa quer para o mercado	% do volume de negócios das empresas com inovação de produto	21	27	22
Volume de negócios de produtos novos quer para a empresa quer para o mercado	% do volume de negócios das empresas com actividades de inovação	14	18	17
Empresas com cooperação para a inovação	% das empresas com actividades de inovação	20	18	28,4
Empresas com pedidos de patentes		7	4	
Empresas com marcas registadas		19	20	

Fonte: GPEARI / MCTES, Inquérito Comunitário à Inovação - CIS 4 (2002-2004), CIS 2006 (2004-2006) e CIS 2008 (2006-2008)

\* No CIS 2006-2008 são consideradas actividades de inovação: Introdução pelas empresas de inovações de produto e/ou processo; tipos de actividades realizadas pelas empresas com o objectivo de introduzir inovações de produto e/ou processo; actividades de Inovação abandonadas/interrompidas (sem introdução de inovação) ou incompletas. Nas 2 anteriores edições do CIS este indicador não incluía as empresas que tivessem desenvolvido inovação organizacional e/ou inovação de marketing.

**Tabela 5. European innovation scoreboard (EIS) 2009**

País	Índice Sintético de Inovação (33 países)	Índice Sintético de Inovação (UE27)	Financiamento e Apoio		Investimentos das Empresas	Linkages e Empreendedorismos			Troughputs		Inovadores	
			Despesas em I&D Público (% do PIB)	Capital de Risco (% do PIB)	Despesa em I&D das empresas (% do PIB)	PME a inovar <i>in-house</i> (% das PME)	PME inovadoras em colaboração com outras (% das PME)	Publicações Público-privadas (por milhão de habitantes)	Patentes registadas no EPO (por milhão de habitantes)	Marcas Comunitárias (por milhão de habitantes)	PME que introduziram inovações de produtos ou processos (% das PME)	PME que introduziram inovações de marketing ou organizacionais (% das PME)
Alemanha	4º	3º	5º	13º	5º	1º	22º	11º	2º	9º	2º	1º
Reino Unido	5º	4º	13º	2º	11º	-	17º	9º	13º	14º	23º	19º
Irlanda	10º	9º	21º	16º	13º	7º	15º	14º	15º	11º	8º	12º
França	11º	10º	9º	10º	9º	13º	16º	13º	10º	19º	18º	11º
Portugal	18º	16º	12º	15º	17º	11º	24º	24º	21º	17º	10º	4º
Espanha	20º	17º	15º	9º	18º	20º	29º	19º	18º	12º	20º	20º
Grécia	21º	18º	25º	21º	29º	12º	11º	21º	22º	24º	12º	5º
Itália	22º	19º	19º	17º	19º	15º	30º	15º	14º	16º	14º	14º

O EIS é o instrumento desenvolvido pela Comissão Europeia que, segundo a Estratégia de Lisboa, tem o intuito de avaliar e comparar a *performance* dos Estados Membros na área da inovação. O EIS inclui indicadores de inovação e análises de tendência para os Estados Membros da UE27 assim como para a Suíça, Croácia, Islândia, Noruega, Sérvia, Turquia e Eslováquia preferendo um total de 33 países.

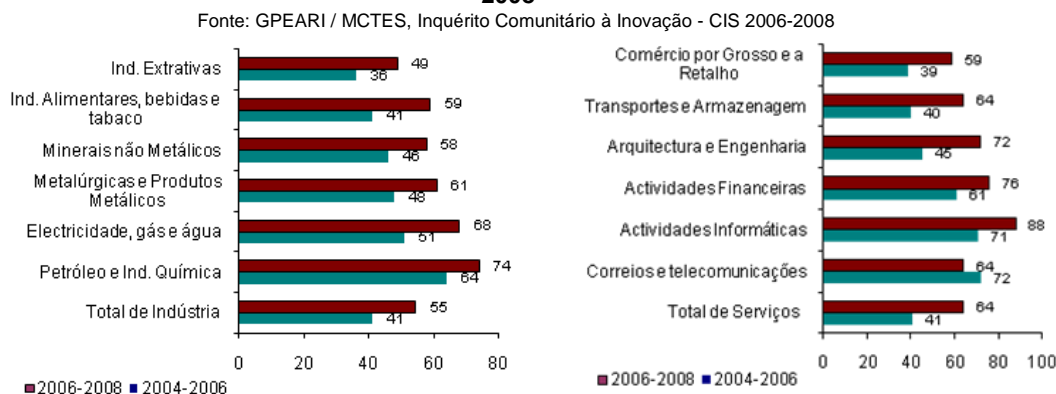
Nota: EPO-European Patent Office

Fonte: Comissão Europeia, European Innovation Scoreboard (EIS) 2009

Fonte: Comissão Europeia, *European Innovation Scoreboard* (EIS) 2009. Nota: EPO-European Patent Office

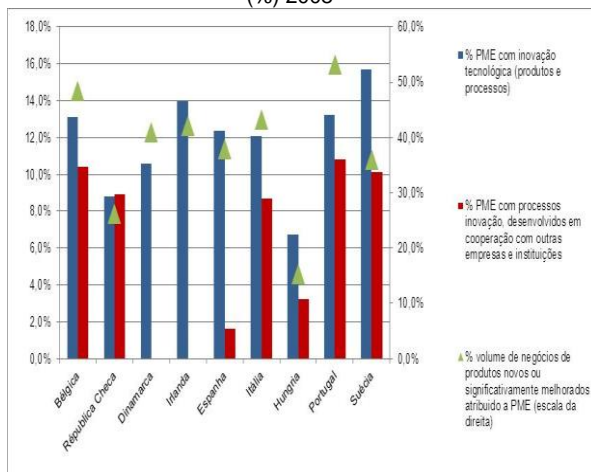
No entanto, o número de empresas que estão envolvidas em cooperação com outras sociedades ou entidades como laboratórios ou universidades, é inferior à média da UE27 (6,7% e 9,5%, respectivamente), limitando os potenciais benefícios obtidos a partir dos efeitos de alastramento originados pelo conhecimento e pela difusão de tecnologia (figura 3). Este dado é confirmado pelo *Global Competitiveness Report*, onde Portugal surge em 54º, em 133 países, no estado de desenvolvimento de “clusters”. A implementação de estratégias de eficiência colectiva para a formação de pólos de competitividade e tecnologia e de “clusters” resultou na criação de 19 entidades em diversos sectores de actividade e tenta atenuar esta desvantagem. Da mesma forma, o investimento em capital de risco foi, em 2008, equivalente a 0,05% do PIB, nível semelhante ao registado na Alemanha, mas significativamente inferior ao de outros países da UE como Espanha (0,1%) ou Dinamarca (0,3%). Neste indicador, Portugal surge em 13º no total de 34 países incluídos no EIS, mas as barreiras à inovação originadas pelas limitações a financiamento de médio e longo prazo (Stoneman, 2001b; Czarnitcki e Hottenrott, 2009) mostram que existe margem de progressão nesta área, especialmente no que se refere ao acesso a capital para desenvolvimento inicial e expansão de PME (OCDE, 2010b).

**Figura 2. Percentagem de empresas com actividades de inovação, por sector de actividade, 2006-2008 \***



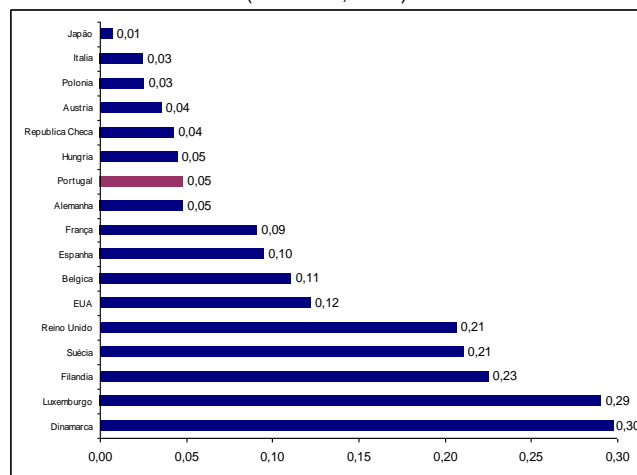
Nota: A edição CIS 2004-2006 utilizou a Classificação das Actividades Económicas (CAE Rev. 2.1) enquanto que a CIS 2006-2008 utilizou a CAE Rev. 3.

**Figura 3. Inovação empresarial (%) 2008**



Fonte: Eurostat, *Community Innovation Survey 2008 (CIS2008)*.

**Figura 4. Investimento em capital de risco (% do PIB, 2008)**

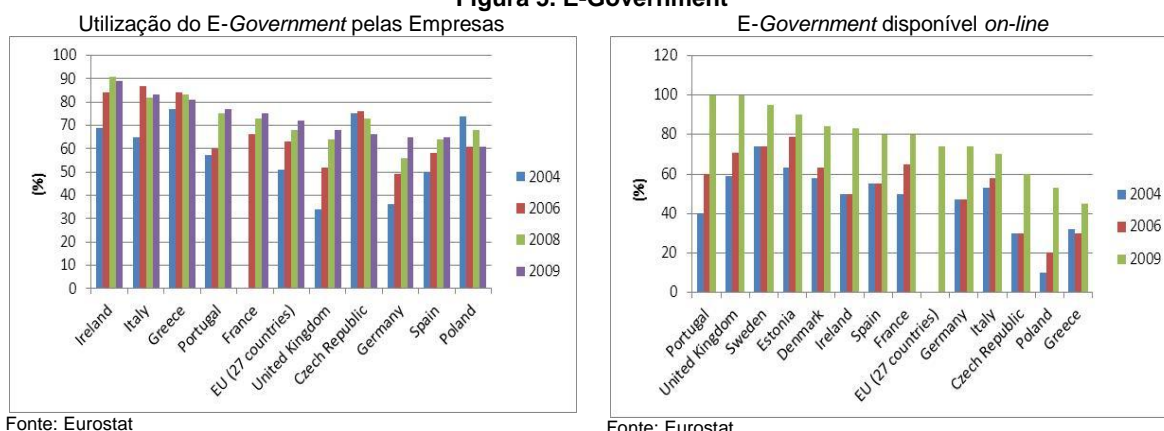


Fonte: OECD Science, Technology and Industry Scoreboard, 2009

Outro aspecto importante da inovação é ao nível do funcionamento da administração pública. O Estado deve actuar como facilitador da actividade económica, devendo preocupar-se em minimizar os custos de contexto associados à sua intervenção. O programa Simplex, acima referido, incluiu, entre as medidas destinadas a simplificar as relações com os mercados, o crescente recurso às tecnologias de informação

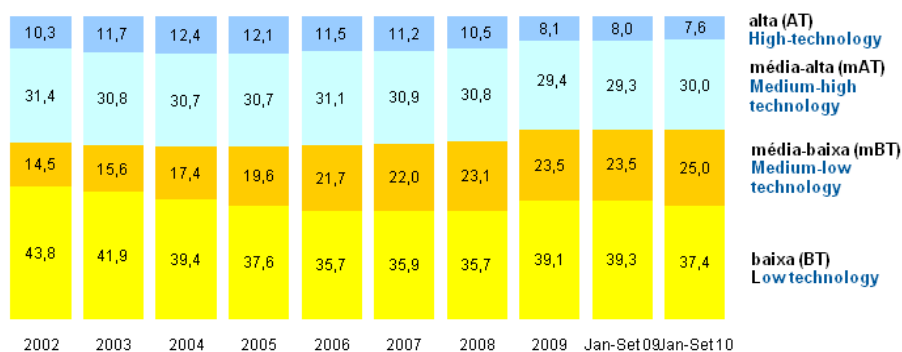
e comunicação, traduzidas no chamado “E-Government”. A figura 5 mostra que a posição de Portugal se encontra acima da média da União Europeia na disponibilidade de serviços on-line por parte da administração pública e na sua utilização pelas empresas.

**Figura 5. E-Government**



O efeito das políticas públicas de apoio à inovação na competitividade das empresas pode ser indirectamente aferido pelo conteúdo tecnológico das exportações portuguesas. A figura 6 mostra que, até 2008, houve uma diminuição do peso das exportações de produtos de baixa tecnologia no total, indicando um aumento do conteúdo tecnológico dos bens transaccionáveis fabricados pelas empresas portuguesas. Essa evolução retrocedeu em 2009, ano atípico devido à crise económica internacional, e parece ter retomado nos primeiros nove meses de 2010. Também no mesmo sentido, a balança de pagamentos tecnológica, relativa aos fluxos monetários relacionados com patentes, royalties, etc., inverteu, em 2009, a tendência de maior crescimento das exportações (relativamente às importações) que se registava desde 2000 (figura 7). Em ambos os casos, os próximos meses poderão ser decisivos para o desejável retomar da tendência que se registava antes da crise económica.

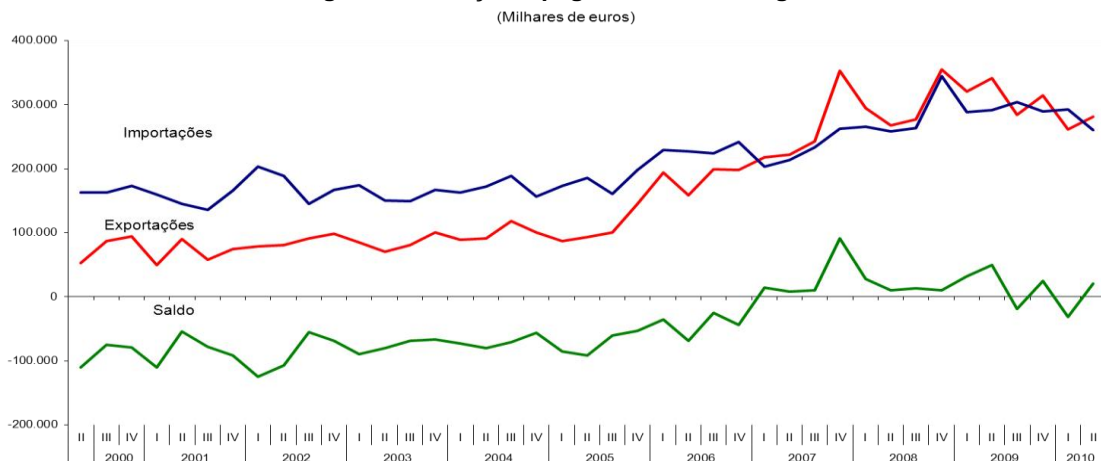
**Figura 6. Saídas de produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica**  
(peso no total dos produtos industriais transformados)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009 - inclui estimativas para não respostas e para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação para o comércio intracomunitário). Os dados para os períodos de Janeiro a Agosto de 2009 e de 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas: Os dados para os produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.  
\* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

Figura 7. Balança de pagamentos tecnológica



Fonte: Banco de Portugal.

Em suma, os indicadores mostram que o esforço desenvolvido em termos de políticas públicas para a inovação incentivou os agentes privados a reforçarem a aplicação de recursos na inovação e em I&D, permitindo que a economia portuguesa melhore a sua posição em alguns “rankings” internacionais. No entanto, as limitações das empresas no acesso a crédito de longo prazo, que foram acentuadas com a crise financeira internacional e com a dificuldade dos bancos portugueses em se financiarem no exterior, e o resultado dos esforços realizados no sentido de reforçar a cooperação entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico, que não pode ainda ser aferido dado que a formação de pólos é muito recente, traz alguma incerteza quanto ao potencial efeito das políticas públicas de inovação na competitividade da economia portuguesa.

## 5. Conclusão

O presente trabalho pretendeu apresentar uma justificação económica e, de uma forma resumida, divulgar as linhas gerais da actual política de inovação enquanto factor de competitividade da economia portuguesa. A falta de informação detalhada impede uma avaliação individual das políticas implementadas. Mas a informação disponível mostra que, nos anos mais recentes, houve um esforço, tanto do Estado como das empresas privadas, no sentido de serem abordadas algumas das limitações da economia portuguesa, nomeadamente a falta de infra-estruturas no sistema científico e tecnológico, a pequena dimensão das empresas e a dificuldade que têm em aceder a financiamento, e a falta de uma cultura de inovação.

Ao longo dos últimos anos, e no mesmo sentido das políticas coordenadas ao nível da UE, a economia portuguesa aplicou mais recursos financeiros e humanos em inovação e I&D. Este esforço resultou na melhoria de alguns “rankings” e de indicadores relativos à despesa, à qualificação em ciência e tecnologia e à publicação científica. Mas a crise que afectou o sistema financeiro dificultou o desenvolvimento de alguns instrumentos como o capital de risco, que permitiriam a empresas de menor dimensão aceder a financiamento de médio e longo prazo e crescer com o desenvolvimento de novos produtos e acesso a novos mercados.

Em termos qualitativos, é mais complexo aferir a evolução registada. A cooperação entre os diversos agentes reforçou-se com a implementação de estratégias de eficiência colectiva, mas dado que o seu início é muito recente, os resultados não são ainda evidentes. Este aspecto é fundamental por ser um indício da difusão de conhecimento e de tecnologia, entre e nos sectores de actividade de bens e serviços transaccionáveis. Apesar disso, os resultados ao nível das exportações e da balança de pagamentos

tecnológicos apontam para uma transformação estrutural no padrão de exportações português no sentido da inclusão de maior valor acrescentado.

A comparação com outros países, nomeadamente o posicionamento de Portugal abaixo da média da UE na maioria dos indicadores observados, mostra que se mantém a necessidade de manter a aposta na capacitação científica e tecnológica dos recursos humanos, na maior cooperação entre os agentes empresariais e do sistema científico-tecnológico, no investimento das empresas em inovação de processos e produtos e no aumento dos fluxos comerciais de bens tecnológicos e de processos inovadores. Sendo a inovação e o I&D importantes fontes de competitividade, o reforço das políticas até aqui seguidas, e a sua avaliação sistemática, deverão contribuir para a criação de emprego, para a subida na cadeia de valor das empresas portuguesas, para o aumento das exportações com elevado valor acrescentado nacional e, consequentemente, para a redução do défice externo.

## 6. Bibliografia

- Ark, Bart van, Janet X. Hao, Carol Corrado, e Charles Hulten, (2009). Measuring intangible capital and its contribution to economic growth in Europe, EIB papers 14 (1)
- Comissão Europeia (2010a). European Innovation Scoreboard (EIS) 2009, Pro-Inno Europe paper nº 15, Bruxelas
- Comissão Europeia (2010b). The “Innovation Union” – turning ideas into jobs, green growth and social progress, Europe 2020 Flagship Initiative - Innovation Union, SEC(2010) 1161, Bruxelas
- Comissão Europeia, Community Innovation Survey, várias edições, Bruxelas
- Corrado, Carol, Charles Hulten e Daniel Sichel (2009). Intangible capital and US economic growth, *Review of Income and Wealth*, 55(3), September, pp. 661-685
- Czarnitzki, D. and H. Hottenrott (2010), Financing constraints for industrial innovation: What do we know?, *Review of Business and Economics*, forthcoming
- Czarnitzki, D. and H. Hottenrott (2009), R&D Investment and Financing Constraints of Small and Medium-Sized Firms, *Small Business Economics*, forthcoming
- Hall, Bronwyn H. and Khan, Beethika (2003), Adoption of New Technology, *New Economy Handbook: Hall and Khan*, April
- Hall, B.H., and J. Mairesse (1995), Exploring the Relationship between R&D and Productivity in French Manufacturing Firms, *Journal of Econometrics* 65, 263-293.
- Hausmann, Ricardo, e Dani Rodrik (2006), Doomed to Choose: Industrial Policy as Predicament, unpublished working paper presented at the Center for International Development, Harvard University
- Institute for Management Development (2010), *World Competitiveness Yearbook 2010*, Lausanne
- MCTES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, várias edições, Lisboa
- OCDE (2010a). *The OECD Innovation Strategy: Getting a Head Start on Tomorrow*, Paris
- OCDE (2010b). *Measuring Innovation. A New Perspective*, Paris
- OCDE (2010c). *The OECD Innovation Strategy: Innovation to strengthen growth and address global and social challenges*, Paris
- OCDE (2010d). *Main Science and Technology Indicators*, Paris
- OCDE (2009). *Innovation in Firms. A Microeconomic Perspective*, Paris
- PNACE (2005). *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008*, Lisboa
- Rodrik, Dani (2004). [Industrial Policy for the Twenty-First Century](#), CEPR Discussion Paper nr. 4767
- Simões, Vítor Corado (2009). *INNO-Policy TrendChart – Innovation Policy Progress Report on Portugal*, European Commission, Bruxelas

Stoneman, P. (2001a). *The Economics of Technological Diffusion*, Oxford: Blackwells

Stoneman, P. (2001b). *Financial Factors and the Inter Firm Diffusion of New Technology: A Real Options Model*, University of Warwick EIFC Working Paper 01/8, December.

Swann, Peter (2009). *The Economics of Innovation, An Introduction*, Edward Elgar; London.

World Economic Forum (2010), *Global Competitiveness Report 2010-2011*.

## Breve Caracterização do Sector da Construção<sup>1</sup>

Elsa de Morais Sarmento<sup>2</sup>

### 1. Introdução

Esta análise pretende caracterizar de forma sucinta o sector da Construção e a sua evolução mais recente, a nível do emprego, da dinâmica empresarial e do investimento no sector.

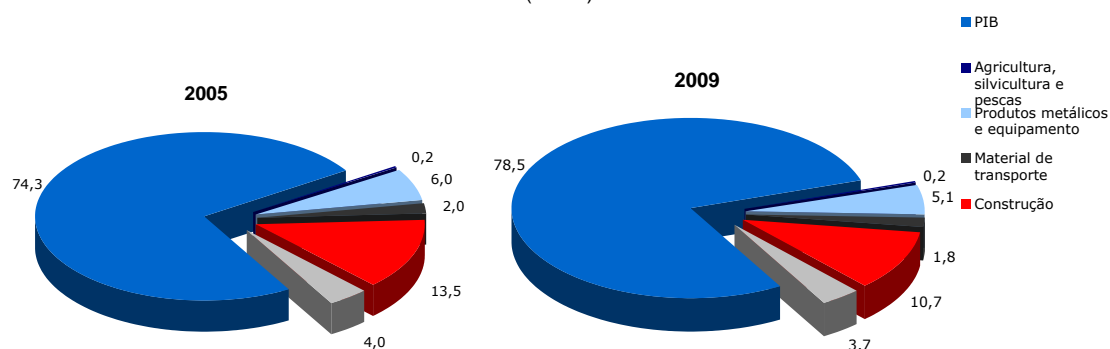
A secção seguinte é dedicada á caracterização do sector através das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a terceira à dinâmica empresarial no sector segundo a óptica dos Quadros de Pessoal para as empresas empregadoras activas. A quarta secção é dedicada ao emprego e a quinta à análise de sobrevivência comparada do sector da Construção. A última secção conclui.

### 2. O Sector da Construção na Óptica das Contas Nacionais

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de empresas no sector da Construção (letra F da CAE Rev.3) era em 2008, de cerca 117 mil, menos 2,4% do que em 2007 (Quadro 2). Os dois sub-sectores onde foram criadas mais empresas foram a “Construção de redes de transporte e distribuição de electricidade e comunicações” e o de “Actividades de colocação de coberturas”. Onde se registou uma evolução menos positiva face a 2007 foi na “Construção de outras obras de engenharia civil” e em “Outras instalações em construções”. O número de empresas foi no entanto o único indicador que registou uma evolução desfavorável. O pessoal ao serviço, a produção, o valor acrescentado mas sobretudo o volume de negócios e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registaram acréscimos face a 2007 (0,4%, 2%, 1,8%, 2,5% e 8,3%, respectivamente).

Em 2009, o investimento representava 21,6% do PIB, tendo a componente da Construção um peso de 10,7% (e de 40,3% da FBCF total), revelando uma diminuição relativamente ao ano de 2005 (13,5% do PIB) e a anos subsequentes (Quadro 1). Das rubricas apresentadas na figura seguinte, a Construção foi a que desceu mais acentuadamente.

**Figura 1. Peso da FBCF por rubricas a preços correntes no PIB a preços correntes em 2009**  
(em %)



Fonte: Cálculos próprios a partir das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

<sup>1</sup> Agradeço ao Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, o fornecimento da Base de Dados dos Quadros de Pessoal. Este trabalho apoia-se em estudos anteriores em colaboração com a Professora Alcina Nunes, à qual se agradece a permissão da sua utilização. Este trabalho reflecte unicamente a opinião da sua autora.

<sup>2</sup> Departamento de Economia e Gestão, Universidade de Aveiro, Portugal; Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (elsa.sarmento@gee.min-economia.pt).

**Quadro 1. Peso da FBCF e da FBCF em construção no PIB, a preços correntes**  
(%)

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Peso FBCF em Construção no PIB</b>	<b>%</b>	13,8	14,0	13,4	12,2	12,0	13,5	11,1	10,9	10,8	10,7
		27,7	27,1	25,2	22,9	23,1	26,1	22,2	22,2	22,3	21,6

Fonte: Cálculos próprios a partir das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

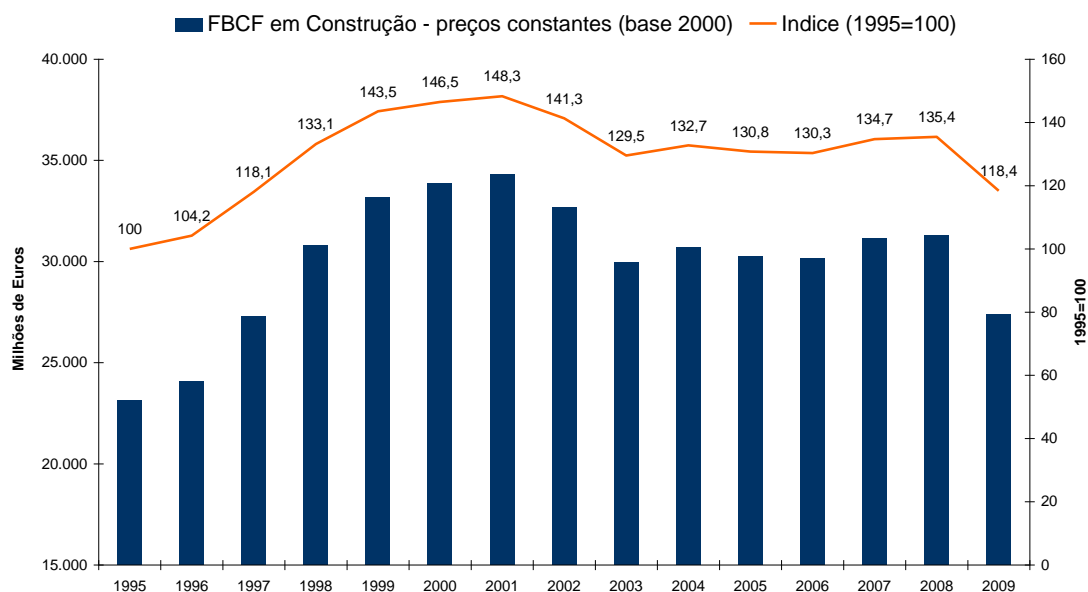
**Quadro 2. Principais indicadores para a construção e correspondente desagregação sectorial**

Código da actividade económica (CAE Rev. 3)		Empresas (nº)		Pessoal ao serviço (nº)		Volume de negócios (€)		Produção (€)		Valor acrescentado bruto (€)		Formação bruta de capital fixo (€)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
A	081	1 362	1 326	12 051	11 851	891 800 587	890 091 350	863 875 113	868 256 690	345 001 511	340 797 292	84 659 838	77 831 918
	233	285	276	8 278	7 987	639 136 495	626 433 970	649 376 613	645 956 968	234 904 089	218 174 707	39 983 282	102 654 700
C	234	1 207	1 145	15 201	13 503	626 658 201	546 005 340	565 485 688	490 894 807	282 031 083	228 102 173	44 509 621	14 569 973
	237	2 294	2 197	14 507	13 597	690 102 133	677 470 944	648 695 731	632 068 927	246 895 038	238 980 664	43 801 589	43 553 276
F	411	3 173	3 140	7 073	7 241	2 240 945 137	1 680 280 058	2 028 706 891	1 726 228 605	508 693 316	493 237 132	394 434 917	454 669 803
	412	58 933	56 518	265 788	256 726	17 067 720 818	16 764 165 816	17 372 360 178	16 669 653 478	4 967 564 700	4 674 955 143	488 419 220	523 891 255
	421	405	425	30 523	37 289	4 075 969 166	4 731 328 876	4 277 862 003	4 942 759 121	957 971 916	1 179 386 632	208 281 180	335 281 897
	422	341	378	8 095	8 244	898 948 025	931 197 516	923 094 308	990 849 884	237 741 525	241 076 632	18 230 898	34 596 216
	429	3 371	3 119	38 133	39 809	3 277 815 343	3 795 422 773	3 305 806 287	3 815 807 521	913 082 158	949 973 542	106 037 949	- 16 575 147
	431	1 775	1 781	7 877	7 997	464 956 005	491 318 869	443 217 960	494 190 439	161 455 254	185 473 411	40 230 823	34 914 214
M	432	21 517	21 075	75 757	76 810	4 136 423 673	4 414 797 548	3 680 011 357	3 845 779 429	1 329 184 138	1 444 550 060	98 483 673	100 481 785
	433	27 302	27 219	56 874	57 265	1 645 207 951	1 681 094 601	1 507 753 268	1 541 002 558	622 921 438	646 461 488	51 728 395	44 265 837
	439	3 143	3 372	20 930	21 824	1 301 261 432	1 498 146 141	1 232 268 625	1 435 670 369	440 443 274	503 651 147	78 667 869	95 981 333
M	711	34 185	33 335	54 141	54 993	2 428 752 314	2 622 493 843	2 345 639 830	2 489 131 940	1 060 227 177	1 143 346 191	168 056 991	274 551 895
	749	1 724	2 251	4 742	5 477	252 125 392	295 668 676	243 729 536	276 583 571	111 007 842	126 267 502	29 068 888	43 812 357
<b>Total Construção (CAE F)</b>		<b>119 960</b>	<b>117 027</b>	<b>511 050</b>	<b>513 205</b>	<b>35 109 247 550</b>	<b>35 987 752 198</b>	<b>34 771 080 877</b>	<b>35 461 941 404</b>	<b>10 139 057 719</b>	<b>10 318 765 187</b>	<b>1 484 514 924</b>	<b>1 607 507 193</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

A FBCF em Construção tem vindo a desacelerar o seu ritmo de crescimento desde 2001, com especial ênfase para o ano de 2009 (-12,6% em termos homólogos). Embora demonstrando alguma recuperação entre 2007 e 2008, retorna em 2009 para um valor de investimento sensivelmente idêntico ao de 1997.

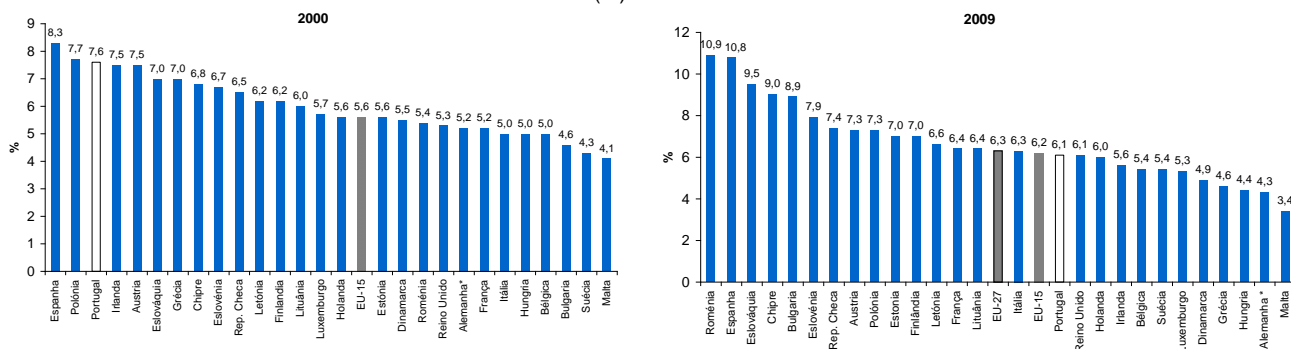
**Figura 2. Evolução da FBCF em construção a preços constantes de 2002, entre 1995 e 2009**



Fonte: Cálculos próprios a partir das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

O peso do VAB do sector da Construção no VAB total tem vindo a ser menos preponderante desde 2000. Em 2000, do conjunto de países da União Europeia (UE), Portugal detinha o terceiro maior peso do VAB em Construção (7,6%), acima da média da UE. Em 2009, Portugal apresenta uma proporção do VAB na Construção inferior à média da UE27 e da UE15, sendo agora o 16º país com maior peso do VAB da Construção (6,1%). Em 2000, Portugal representava 1,8% do VAB total em Construção da UE mas apenas 1,4% em 2009. Outros países como a Alemanha e o Reino Unido também verificaram evoluções descendentes, enquanto Espanha apresentava em 2009 (15,8%) um peso na UE superior ao de 2000 (10,3%).

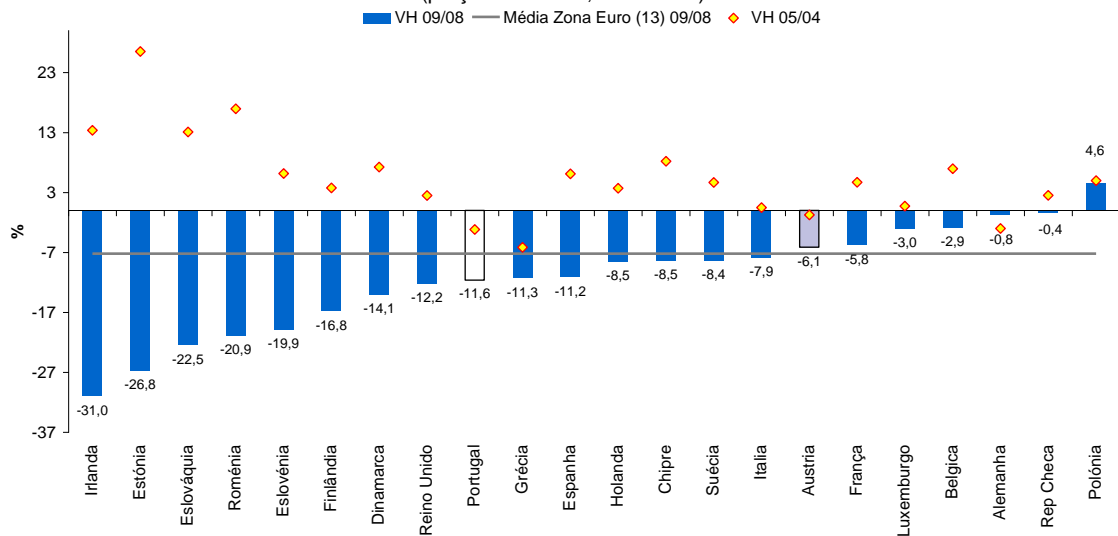
**Figura 3. Peso do VAB do ramo da construção no VAB total, 2000 e 2009 (%)**



Fonte: Base de dados do Eurostat e Contas Nacionais do INE.  
Nota: \* Alemanha inclui República Democrática desde 1991.

A diferença de crescimento da FBCF em Construção entre 2009 e 2008 foi de 4.4 p.p. relativamente à Zona Euro (a 13 países), sendo este diferencial menor do que o registado em 2005 (5,2 p.p.). A média da Zona Euro tem vindo a cair desde 2006, acentuando-se no ano de 2009, fruto também da crise do imobiliário que atingiu alguns países europeus (Figura 4).

**Figura 4. Taxa de variação homóloga da FBCF em construção, em 2009 e 2005**  
(preços correntes, base 2000)



### 3. A Dinâmica Empresarial na Óptica dos Quadros de Pessoal

A seguinte análise do sector da Construção baseia-se numa base de dados específica, criada com base nos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do (GEP) do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS), onde foi aplicada a metodologia do “Manual of Business Demography Statistics” (Eurostat/OCDE, 2007). Considera-se portanto apenas um subconjunto da base de dados dos Quadros de Pessoal, constituído apenas por empresas activas, que empreguem pelo menos um trabalhador remunerado, as chamadas “empresas empregadoras”. Consideraram-se para o efeito apenas as empresas classificadas nas secções A a Q da CAE-Rev.2.1.<sup>3</sup> A análise é efectuada entre 1995 e 2006 devido à introdução do Sistema Europeu de Contas (SEC95) e também a problemas de compatibilização com a CAE Rev.3 após 2007.

#### 3.1. Caracterização das Empresas Activas

Segundo os Quadros de Pessoal, o número de empresas no sector da Construção tem vindo a aumentar desde 1995, saldando-se em 41.203 empresas empregadoras activas em 2007. Destas, 53% empregam menos de 4 trabalhadores, 79% menos de 10 e apenas 2,1% mais de 50 trabalhadores (Quadro 3). É portanto um tecido empresarial caracterizado essencialmente por empresas de pequena dimensão.

<sup>3</sup> O sector da Construção é ao nível da CAE Rev. 2.1, representado pela letra F.

Quadro 3. Nº de empresas activas por dimensão de empresa

	Dimensão da Empresa	Construção (nº empresas)	Total de empresas (nº empresas)	Proporção de empresas da Construção no total de empresas (%)
1995	1-4	11.190	114.284	9,8%
	5-9	5.041	40.872	12,3%
	10-19	2.489	19.564	12,7%
	20-49	1.227	11.339	10,8%
	50-249	490	5.372	9,1%
	Mais de 250	69	811	8,5%
	<b>Total</b>	<b>20.506</b>	<b>192.242</b>	<b>10,7%</b>
1999	1-4	17.978	149.921	12,0%
	5-9	7.828	50.745	15,4%
	10-19	3.631	23.702	15,3%
	20-49	1.607	13.119	12,2%
	50-249	497	5.911	8,4%
	Mais de 250	66	840	7,9%
	<b>Total</b>	<b>31.607</b>	<b>244.238</b>	<b>12,9%</b>
2000	1-4	21.985	168.588	13,0%
	5-9	9.298	54.217	17,1%
	10-19	4.300	25.131	17,1%
	20-49	1.812	13.827	13,1%
	50-249	548	6.089	9,0%
	Mais de 250	64	837	7,6%
	<b>Total</b>	<b>38.007</b>	<b>268.689</b>	<b>14,1%</b>
2003	1-4	25.553	196.986	13,0%
	5-9	11.823	60.484	19,5%
	10-19	5.453	27.731	19,7%
	20-49	2.196	14.335	15,3%
	50-249	679	6.178	11,0%
	Mais de 250	62	847	7,3%
	<b>Total</b>	<b>45.766</b>	<b>306.561</b>	<b>14,9%</b>
2007	1-4	21.970	238.304	9,2%
	5-9	10.777	62.846	17,1%
	10-19	5.204	29.281	17,8%
	20-49	2.371	16.539	14,3%
	50-249	801	6.988	11,5%
	Mais de 250	80	962	8,3%
	<b>Total</b>	<b>41.203</b>	<b>354.920</b>	<b>11,6%</b>

Fonte: Sarmento e Nunes (2010b), com base nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Nota: O sector da Construção corresponde à letra F da Classificação das Actividades Económicas.

À semelhança do que ocorre na maioria dos grandes sectores económicos em Portugal, a dimensão média das empresas de Construção tem vindo a diminuir (Sarmento e Nunes, 2010a), em particular desde o ano 2001 (Quadro 4), passando de 9,5 trabalhadores em média durante o período de 1995 a 2000, para 8,3 de 2000 a 2007 (Quadro 5).

Quadro 4. Dimensão média anual das empresas no sector da construção  
(nº de empregados médio por empresa)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Construção</b>	10,5	10,4	10,0	9,2	8,6	8,1	8,6	8,2	7,9	8,1	8,1	8,2	9,0
<b>Total da economia</b>	11,6	11,3	11,0	10,8	10,6	10,0	10,0	9,4	9,3	9,3	9,0	9,0	9,0

Fonte: Sarmento e Nunes (2010b), com base nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Quadro 5. Dimensão média das empresas no sector da construção por intervalo de tempo  
(nº médio de trabalhadores por empresa)

	Construção		Total da economia
<b>1995-2007</b>	8,9		10,0
<b>1995-2000</b>	9,5	↓	10,9
<b>2000-2007</b>	8,3		9,4

Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

No sector da Construção, a dimensão de novas empresas (expressa em número de trabalhadores) é de cerca de metade da dimensão média da população de empresas activas (Quadro 6), verificando-se, no entanto, um crescimento relativo entre 1995 e 2006 (de 48,9% para 57,4%), superior ao registado no total da economia (35,4% para 37,5%). A dimensão das empresas encerradas relativamente á das empresas existentes ronda também os 50%, proporção também superior à média das empresas encerradas na economia. A diferença entre as empresas encerradas e criadas, que reflecte o crescimento médio das empresas ocorrido durante os anos em actividade, tem vindo a estreitar-se, também em linha com o verificado na economia em geral (Sarmento e Nunes, 2010b). Regista-se no entanto que em 2001 as empresas encerradas são em média mais pequenas que as novas empresas criadas, invertendo-se esta tendência em 2002, para permanecer uma diferença reduzida nos anos seguintes, o que aponta para um fenómeno de reajustamento do sector ao longo destes últimos anos.

**Quadro 6. Dimensão de novas empresas e de empresas encerradas relativamente ás empresas existentes**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dimensão média de novas empresas relativamente à dimensão das empresas existentes (em % da dimensão das empresas existentes, médias anuais)											
Construção	48,9	45,4	48,3	45,5	44,4	46,3	57,1	50,5	51,9	49,7	52,5	57,4
Total da economia	35,4	36,2	37,1	39,7	38,9	42,9	42,2	41,2	42,7	41,2	44,8	37,5
	Dimensão média das empresas encerradas relativamente à dimensão das empresas existentes (em % da dimensão das empresas existentes, médias anuais)											
Construção	52,7	54,4	52,9	51,2	48,2	50,8	52,0	55,0	50,9	50,4	53,0	
Total da economia	45,1	43,1	46,4	44,1	51,0	48,2	48,3	46,8	43,1	40,4	39,8	
Diferença entre as dimensões médias de empresas encerradas e criadas na Construção (p.p.)	3,8	8,9	4,7	5,6	3,9	4,5	-5,0	4,5	-1,0	0,7	0,5	

Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

No período compreendido entre 2000 a 2007, 93,1% do total de empresas no sector da Construção empregavam menos de 20 trabalhadores, valor superior á média nacional (92,8%). O número de empresas com menos de 20 trabalhadores tem vindo a aumentar, em linha com a tendência de diminuição de dimensão média registada a nível nacional (Sarmento e Nunes, 2010a; Sarmento e Nunes, 2010b). O crescimento da proporção de empresas desta dimensão tem verificado no entanto um menor ritmo de crescimento que os restantes sectores, nomeadamente no caso da Indústria.

**Quadro 7. Proporção de empresas com menos de 20 trabalhadores por sector**  
(empresas com menos de 20 trabalhadores em % do total por sector)

	Construção	Indústria	Serviços	Agricultura e Pescas	Total nacional
1995-2007	92,9%	81,5%	94,7%	96,5%	92,4%
1995-1999	92,2%	79,6%	94,6%	95,6%	91,5%
2000-2007	93,1%	82,6%	94,8%	96,9%	92,8%

Fonte: Sarmento e Nunes (2010b), com base nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

### 3.2. Criação de Empresas

Em 2006, o sector da Construção foi responsável por 13,3% da criação de empresas em Portugal, ou seja, em cada 100 novas empresas, 13 pertencem ao sector da Construção. Este valor é apenas ultrapassado pela criação de novas empresas no sector dos serviços. O sector da Construção apresenta o maior crescimento médio anual de criação de empresas até ao ano de 2000, mas regista um abrandamento ao longo do período subsequente.

A criação de empresas, de acordo com o manual do Eurostat/OCDE (2007) é dado pela taxa de natalidade<sup>4</sup> da demografia empresarial.

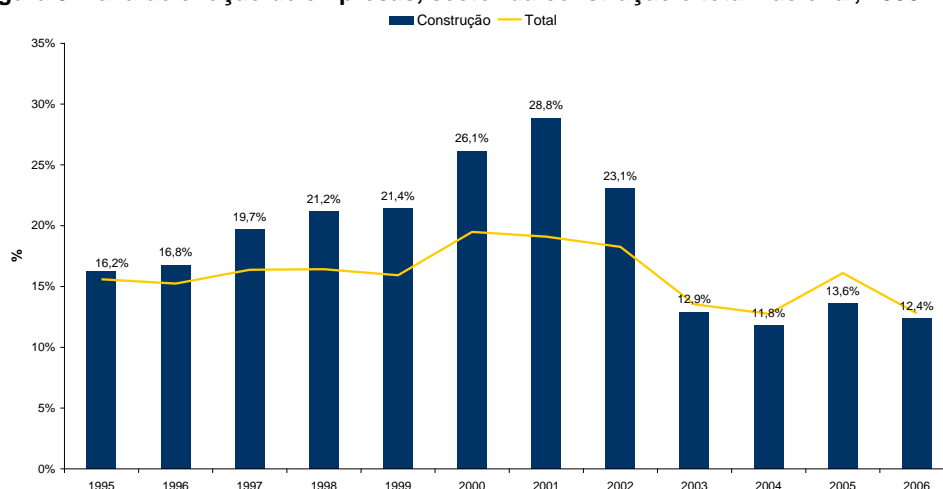
**Quadro 8. Proporção de criação de empresas atribuída a cada sector económico, 1995-2006**  
(%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Construção</b>	11,1	11,9	13,7	15,7	17,4	19,0	22,8	19,4	14,2	13,5	11,9	13,3
<b>Indústria</b>	15,5	14,6	15,0	14,3	14,1	12,2	14,2	11,6	10,4	9,8	8,7	9,2
<b>Serviços</b>	68,9	68,9	66,1	65,9	64,7	65,4	59,5	65,2	71,4	72,4	64,5	71,6
<b>Agricultura e Pescas</b>	4,5	4,6	5,2	4,1	3,8	3,5	3,5	3,7	3,9	4,3	14,9	5,8

Fonte: Sarmento e Nunes (2010b), com base nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

No que diz respeito às taxas de natalidade de empresas (Figuras 5 e 6), o sector da Construção apresenta o maior dinamismo no período 1998 a 2001 (Sarmento e Nunes, 2010b) no conjunto dos principais sectores económicos, período no qual as taxas de natalidade ultrapassaram os 20%, sendo acompanhadas por um aumento do peso deste sector no total de criação de empresas em Portugal. De 1996 a 2001, o sector da Construção forneceu o maior contributo para o crescimento da criação de empresas em Portugal, mantendo-se este ainda durante os anos de 2003 e 2004 (Sarmento e Nunes, 2010b). Em 2001, 29 em cada 100 empresas recém-criadas pertenciam ao sector da construção (que representava 4,4% do total de empresas no país em 2001). Podem ser observadas tendências idênticas noutros países, nomeadamente em Espanha (Consejo Superior de Cámaras de Comercio en España, 2003).

**Figura 5. Taxa de criação de empresas, sector da construção e total nacional, 1995-2006**

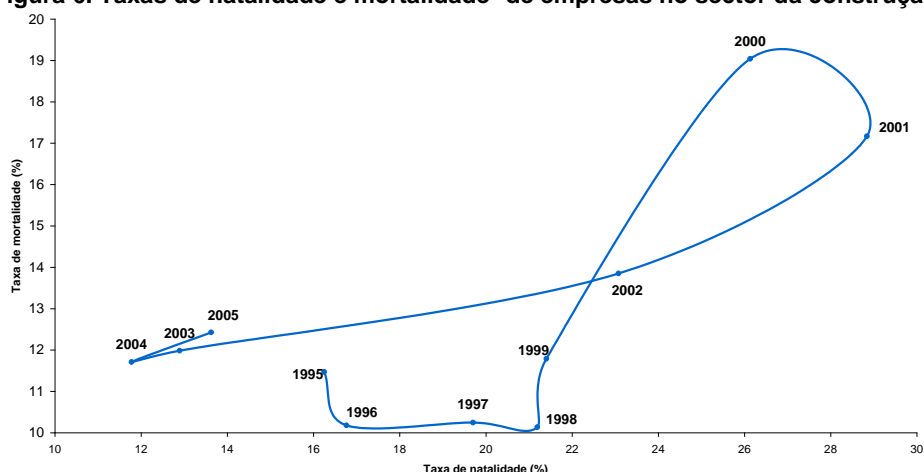


Fonte: Sarmento e Nunes (2010b), com base nos Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

A figura seguinte é ilustrativa da dinâmica empresarial na Construção, revelando um aumento sucessivo de ambas as taxas de mortalidade<sup>5</sup> e natalidade no sector até 2001 (dado a sua elevada correlação) e mais uma vez tornando evidente a diminuição na geração de empresas após 2001.

<sup>4</sup> A taxa de natalidade consiste num rácio composto por um numerador que corresponde ao total de nascimentos de empresas empregadoras e por um denominador que corresponde ao total de empresas empregadoras activas no período de referência. Um nascimento de uma empresa empregadora ocorre quando esta inicia actividade. Estes não incluem entradas na população devido a fusões, aquisições ou reestruturações de empresas ou reactivações de unidades que estejam adormecidas durante um período de mais de 2 anos. Esta população é também composta por empresas que, embora existindo em anos anteriores, estavam abaixo do limiar de um trabalhador, de acordo com a metodologia Eurostat/OECD, 2007.

<sup>5</sup> A taxa de mortalidade consiste num rácio composto por um numerador que corresponde ao total de encerramentos de empresas empregadoras e por um denominador que corresponde ao total de empresas empregadoras activas no período de referência, segundo a definição do manual do Eurostat/OCDE (2007).

Figura 6. Taxas de natalidade e mortalidade<sup>5</sup> de empresas no sector da construção

Fonte: Elaboração própria com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

A nível regional é na região Norte e no Centro onde ocorrem mais metade dos nascimentos de empresas de Construção (37% no Norte e 22% no Centro em 2006).

Quadro 9. Proporção de nascimentos de empresas activas por região NUT II

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	40,7	38,2	41,2	41,1	41,2	36,7	7,5	36,0	35,3	36,4	39,9	36,9
Centro	24,6	26,4	24,7	23,6	25,4	26,0	20,7	26,2	24,4	23,9	23,7	21,5
Lisboa	20,6	19,3	19,0	19,5	18,0	20,1	5,8	20,9	21,7	21,8	18,8	24,0
Algarve	4,1	5,0	4,7	4,6	5,1	5,9	24,1	7,4	6,9	7,6	7,4	8,3
Alentejo	5,6	6,5	7,1	7,3	6,8	7,7	1,2	5,7	6,6	5,4	6,3	5,1
Madeira	3,1	3,2	2,4	2,9	2,7	2,5	0,0	2,5	3,4	3,1	2,4	2,4
Açores	1,2	1,3	0,9	1,1	0,9	1,1	2,8	1,3	1,7	1,9	1,5	1,8

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos (2010).

#### 4. Emprego

De acordo com as Contas Nacionais do INE, o emprego (equivalente a tempo completo) na Construção era em 2007, de 540 milhares de indivíduos, representado 12,2% do total do emprego da economia. O peso deste sector no emprego aumentou gradualmente até ao ano 2002 (13,7%), mas registou uma desaceleração nos anos subsequentes (Quadro 10).

Quadro 10. Emprego total, equivalente a tempo completo (ETC), milhares de indivíduos e peso (%)

	1995R	1996R	1997R	1998R	1999R	2000R	2001R	2002R	2003R	2004R	2005R	2006D	2007D
Construção	431	441	467	521	538	596	587	605	581	574	550	537	540
Total da economia	4.431	4.503	4.618	4.776	4.836	4.960	5.025	5.050	5.005	4.999	4.985	4.990	4.986
Peso da Construção no total (%)	9,7	9,9	10,5	11,8	12,2	13,5	13,2	13,7	13,1	13,0	12,4	12,1	12,2

Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais Definitivas (base 2006), INE.

Nota: R corresponde a dados retropolados e D a dados definitivos.

A análise prossegue agora com recurso apenas aos Quadros de Pessoal. Em 2007, o sector da Construção empregava 11,6% do total de trabalhadores do universo das empresas empregadoras dos Quadros de Pessoal<sup>6</sup>. Desde 2002, o ano de maior crescimento do emprego na Construção ao longo do

<sup>6</sup> Com aplicação da metodologia Eurostat/OCDE (2007).

período 1995-2007 (13,5%), que se tem vindo a registar, também do ponto de vista dos Quadros de Pessoal, um sucessivo abrandamento na taxa de crescimento do emprego (Quadro 11 e Figura 7).

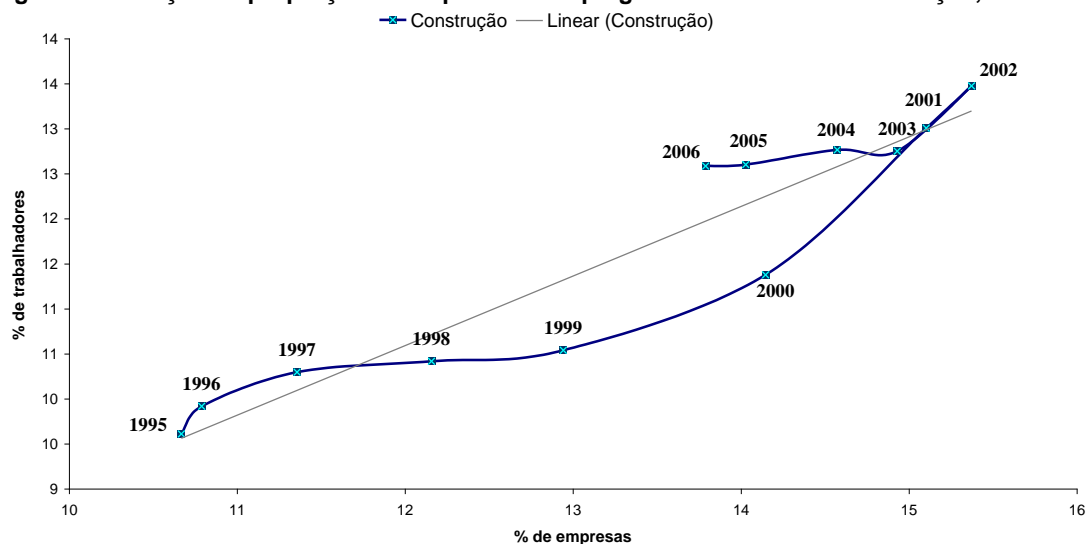
**Quadro 11. Nº de trabalhadores em empresas activas com mais de um trabalhador CAE 11**  
(Rev. 2.1 de 1995 a 2007)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Construção</b>	214.890	221.556	241.954	256.861	272.000	307.182	370.829	380.021	363.238	370.141	386.804	390.151	372.395
<b>Total da economia</b>	2.235.634	2.233.819	2.349.681	2.465.546	2.580.324	2.699.574	2.850.875	2.819.752	2.848.259	2.899.280	3.069.323	3.099.502	3.205.372
<b>Peso da Construção no total de empresas activas</b>	9,6	9,9	10,3	10,4	10,5	11,4	13,0	13,5	12,8	12,8	12,6	12,6	11,6

Fonte: Cálculos próprios com base nos quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

A figura seguinte é ilustrativa do período de expansão do sector, verificado entre 1995 e 2002, não só a nível do emprego, mas também acompanhado pela criação de novas empresas, e uma inflexão do ritmo de expansão do sector após o ano 2002.

**Figura 7. Evolução da proporção de empresas e empregados no sector da construção, 1995-2006**

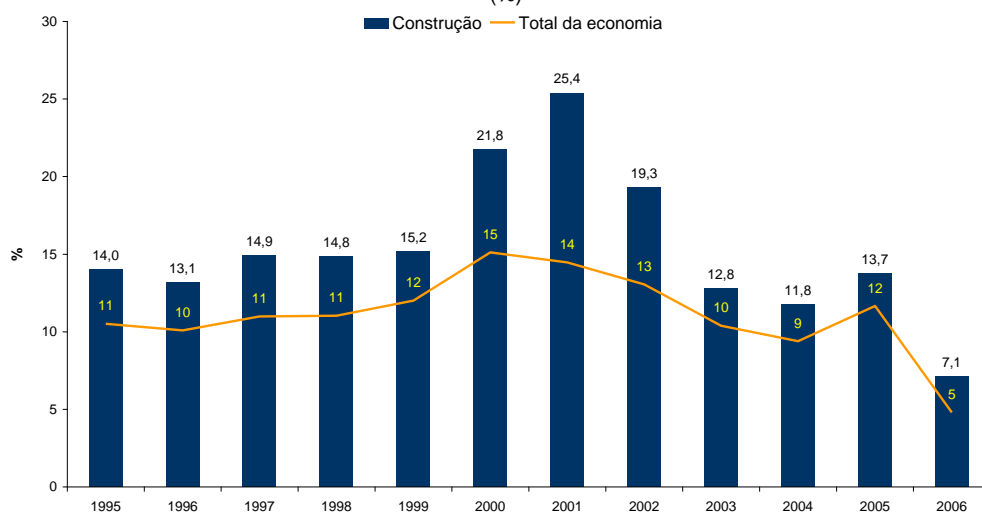


Fonte: Elaboração própria com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

A rotação<sup>7</sup> de trabalhadores registou um aumento considerável entre 2000 e 2002, permanecendo acima dos 20%, em linha com o aumento do número de empresas neste período (Quadro 3). Esta mantém-se acima da média nacional ao longo de todo o período em análise, indiciando uma maior entrada e saída de trabalhadores em empresas de Construção do que o verificado em média na economia.

<sup>7</sup> A rotação de trabalhadores é calculada através da soma do número de trabalhadores empregues em novas empresas com o número de trabalhadores empregues em empresas que foram encerradas.

**Figura 8. Rotação<sup>8</sup> de trabalhadores no sector da Construção e no total da economia (%)**



Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS), segundo a metodologia Eurostat/OCDE (2007).

## 5. Sobrevivência de Empresas no sector da Construção

Os métodos não paramétricos de análise da sobrevivência, descritos por Nunes e Sarmento (2010), permitem analisar a performance das empresas no que diz respeito à sua capacidade de sobrevivência, bem como estimar qual o risco de sobrevivência associado às empresas pertencentes a um determinado sector económico. Considera-se que uma empresa sobrevive se se mantiver em actividade, em termos de volume de negócios e/ou emprego, em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que estava ligada tiver cessado a actividade, mas que em contrapartida, tenha sido retomada por uma ou mais novas unidades legais criadas. Uma empresa nascida no ano  $n-t$  com uma ou mais pessoas remuneradas, sobrevive em  $n$ , se estiver representada nas populações de empresas activas entre  $n-t$  e  $n$ , com uma ou mais pessoas remuneradas (Eurostat/OCDE, 2007).

A análise de sobrevivência<sup>8</sup> não paramétrica é calculada ao longo do período 1995 a 2005 (Quadro 12). Para o total da economia, Nunes e Sarmento (2010) constataram que apenas cerca de 86% das novas empresas que nascem em determinado ano, permanecem activas após um ano de actividade. A probabilidade de sobrevivência diminui gradualmente com o aumento do número de anos de “vida” da empresa. Entre o 5º e o 6º ano de actividade, estima-se que cerca de 50% das empresas encerre. Após 18 anos de actividade, pouco mais de 20% das empresas permanecem efectivamente activas.

No Quadro 12, observa-se a correspondente desagregação sectorial. As empresas que operam no sector da construção apresentam as probabilidades de sobrevivência mais baixas de entre os quatro principais sectores económicos considerados e apresentam a maior divergência entre o primeiro e o décimo ano de actividade (uma diminuição de 55,1 p.p.). Após um ano de actividade, 84,8% das empresas existentes no sector da Construção estão ainda activas. Ao fim de 5 anos apenas metade das empresas permanece em actividade e ao fim de 10 anos, apenas 30% das empresas ainda se mantêm presentes no mercado. Todos os restantes sectores apresentam taxas de sobrevivência superiores.

<sup>8</sup> A função de sobrevivência reporta a probabilidade de uma empresa activa sobreviver para além do momento  $t$  (o momento da observação), isto é, a probabilidade de a empresa não cessar actividade antes do momento  $t$ , ( $\Pr(T > t)$ ). A função é igual a um no momento  $t=0$  e diminui, tendencialmente, para zero à medida que o tempo ( $t$ ) tende para infinito. A probabilidade de sobrevivência  $S(t)$  é representada por:  $S(t) = 1 - F(t) = \Pr(T > t)$ . As probabilidades apresentadas dizem respeito a conjuntos de empresas (“cohorts”) nascidas nos anos apresentados. Foi aplicado o estimador não paramétrico Kaplan-Meier, de acordo com a seguinte fórmula:  $\hat{S}(t) = \prod_{j: t_j \leq t} \left( \frac{n_j - d_j}{n_j} \right)$ .

Na Construção, o valor mediano para o período de actividade de uma empresa situa-se entre os 4 e os 5 anos de vida, aumentando em mais dois anos para os sectores dos Serviços e da Agricultura e Pescas.

**Quadro 12. Tabela de sobrevivência para novas empresas criadas no sector da construção entre 1995 e 2005**

Anos	Função de sobrevivência Kaplan-Meier			
	Construção	Indústria	Serviços	Agricultura e Pescas
	%	%		
1	84,8%	86,4%	85,9%	86,5%
2	73,3%	75,7%	75,4%	76,1%
3	63,8%	66,9%	66,9%	67,9%
4	56,0%	59,4%	60,1%	60,3%
5	49,4%	52,8%	54,5%	54,3%
6	44,2%	47,7%	49,8%	49,3%
7	39,8%	43,9%	45,7%	44,8%
8	36,3%	40,4%	42,3%	40,9%
9	33,1%	37,2%	39,1%	38,8%
10	29,7%	34,2%	35,7%	36,1%

Fonte: Nunes e Sarmiento (2010), baseado nos *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS de acordo com a metodologia Eurostat/OCDE.

## 7. Conclusões

O sector da Construção evidencia ter vivido um ciclo de expansão entre 1995 e 2001, após o qual a criação de emprego mas sobretudo de novas empresas apresenta uma menor dinâmica. A nível macroeconómico, verifica-se que também o investimento em Construção tem vindo a desacelerar o seu ritmo de crescimento desde 2001. Embora demonstrando alguma recuperação entre 2007 e 2008, este retorna em 2009 para um valor de investimento sensivelmente idêntico ao de 1997. O peso do VAB do sector da Construção no VAB total da economia tem também vindo a ser menos preponderante desde 2000.

Em 2007, o sector da Construção era responsável por mais de 11% do total do emprego da Economia. O peso deste sector no emprego aumentou gradualmente até ao ano 2002, mas registou uma diminuição nos anos subsequentes. A rotação de trabalhadores situa-se acima da média nacional ao longo de todo o período em análise, indiciando uma maior entrada e saída de trabalhadores em empresas da Construção do que no resto da economia.

De acordo com os Quadros de Pessoal, em 2006, o sector da Construção foi responsável por 13,3% da criação de empresas em Portugal. Este valor é apenas ultrapassado pela criação de novas empresas no sector dos serviços. O sector da Construção apresenta o maior crescimento médio anual de criação de empresas até ao ano de 2001, mas regista um abrandamento ao longo do período subsequente. Entre 1996 e 2001, o sector da Construção forneceu o maior contributo para o crescimento da criação de empresas em Portugal, mantendo-se este ainda durante os anos de 2003 e 2004. A região Norte e Centro são responsáveis por mais de metade da criação de empresas ao longo destes 11 anos.

Ainda de acordo com os Quadros de Pessoal, em 2007, 53% das empresas de Construção empregavam menos de 4 trabalhadores, 79% menos de 10 e apenas 2,1% mais de 50 trabalhadores. No período compreendido entre 2000 a 2007, 93,1% do total de empresas no sector da Construção empregavam menos de 20 trabalhadores, valor superior á média nacional. À semelhança do que ocorre na maioria dos grandes sectores económicos em Portugal, a dimensão média das empresas de Construção tem vindo a

reduzir-se, em particular desde o ano 2000. Este é portanto um tecido empresarial caracterizado essencialmente por empresas de pequena dimensão.

A utilização da análise de sobrevivência aplicada ao sector da Construção, permite verificar que as empresas encerram mais prematuramente no sector da Construção relativamente aos restantes grandes sectores económicos. Após um ano de actividade, 84,8% das empresas existentes no sector da Construção estão ainda activas. Ao fim de 5 anos apenas metade das empresas permanece em actividade e ao fim de 10 anos, apenas 30% das empresas ainda se mantêm presentes no mercado. Todos os restantes sectores apresentam taxas de sobrevivência superiores. O pico de mortes de empresas é atingido ao fim de quatro anos de actividade, mais precocemente que a média portuguesa que se situa entre o 5º e o 6º ano de actividade.

### Referências Bibliográficas

Consejo Superior de Cámaras de Comercio, Industria y Navegación de España (2003), “Creación y consolidación de empresas. Políticas de apoyo”, Servicio de Estudios.

Eurostat/OCDE (2007), “Eurostat-OECD Manual on Business Demography Statistics”, disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-RA-07-010/EN/KS-RA-07-010-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-07-010/EN/KS-RA-07-010-EN.PDF).

Gabinete de Estratégia e Estudos (2010), “Sínteses Estatísticas da Dinâmica Empresarial”, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Nunes, A. e E. de Morais Sarmiento (2010a), “Business Demography Dynamics in Portugal: a semi-parametric Survival Analysis”, Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, Working Papers n. 9/2010.

Sarmiento, E. de Morais e A. Nunes (2010a) “Getting smaller: size dynamics of employer enterprises in Portugal” in “Cadernos Sociedade e Trabalho”, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (forthcoming).

Sarmiento, E. de Morais e A. Nunes (2010b), “Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal”, Temas Económicos nº 9, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>17 de Novembro de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 17 de Novembro de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Proposta de Directiva e de Regulamento do Conselho relativas ao tratamento do IVA nos Seguros e Serviços Financeiros:</b> O Conselho realizou um debate político sobre esta matéria, tendo solicitado ao Comité de Representantes Permanentes que supervisione os trabalhos futuros.</li> <li>• <b>Relatório anual do Tribunal de Contas Europeu sobre a quitação do orçamento de 2009:</b> Os Ministros tomaram nota da apresentação do relatório anual sobre a gestão orçamental da UE relativa ao exercício de 2009. O Comité de Representantes Permanentes foi convidado a analisar o relatório com maior detalhe e supervisionar a preparação de uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão.</li> <li>• <b>Financiamento das alterações climáticas:</b> O Conselho aprovou conclusões relativamente à questão do financiamento das alterações climáticas, mais especificamente: (i) endossou o relatório da UE sobre o mecanismo de financiamento <i>Fast Start</i>, a apresentar à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, que terá lugar de 29 de Novembro a 10 de Dezembro, em Cancún e (ii) tomou nota da posição da UE relativamente ao relatório do Grupo Consultivo de Alto Nível sobre o financiamento de longo prazo.</li> <li>• <b>Relatório conjunto do Comité de Política Económica/Comité de Protecção Social sobre pensões:</b> O Conselho adoptou conclusões sobre a sustentabilidade e adequação do sistema de pensões tendo em conta o envelhecimento da população e a crise económica e financeira. À luz do relatório conjunto, o Conselho salientou a necessidade de considerar a política de pensões no quadro da coordenação política, tendo em conta a interligação entre os mercados de trabalho, sistemas de protecção social, mercados financeiros e outras políticas relevantes. Referiu ainda a urgência em prosseguir a execução das reformas estruturais, de acordo com a estratégia Europa 2020, a fim de apoiar a consolidação orçamental, melhorar as perspectivas de crescimento, reforçar os incentivos ao trabalho e alargar o período de vida activa.</li> <li>• <b>Estatísticas na UE:</b> O Conselho adoptou conclusões sobre as estatísticas relativas às finanças públicas, nomeadamente sobre: (i) o sistema estatístico na Grécia; (ii) o alinhamento da legislação estatística dos estados-membros com os princípios do Código de Boas Práticas; (iii) os indicadores e dados estatísticos a ser utilizados no âmbito do reforço da coordenação das políticas económicas; (iv) a revisão do Sistema Europeu de Contas; e (v) o relatório do Comité Económico e Financeiro 2010 relativo às exigências de informação na UEM.</li> </ul> <p>O Conselho Europeu reuniu no passado dia 28-29 de Outubro, tendo, no contexto da governação económica, endossado o relatório final da <i>Task Force</i> relativa ao reforço da coordenação das políticas económicas na UE. O Conselho ECOFIN deverá prosseguir os trabalhos nesta área, de modo a que sejam rapidamente implementadas as recomendações desta <i>Task Force</i>. Irão igualmente ser desenvolvidos trabalhos preparatórios relativos à criação do mecanismo permanente de gestão de crises, com base numa eventual alteração limitada aos Tratados da UE. Quanto às quotizações e impostos sobre o sector financeiro, o Conselho Europeu tomou conhecimento do relatório enviado pelo ECOFIN sobre esta matéria, tendo solicitado um novo relatório em Dezembro, na linha do relatório anterior, que explore as possibilidades de coordenação dos sistemas de</p>

Iniciativa	Sumário
	quotizações planeados pelos estados-membros, em particular para evitar dupla tributação. O relatório em questão deverá igualmente examinar as diferentes opções em matéria de tributação do sector financeiro.
Acordos com Barbados, Belize e São Marino.	O Estado Português assinou, em 22 de Outubro, uma Convenção para evitar a dupla tributação com os Barbados e um Acordo sobre a troca de informações em matéria fiscal com o Belize. Em 18 e Novembro foi assinada, com a República de São Marino, uma convenção para evitar a dupla tributação e custos fiscais associados à internacionalização das empresas portuguesas e para a troca de informação.
Acordo de Londres – Patentes Europeias	O Conselho de Ministros de 28 de Outubro aprovou a adesão de Portugal ao «Acordo de Londres», que visa suprimir a obrigatoriedade da tradução de patentes europeias para as diferentes línguas de modo a facilitar o investimento.
Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA)	O Conselho de Ministros de 4 de Novembro aprovou o Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA) com o objectivo de promover a utilização sustentada de energias renováveis. Este diploma enquadra-se nos objectivos da Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020).
Promoção de Biomassa – ENE 2020	O Conselho de Ministros de 11 de Novembro estabeleceu, no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia 2020, um conjunto de medidas para promover a produção e aproveitamento de biomassa. Entre elas, destacam-se a definição de um incentivo à venda de electricidade e o cumprimento de deveres como a organização de sistemas de registos de dados e a elaboração de um plano de acção sustentável.
Acordos com a República Popular da China	Portugal assinou com a República Popular da China, no início de Novembro, uma série de acordos institucionais de cooperação nos domínios do turismo, cultura, língua, educação, ciência, tecnologia, ensino superior, juventude, desporto e comunicação social. Adicionalmente, foram também assinados um conjunto de acordos comerciais com entidades privadas, nomeadamente o Banco Millennium BCP, Portugal Telecom, EDP, Banco BPI SA, Zapp.pt, Grupo Temple, Servitécnica, Fisipec (Fibras Sintéticas de Portugal SA) e Dimpomar Rochas Portuguesas Lda.
Convenção com Angola	A negociação da convenção entre Portugal e Angola para a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento iniciou-se em 8 de Novembro.
Linha PME Investe 7	O Governo anunciou, no dia 9 de Novembro, o lançamento de uma nova linha de apoio a pequenas e médias empresas, a PME Investe 7, no valor de 3.000 milhões de euros.
Linha de apoio às exportações	Foi revelado no Parlamento, no dia 9 de Novembro, o lançamento de uma linha de apoio para projectos de empresas no âmbito da exportação no montante de 250 milhões de euros.
Modernização do Comércio (MODCOM)	Abriu a 22 de Novembro a sexta fase de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (MODCOM). O apoio financeiro de cerca de 10 milhões de euros a PME inclui três casos: lojas individuais e conjuntos de modernização comercial, lojas em rede e que pretendam utilizar uma insígnia comum ou usar uma plataforma informática comum, e estruturas associativas comerciais que tenham como objectivo a promoção em centros urbanos.
Convenção com Malawi	A 22 de Novembro o Estado Português concluiu negociações com as autoridades do Malawi com vista à celebração de uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e formalizar a troca de informações de modo a reforçar o combate à evasão e fraude fiscais.

## 2. Selecção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Acordo com o Reino de Espanha</i> Decreto n.º14/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	Acordo com o Reino de Espanha para a disponibilização, às pessoas singulares e colectivas de ambos os países, de acesso facilitado a informação em matéria de registo civil e comercial.
<p><i>Biocombustíveis e Biolíquidos</i> Decreto-Lei n.º117/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020. Define o que são biocombustíveis e biolíquidos sustentáveis e cria formas de incentivar a utilização de biocombustíveis no sector dos transportes.
<p><i>Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME</i> Portaria n.º1101/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	No contexto do QREN, procede à terceira alteração do Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME. As principais modificações referem-se à aceleração da execução de investimentos empresariais e à aprovação de um regime transitório para a reformulação de projectos de investimento aprovados anteriormente.
<p><i>Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico</i> Portaria n.º1102/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	No contexto do QREN, procede à terceira alteração do regulamento do sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. As principais modificações referem-se à aceleração da execução de investimentos empresariais e à aprovação de um regime transitório para a reformulação de projectos de investimento aprovados anteriormente.
<p><i>Sistema de Incentivos à Inovação</i> Portaria n.º1103/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	No contexto do QREN, procede à segunda alteração do regulamento do sistema de incentivos à Inovação. As principais modificações referem-se à aceleração da execução de investimentos empresariais e à aprovação de um regime transitório para a reformulação de projectos de investimento aprovados anteriormente.
<p><i>ENE 2020</i> Decreto-Lei n.º118-A/2010 – Série I n.º207, de 25/10</p>	Cria condições para a produção de electricidade de baixa tensão, nomeadamente: Aumento de quantidade de electricidade que pode ser produzida; mecanismos de acesso à microprodução e de registo de produção; regime bonificado mais alargado; e regime para investigação e desenvolvimento.
<p><i>Abono de Família</i> Portaria n.º 1113/2010 – Série I n.º210, de 28/10</p>	Fixação dos montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e das respectivas majorações do segundo titular e seguintes e situações de monoparentalidade.
<p><i>Orçamento do Estado para 2011</i> Resolução da Assembleia da República n.º 115/2010 – Série I n.º211, de 29/10</p>	Aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, do Orçamento do Estado para 2011.
<p><i>Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)</i> Decreto-Lei n.º123/2010 – Série I n.º220, de 12/11</p>	No contexto do QREN, cria um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas.
<p><i>Licenciamento Zero</i> Lei n.º49/2010 – Série I n.º220, de 12/11</p>	Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero».
<p><i>Produtos Portugueses</i> Resolução da Assembleia da República n.º119/2010 – Série I n.º220, de 12/11</p>	Recomenda ao Governo a criação de uma central de vendas e promoção <i>online</i> de produtos portugueses, através da criação de uma ligação no site <a href="http://www.visitportugal.com">www.visitportugal.com</a> para a central de vendas <i>online</i> , e da comunicação <i>online</i> às empresas das encomendas recebidas.



## **Abreviaturas Utilizadas**



